



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO – ECO

**CIBERATIVISMO: O SLACKTIVISMO COMO FENÔMEMO DE PROMOÇÃO DO  
ACESSO À INFORMAÇÃO E DA TRANSPARÊNCIA.**

**Beatriz Garcia Inojosa  
107329804**

Rio de Janeiro  
2012

Universidade federal do Rio de Janeiro  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFCH  
Escola de Comunicação – ECO

**CIBERATIVISMO: O SLACKTIVISMO COMO FENÔMEMO DE PROMOÇÃO DO  
ACESSO À INFORMAÇÃO E DA TRANSPARÊNCIA.**

Monografia apresentada à Escola de Comunicação da Universidade Federal  
do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de  
Bacharel em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo

**Beatriz Garcia Inojosa**  
**Orientadora: Ivana Bentes**

**Rio de Janeiro**  
**2012**

## **Agradecimentos**

A minha mãe, Cristina, por todo o seu esforço e dedicação para garantir que eu tivesse uma ótima educação e chegasse até aqui. Sei que abriu mão de muita coisa para me proporcionar tudo que eu precisei. Por acreditar no meu potencial, me apoiar e me ensinar a ser determinada como ela.

Ao meu pai, Inojosa, que está sempre ao meu lado, me guiando em todos os momentos. É a minha maior inspiração.

Ao meu irmão, Felipe, por ajudar sempre que eu precisei.

A minha avó, Stella, por rezar toda noite para que eu conseguisse realizar os meus sonhos

A minha segunda mãe, Caia, por fazer o possível para me agradar e me proteger todos os dias da minha vida.

A minha amiga, Ana Luiza Senechal, por me incentivar a estudar desde os tempos do colégio. Foi graças as nossas noites de estudo que consegui entrar na ECO.

As minhas amigas Carolina Gavinho e Daniele Belmiro por terem feito meus dias na ECO mais agradáveis e por continuarem ao meu lado até hoje.

A minha orientadora Ivana Bentes, que apesar de estar sempre envolvida em centenas de trabalhos, conseguiu arranjar tempo para compartilhar comigo um pouco do seu conhecimento.

A minha viralata, Sofia, adotada após uma promessa feita para passar no vestibular. Tenho muita sorte por tê-la escolhido entre tantos outros cachorros, seu carinho alivia qualquer estresse.

Por fim, gostaria de agradecer a Professora Marialva que me ajudou muito nesse trabalho, me deixando mais segura.

## **RESUMO**

Este trabalho é uma análise do fenômeno denominado Ciberativismo, que se trata do ativismo realizado através da internet, tecnologia capaz de transcender limitações geográficas, sendo um meio eficiente de interação e fluidez de informação. É cada vez mais comum a exploração da rede por grupos para facilitar o engajamento cívico e a ação coletiva. Este espaço de expressão, onde manifestações estão à distância de um clique, é uma alternativa aos meios de comunicação de massa tradicionais. Permite que seus adeptos driblem o monopólio da opinião pública. Apesar dessa desmistificação da mídia e da quebra da hierarquia na comunicação, que se restringia a certos grupos sociais ou intelectualizados, há, ainda, muitos governos e corporações interessadas em cercear essa liberdade de trocas na internet.

## SUMÁRIO

### **1 INTRODUÇÃO**

### **2 CIBERCULTURA**

- 2.1 Cultura Digital
- 2.2 Ciber-rebeldes
- 2.3 Cultura Livre
- 2.4 Inteligência Coletiva

### **3 REGULAMENTAÇÃO DA CULTURA**

- 3.1 Propriedade Intelectual e Direito Autoral
- 3.2 *Creative Commons*
- 3.3 *Open Source e Software* Livre
- 3.4 *Copyright x Copyleft*
  - 3.4.1 *Copyfraud*
  - 3.4.2 *Copyfighters*
- 3.5 Marco Civil da Internet

### **4 “TERMOS DE USO” DA INTERNET**

- 4.1 Web 3.0
- 4.2 “Acesso à internet é um direito Fundamental”
- 4.3 Redes sociais – o megafone de uma década
- 4.4 Sociedade de controle
  - 4.4.1 Vigilância na Internet
  - 4.4.2 *Stop Online Piracy Act/ Protect Intellectual Property Act*

### **5 CIBERATIVISMO**

- 5.1 Liberdade sem fios
- 5.2 Slacktivism e o viral “Kony 2012”
- 5.3 Anonymous: “nós somos uma ideia”
- 4.4 Wikileaks

### **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

### **7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

## **8 ANEXOS**

**Anexo 8.1: WEB EVOLUTION - Nova Spivack, 2009**

**Anexo 8.2: A representatividade da internet no Egito.**

**Anexo 8.3: Ferramentas da Revolução.**

## 1 INTRODUÇÃO

As mudanças de paradigmas, proporcionadas por inovações que vão desde o surgimento do computador pessoal nos anos de 1960/70, à popularização da Internet fixa com os computadores coletivos em meados dos anos de 1980, até a emergência da era dos computadores coletivos móveis, têm como consequência, novas práticas e usos da informática, que se expande atualmente, provocando mudanças nas práticas sociais (LEMOS, André, 2005:02) <sup>1</sup>. Como afirmam Cooper, Green, Murtagh e Harper:

[...] Quando pensamos no impacto empírico do fenômeno dos celulares/aparelhos móveis na vida cotidiana, nós descobrimos que a sociologia e a filosofia contêm termos que parecem apropriados, mas que têm ou tiveram algumas conotações diferentes: por exemplo, mobilidade social, a problematização da distinção entre público/privado, a transformação estrutural da esfera pública, a metafísica da presença, o fonocentrismo, e, claro, a mobilidade imutável. (*apud* LEMOS, 2005:03)

Essas tecnologias móveis são capazes de transcender as limitações geográficas. Ruas, praças, avenidas, monumentos estão se reconfigurando em espaços de fluidez da comunicação, “lugares digitais” (HORAN *apud* LEMOS, 2005:22). Trazem à tona a era da ubiquidade, cuja origem está nos trabalhos de Mark Weiser. Seu trabalho pioneiro lançou em 1991, o que ele chamou de “Ubicomp”, que significa algo como: leva em conta o ambiente natural humano e permite que os computadores desapareçam no pano de fundo (WEISER *apud* LEMOS 2005:04) <sup>2</sup>. E ele tinha razão, pois suas conclusões refletem a era vigente, que é a era das conexões:

A ideia da computação ubíqua é de agir de forma oposta à tecnologia de realidade virtual (RV), que necessita da imersão do usuário no mundo simulado em 3D por computadores. Na “Ubicomp” de Weiser, é o computador que desaparece nos objetos. [...] Como afirma o autor na abertura do seu visionário artigo. “As tecnologias mais profundas são aquelas que desaparecem. Elas tecem-se ao tecido da vida quotidiana até se tornarem indistinguíveis da mesma.” <sup>3</sup> (WEISER *apud* LEMOS, 2004) <sup>4</sup>.

<sup>1</sup> Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/resumos/R1465-1.pdf> Acessado em 02 de maio de 2012.

<sup>2</sup> Tradução livre: *takes into account the natural human environment and allow computers themselves to vanish into the background*

<sup>3</sup> Tradução livre: *The most profound technologies are those that disappear. They weave themselves into the fabric of everyday life until they are indistinguishable from it.*

<sup>4</sup> Disponível na revista eletrônica *Razon y Palabra*, Edição 41(coordenada por Lemos). <http://www.razonypalabra.org.mx/anteriores/n41/alemos.html> Acessado em 09 de maio de 2012.

A cada dia torna-se mais difícil viver alheio a esse mundo virtual, que pode ser considerado uma extensão do mundo “real”, assim como os meios de comunicação seriam extensões do homem, como afirma uma das principais teorias de McLuhan. E hoje, o homem está tão apegado a esses “controles remotos do cotidiano”, que realmente essas “tecnologias nômades” (LEMOS, 2005:2) como *gadgets*<sup>5</sup>, parecerem extensões de seus dedos. Vivenciamos, atualmente, um processo intenso de virtualização das relações humanas através das redes sociais. Esse adensamento do envolvimento sociedade-tecnologia é marcante a partir de 1970 como lembra o sociólogo. A vida *online* se tornou indissolúvel da vida *offline*, com isso as pessoas se tornaram ciberdependentes.

“A internet tem sido a espinha dorsal da liberdade de expressão, o veículo que proporcionou e proporciona protestos ao redor do mundo [...]” (SOUZA, 2012)<sup>6</sup>. Um meio vibrante e viral cuja penetração é mais veloz que de qualquer outro meio de comunicação já existente. Em apenas três anos de funcionamento nos Estados Unidos a rede atingiu 60 milhões de pessoas. Marca que o rádio levou 30 anos para atingir e que a televisão só foi alcançar em 15 anos (CASTELLS apud DA SILVA, 1999)<sup>7</sup>.

Permite que indivíduos criem, compartilhem e colaborem “[...] em tempo real, sob diversos formatos e modulações, [...] reconfigurando a indústria cultural. Os exemplos são numerosos, planetários e em crescimento geométrico: blogs, podcasts, sistemas peer to peer (P2P), softwares livres, softwares sociais, arte eletrônica...” como afirma LEMOS (2007: 37-38) em “Cibercultura como Território Recombinante”<sup>8</sup>. O receptor segundo Barreto (apud DA SILVA, 2008) pode atuar desde a geração da informação, postando um documento até a assimilação de informação por meio das ferramentas de buscas.

Pierre Lévy e André Lemos conceituam de forma inédita e abrangente as mudanças globais geradas pela virtualização da informação no ciberespaço e a geração que utiliza a internet para expor suas idéias e socializar conteúdos, de modo a incitar a construção cooperativa de conhecimento. Enquanto as mídias de massa são unidirecionais, controladas a partir de grandes centros, pontos de produção e difusão, as mídias digitais são

<sup>5</sup> São dispositivos de alta tecnologia desenvolvidos para facilitar as tarefas de quem os utiliza. Equipamentos como iPhones, tocadores mp3 e PDAs são considerados Gadgets. Nos anos de 1990 havia um desenho animado chamado “Inspetor Buginganga”, mas o nome original (em inglês) era “*Inspector Gadget*”.

<sup>6</sup> Disponível em <http://mentefertil-2011.blogspot.com.br/2012/03/sopa-e-pipa-o-fim-da-liberdade-na.html> Acessado em 04 de junho de 2012.

<sup>7</sup> Disponível em [http://www.dgz.org.br/out08/Art\\_03.htm](http://www.dgz.org.br/out08/Art_03.htm) Acessado em 04 de junho de 2012.

<sup>8</sup> Trecho retirado do material que embasou a conferência ministrada no I Simpósio Nacional de Pesquisadores em Comunicação e Cibercultura, realizado na PUC-SP, em setembro de 2006. Disponível em <http://abciber.org/publicacoes/livro1/textos/cibercultura-como-territorio-recombinante1/> Acessado em 05 de junho de 2012.



multidirecionais, mas seu alcance global está ameaçado leis como a do Direito Autoral, por exemplo. Nesse contexto pós-mídias sociais, surgem ciberrebeldes, como os hackers, que confrontam organizações e governos que tentam de maneira abusiva coagir e monitorar a sociedade através das redes. Ciberativistas como o Anonymous, tentam impedir que a produção colaborativa e descentralizada da informação, feita fora das corporações jornalísticas, fora de agências de notícias, fora das mídias estatais ou privadas, seja controlada.

No final do século XX, os EUA abriram a Internet à humanidade, até então uma infraestrutura tecnológica em rede que servia para a comunicação e armazenamento de dados entre acadêmicos e militares. A partir desse momento começou a se construir o que pode ser chamado de Cibercultura, conceito estudado no primeiro capítulo do presente trabalho e que permeia todo o seu desenvolvimento.

O Dr. Joe Dispenza, neurofisiologista e autor do livro “Theater of the mind: A Preview of a working brain” (Teatro da mente: A Pré-estréia de um cérebro em funcionamento, tradução livre), afirma: “Nosso cérebro recebe 400 bilhões de bits de informação por segundo. Entretanto, nossa consciência só percebe 2.000 bits/s desse total”. A internet permite que as pessoas façam essa filtragem daquilo que querem ler, ver, escutar. Enquanto a televisão (ou como o ativista João Carlos Caribé se refere ao aparelho, “o Imbecilizador” em seu post “Saudades da gaiola dourada”<sup>9</sup>) tem uma programação fixa, pré-estabelecida, o que impede o espectador de escolher o que, e em que momento, quer assistir um programa. Através dessa metáfora da gaiola, Caribé expressa como pensar pode ser um ato considerado perigoso por aqueles que têm interesse em controlar a massa: “Olho para o lado vejo hamsters felizes girando a roda como se não houvesse amanhã, [...]. Impressiona ver o hamster cansado se jogar da roda no sofá e ligar o Imbecilizador, onde uma programação audiovisual o leva para um mundo de sonhos e consumo.

Em seguida, “Regulamentação da Cultura” discorre sobre essa tentativa de se normatizar as criações. A Internet está sofrendo um cerco técnico. Justificativas como a de combate ao ciberterrorismo, cibercrime e pedofilia estão perdendo força, pois em muitos casos o objetivo é controlar o acesso a informação. O Direito sobre criações como, por exemplo, livros, discos, é uma questão controversa. Os intermediários ficam com pelo menos 90% da arrecadação, isto se justificava quando não havia Internet e era necessária uma forte estratégia de marketing, quando os equipamentos para gravação, diagramação e impressão

---

<sup>9</sup> Disponível em <http://entropia.blog.br/2012/04/20/saudades-da-gaiola-dourada/> Acessado em 01 de julho de 2012.

eram caríssimos, mas hoje, pequenos estúdios que custam menos de R\$ 100,00 a hora podem produzir CDs com ótima qualidade e a Internet é a melhor ferramenta para divulgação atualmente. Grandes gravadoras movimentam verdadeiras fortunas, segundo o relatório mais recente da APBD (Associação Brasileira de Produtores de Disco), no ano passado (2009) o mercado movimentou R \$ 358.432 milhões com a venda de música nos formatos físicos (CD, DVD e Blu-ray) e formatos digitais (via Internet e telefonia móvel ), e ainda registrou um crescimento de 159,4% das vendas digitais via Internet. E segundo a IFPI, neste mesmo ano o mercado fonográfico girou U\$ 140 bilhões, ou quase 5% do PIB Brasileiro no mesmo período, e ainda culpam a pirataria por não arrecadarem mais.<sup>10</sup> Por isso, não querem perder sua cornucópia.

“Termos de uso” da Internet explora os impasses que políticos, juristas, corporações têm tentado impor à troca de informações na rede. No ciberespaço não existem líderes, não há uma hierarquia, fato, que se contrapõe a valores enraizados na sociedade. Projetos de lei como o AI-5 digital, SOPA, CISPAs servem para frear a comunicação. Como disse João Caribé em seu texto “2012 tempo de transição”, os neoludistas, aqueles que não aceitam as novas tecnologias, querem deter a comunicação, e ao fazer isso, detém também o poder, e a comunicação em rede além de poderosa é extremamente democrática, pois permite a construção cognitiva e coletiva do saber, potencializando ao máximo o conceito da Inteligência Coletiva sistematizado pelo filósofo Pierre Levy em seu livro “A Inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço”, citado no primeiro capítulo deste trabalho.

O último capítulo trata da principal questão investigada : o Ciberativismo. A idéia, segundo definição de autor desconhecido, é alinhar projetos e bandeiras ao ciberespaço para propagá-las no mundo virtual e real. “Porque afinal de contas, se criamos o ciberespaço, podemos recriar a realidade.”<sup>11</sup> Quem deu maior dimensão e repercussão a questão das mobilizações on-line, foi o site Wikileaks, que surgiu com o intuito de expor aquilo que deveria ficar em “off”, e por isso mudou a forma como o mundo encara a mídia. Como concluiu Ivana Bentes em uma entrevista concedida ao Instituto Humanitas Unisinos – IHU, “Podemos falar de infoguerra ou guerra da informação (um conceito que já existia) a partir do uso do ciberespaço e da ideia do anonimato, em função de uma possibilidade de proliferação infinita destas informações nos provedores e usuários do mundo inteiro.”. Segundo a Diretora da Escola de Comunicação da UFRJ, Ivana, a guerra da informação já existe há muito tempo,

---

<sup>10</sup> Disponível em <http://entropia.blog.br/2010/12/30/mantras-da-irracionalidade-direito-autoral/> Acessado em 01 de julho de 2012.

<sup>11</sup> Disponível em <http://inquietacoesdigitais.wordpress.com/2011/07/05/seja-um-ciberativista/> Acessado em 01 de julho de 2012.

inclusive como dado de estratégia e de poder. A explicitação de documentos feita pelo site vai totalmente contra a noção do segredo de estado e da conspiração de uma minoria contra a maioria.

## 2 CIBERCULTURA

Cibercultura pode ser considerado sinônimo de cultura digital de acordo com Lemos (2009:136) e Sérgio Amadeu (2009,68). É um neologismo composto pelo vocábulo “ciber” – oriundo da palavra cibernética, cujo significado em grego seria ciência de governar, podendo referir-se também aos verbos dirigir, pilotar <sup>12</sup>. Ambos são conceitos novos que incorporam as diversas perspectivas sobre o impacto dessa “era das conexões” na sociedade.

André Lemos é Doutor em Sociologia pela Sorbonne, professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Faculdade de Comunicação (FACOM), UFBA/CNPq. Seus estudos se aprofundam em temas como a sociabilidade, o tecnicismo e suas potencialidades, dando destaque à Internet, que disponibilizou e disponibiliza a criação de diversos canais de comunicação, trazendo um novo significado ao conceito “Aldeia Global” de McLuhan. Ao ser questionado sobre o histórico da cultura digital descrito em seu livro “Cultura Digital.br” – obra que congrega entrevistas e provocações com especialistas, ativistas e redes de coletivos culturais, referentes ao território eletrônico da Internet – o autor replica:

[...] E eu situaria o surgimento da cultura digital não no surgimento da informática na década de 1940, mas a partir da microinformática, que faz com que cada um possa ter na sua mão um instrumento de produção de informação, que vai se transformando, com a internet, não só num instrumento de produção e de consumo, mas em algo que é radical e continua sendo radical hoje: a possibilidade de produção coletiva, colaborativa e distributiva da informação. É um fenômeno inédito que hoje pela primeira vez nós podemos disseminar informação sob qualquer formato para qualquer lugar do planeta, sem necessariamente ter grandes recursos financeiros, pedir autorização ou concessão do Estado ou das instituições. Obviamente que não existe uma mídia totalmente democrática, não é isso que eu quero passar aqui, mas que há um movimento de apropriação do objeto técnico, que era o computador, e a transformação desse objeto técnico em um instrumento mais social do que individual e, a partir daí, dessa distribuição da informação de uma maneira mais horizontal a partir das redes. (LEMO, 2009:137) <sup>13</sup>

O mundo analógico não se transformou nesse mundo de bits, simplesmente por causa dos grandes computadores, ou de uma dimensão ontológica da inteligência artificial, muito menos devido aos grandes sistemas militares para contar e calcular balística. Portanto, não foi devido apenas ao desenvolvimento tecnológico, mas de uma confluência entre uma

---

<sup>12</sup>Disponível em <http://www.ciberduvidas.com/pergunta.php?id=1280> Acessado em 27 de abril de 2012.

<sup>13</sup> Disponível em <http://culturadigital.br/blog/2009/09/26/baixe-o-livro-culturadigital-br/> Acessado em 01 de maio de 2012.

sociabilidade que emergia na década de 1960 e a contracultura. Logo, esses fatores deram origem à microinformática, que por sua vez, tirou o poder da informação da mão de uma elite, na época militar e industrial, processo que Philippe Breton vai chamar de uma guerrilha contra a grande informática em seu livro no livro “A história da Informática” (BRETON *apud* LEMOS, 2009:136).

Posteriormente, com o desenvolvimento da computação sem fio, a vivência no espaço urbano se transforma, pois “solta as amarras e desenvolve-se de forma onipresente, fazendo com que não seja mais o usuário que se desloca até a rede, mas a rede que passa a envolver os usuários e os objetos numa conexão generalizada”(LEMOS, 2005:2). Em pleno século XXI, está em curso a fase da computação “pervasiva” (*Wi-Fi*; 3G;) e “senciente”<sup>14</sup> (*RFID*<sup>15</sup>; *Bluetooth*<sup>16</sup>), insistindo na mobilidade. E para complementar seus argumentos, Lemos (2004) cita David Weinberger<sup>17</sup> “[...] Nós estamos na era das conexões. Ser conectado está no cerne da nossa democracia e nossa economia. Quanto maior e melhor forem essas conexões, mais fortes serão nossos governos, negócios, ciência, cultura, educação...”.

Contudo, a existência por si só, dos artefatos digitais, não teria grande relevância para a sociedade contemporânea, não fosse o envolvimento desta com essas tecnologias e não fosse o potencial das redes de suprirem com rapidez, eficiência e praticidade as necessidades econômicas, sociais, culturais e de entretenimento da sociedade. Segundo Lemos, não é adequado nomear a cultura contemporânea pelos aparatos tecnológicos, isto é, tomamos a parte pelo todo. Esta era digital é a marca característica da formação cultural atual, mas “[...] não é a tecnologia que muda a sociedade. Nunca foi. A sociedade, ou os movimentos sociais ou as relações sociais, é o que dão sentido social e histórico para a tecnologia, e não o contrário.” (2009:206)

---

<sup>14</sup> A “computação pervasiva” é sinônimo de “Computação ubíqua” (em inglês: *Ubiquitous Computing* ou *ubicomp* – termo usado pela primeira vez pelo cientista de informática Mark Weiser em 1988 e publicado em 1991 no seu artigo *The Computer for the 21st Century*) refere-se portanto, à onipresença da informática no cotidiano das pessoas. “E se caracteriza pela introdução de chips em equipamentos e objetos que passam a trocar informações.” Disponível em <http://www.pervasive.dk/>. Acessado em 01 de maio de 2012. Já a palavra senciente está ligada às sensações, impressões, assim, atribui-se “computação senciente” à possibilidade de interconexão de computadores e objetos através de sensores que passam a se reconhecer de maneira autônoma e a trocar informações. Disponível em [http://en.wikipedia.org/wiki/Sentient\\_computing](http://en.wikipedia.org/wiki/Sentient_computing) Acessado em 01 de maio de 2012.

<sup>15</sup> RFID é o acrônimo *radio frequency identification* e caracteriza-se por etiquetas que emitem ondas de rádio que podem informar a localização e propriedades de diversos produtos. As etiquetas RFID irão substituir os atuais códigos de barra.

<sup>16</sup> O *Bluetooth* permite a conexão entre redes sem fio com alcance de 10 metros em geral. Mais usado para conectar equipamentos caseiros como impressoras, celulares, computadores.

<sup>17</sup> Tradução livre: David Weinberger é membro do *Berkman Center for the Internet & Society*, da Faculdade de Direito de Harvard. Sua biografia está disponível em <http://www.hyperorg.com/speaker/bio.html>

Joshua Meyrowitz, professor do Departamento de Comunicação da Universidade de New Hampshire, na Carolina do Norte, por sua vez, fala de uma volta à cultura nômade primitiva. O mundo atual está assumindo uma forma de organização social mais fluida, com papéis menos rígidos e lugares sociais intercambiáveis que se aproxima em muito da forma social dos primeiros agrupamentos humanos. (MEYROWITZ *apud* LEMOS, 2005:5).

## 2.1 Cultura Digital

Ivana Bentes analisa o conceito de cultura digital em um manuscrito <sup>18</sup> que aborda desde a Cultura Analógica à Cultura Popular Digital, partindo do pressuposto de que a revolução das tecnologias digitais é, em essência, cultural, ou seja, os usos de tecnologia digital mudam os comportamentos, as formas de se comunicar e de se relacionar. Com isso, pode-se afirmar que uma nova realidade vem sendo construída. Completamente diferente daquela onde os meios de comunicação de massa são poucos programando para muitos, com sistemas de restrição muito fortes.

O desenvolvimento e aperfeiçoamento de técnicas [...] possibilitou esta grande inovação, que, quanto a nós, tem suscitado fortes mudanças paradigmáticas e uma autêntica "revolução social" (em relação aos hábitos, costumes, formas de estruturação social, de organização das empresas, de organização e estruturação do pensamento e do conhecimento): o aparecimento da informática [...] (MENDES) <sup>19</sup>.

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) afetam a personalidade de indivíduos, inclusive estudos da Universidade de Elon, na Carolina do Norte, EUA, revelaram que a internet melhora tanto a inteligência emocional das pessoas, quanto o raciocínio e a lógica.<sup>20</sup> De acordo com a Ph. D. em Sociologia e Psicologia da Personalidade pela Universidade de Harvard, Sherry Turkle (*apud* MENDES), a interação com os objetos computacionais pode provocar fortes reações positivas ou negativas. Enquanto aqueles que navegam na rede sentem-se fascinados e procuram sempre descobrir novas possibilidades (tecnofilia), quem não usa o computador, sente verdadeiro pavor (tecnofobia).

---

<sup>18</sup> Texto inédito.

<sup>19</sup> MENDES, Maria de Balsamão é Mestre pela Universidade Aberta de Portugal em Formação de professores especializados em TIC e aprendizagem por meios eletrônicos. Trecho disponível em <http://www.prof2000.pt/users/mbmendes/as%20tic%20e%20a%20produ%C3%A7%C3%A3o%20do%20conhecimento.htm> Acessado em 27 de abril de 2012.

<sup>20</sup> Disponível em <http://www.tecmundo.com.br/3811-debate-passar-muito-tempo-em-frente-ao-computador-afeta-os-relacionamentos-sociais-.htm#ixzz1tFjnoZHB> Acessado em 03 de maio de 2012.

Jayme Aranha Filho, em seu artigo "Tribos Eletrônicas: usos & costumes" (1995) aponta exatamente essas duas posições radicais em relação à Internet, o "cego entusiasmo" e o "pavor catastrófico". À medida que a internet vai ganhando popularidade, surge uma postura intermediária, quanto a isso, a hipótese do autor é que: “a rede se difunde tão rapidamente porque estabelece uma metáfora de totalidade, tendo em seu interior uma replicação das instituições sociais. Seria, então, através da eficácia de suas "analogias com o mundo" que a rede se expandiria.” (FILHO *apud* GUIMARÃES JR., 1997) <sup>21</sup>.

## 2.2 Ciber-rebeldes

O ciberespaço está na iminência de se tornar apenas um grande supermercado on-line e ferramenta de desinformação e manipulação. Por isso, Lemos (2009:138) cita: “olha, aproveite a tecnologia, faça dessa tecnologia uma obra de arte, porque só assim você vai poder dominar esse sistema, e não deixar que outros dominem o sistema e você junto”. Seguindo a filosofia punk “se você não gosta do que existe, faça você mesmo – ou, simplificando, *do it yourself*.” Afirmar ainda, que essas tecnologias microeletrônicas são produtos de uma atitude ciberpunk contra a grande informática. O movimento que começou na Inglaterra nos anos 70 deixou resquícios em várias áreas, entre elas a música, a literatura, a moda, atingindo a cultura eletrônica, digital e chegando aos Cyberpunks<sup>22</sup>, que para Lemos (LEMOS, 2001:45) <sup>23</sup>, são “*outsiders*” <sup>24</sup>, que surgiram da mistura de cultura tecnológica e ativismo underground. <sup>25</sup>

O termo passou a ser usado também para designar os "ciber-rebeldes", subversivos do submundo da informática. Entretanto, não é novidade que o surgimento de novas tecnologias gera rebeliões, como exemplifica Lemos, em seu artigo publicado no jornal A Tarde em 1996, ao citar o movimento Ludista na Inglaterra, no qual os operários quebraram máquinas no começo da Revolução Industrial e dos “rebeldes sem causa”, jovens da década de 50 da geração *baby-boom*, popularizados pelo cinema. Hoje, essa juventude transviada é conhecida

<sup>21</sup> Disponível em <http://www.cfh.ufsc.br/~guima/ciber.html> Acessado em 23 de maio de 2012.

<sup>22</sup> Cyberpunk é uma palavra criada por Bruce Bethke em um conto ficcional sobre hackers adolescentes, escrito em 1980, depois que ele foi atacado por hackers.

<sup>23</sup> Disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/viewFile/3119/2392> Acessado em 27 de abril de 2012.

<sup>24</sup> Tradução livre: marginais, aqueles que estão à margem do convívio social.

<sup>25</sup> Disponível em: <http://ebookbrowse.com/ciber-rebeldes-andr-%C2%AE-lemos-doc-d86608975>. Acessado em 02 de maio de 2012.

como tecno-rebeldes, entre eles destacam-se: os "phreakers", os "hackers", os "crackers", os "cyberpunks", os "ravers" e os "zippies" <sup>26</sup>.

É importante esclarecer as diferenças entre essas tribos urbanas. Principalmente entre hackers e crackers, pois o sentido pejorativo de hacker ainda persiste entre o público leigo, mas a mídia já tem empregado o termo correto, que seria cracker. Mas primeiramente, é preciso saber quem são os Phreakers. Muito ativos nos anos 80, esses hackers da telefonia, tinham como objetivo burlar sistemas telefônicos e realizar chamadas grátis ou alterar configurações de alguma linha. Eles organizavam as famosas "*party lines*", festas em linha com varias pessoas de locais diversos. "Jon Engressia é considerado o pai dos phreakers. Cego de nascença, ele queira encontrar outros cegos pelas linhas mundiais de telefonia." (LEMOS, 1996). Com a introdução dos sistemas digitais os phreakers, mistura de "*freak*" e "*phone*" ("maníacos por telefone"), evoluíram e hoje, são os responsáveis por invadir celulares sofisticados, burlar ou interceptar ligações de telefonia IP, dentre outras transgressões.

Na década de 60, quando programadores adotaram o termo hackers, que vem da palavra inglesa *hack*, referindo-se ao trabalho dos carpinteiros e escultores que, usam ferramentas para ir eliminando lascas da madeira até que esta tomasse a forma desejada, o intuito era denominar o trabalho meticuloso que realizam, só que com softwares. Eles pretendiam liberar as informações e os computadores do poder militar, industrial e universitário e foram os responsáveis por importantes inovações na computação, incluindo a microinformática, a linguagem de programação C, o sistema operacional Unix e o GNU/Linux, entre outras.

Os primeiros hackers visavam demonstrar a falibilidade das redes, daí vem a invasão à sistemas de computadores. [...] Os hackers alemães do Chaos Computer Club de Hamburgo, por exemplo, penetraram o sistema da caixa econômica local, retiraram em poucas horas milhares de marcos e, no dia seguinte, foram à agência devolver e mostrar as falhas do sistema. Por isso os hackers tornaram-se conhecidos como os "Robin Wood" da cibercultura. (LEMOS, 1996). <sup>27</sup>

Recentemente, passaram a ser reconhecidos como profissionais do mercado de segurança da informação, sendo assim, contratados por empresas, agências governamentais, instituições financeiras. Muitos compartilham informações e colaboram em projetos comuns, incluindo ativismo, e criação de software livre, constituindo, desse modo, uma comunidade hacker com ideologia e motivações específicas, como é o caso do Anonymous.

<sup>26</sup> Disponível em <http://www.facom.ufba.br/pesq/cyber/lemos/rebelde.html> Acessado em 14 de maio de 2012.

<sup>27</sup> Disponível em <http://www.facom.ufba.br/pesq/cyber/lemos/rebelde.html> Acessado em 14 de maio de 2012.



Porém, para diferenciar aqueles que têm boas intenções como mostrar as falhas de sistemas, democratizar a informação, daqueles que usam seus conhecimentos com fins imorais, ilegais ou prejudiciais, foi criado o termo cracker. Eles pirateiam programas, penetram em sistemas com o intuito de “quebrar tudo” (daí o nome "cracker"), espalham vírus destrutivos, roubam informações confidenciais, geralmente para vendê-las ou para aplicar golpes na internet. *Black hat* ("chapéu preto") e *dark-side hacker* ("hacker do lado negro") em referência à série de filmes Star Wars são dois outros nomes para se referir a esses vândalos da rede.<sup>28</sup>

Enquanto, cypherpunks (união de cyberpunks e cifras, "cypher" em inglês) são aqueles que lutam pela manutenção da privacidade no ciberespaço através da difusão de programas de criptografia de massa (proibidos, entretanto, em vários países). Eles buscam garantir a liberdade individual se organizando contra as tentativas governamentais ou privadas de rastrear e analisar os passos online de cada um, como quando são utilizados cartões de crédito, realizadas consultas bancárias.

Os Zippies por sua vez, são neo-hippies dos anos 90, influenciados pela contracultura dos anos 70, que utilizam a internet para atingir os valores da era de Aquário. Através das redes se fortalecem em comunidades virtuais através da manipulação mística de dados, em busca de um conhecimento do Cosmos. O fenômeno dos zippies é tipicamente inglês e teve início em 1987. Zippie significa "Zen Inspired Pagan Professionals", que em tradução literal seriam Profissionais Pagãos Inspirados no Zen. Os ravers (do inglês "*to rave*", cuja tradução seria delirar), utilizam os aparatos tecnológicos para se reunirem em festas (muitas vezes clandestinas) de música "tecno", de danças “tribais”, rituais psicodélicos, resgatando arquétipos de ritos ancestrais. O movimento rave é assim ao mesmo tempo cultural, social e político.

Ambos são herdeiros dos "travellers" (hippies nômades) e têm influencia dos *squatters*, movimento que começou na Inglaterra nos anos de 1960, quando alguns londrinos se instalaram em edifícios abandonados, em razão da crise do setor imobiliário ou até mesmo como uma forma de resistência contra o sistema. Assim, originaram-se as *squat parties*, festas que acontecem em lugares abandonados e secretos e são divulgadas somente na noite em que serão realizadas.

---

<sup>28</sup> Denominações disponíveis em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Hacker> Acessado em 25 de abril de 2012.

## 2.3 Cultura Livre

O ciberespaço reduz a confidencialidade de sociedades secretas ou senhas, já que os hackers hoje são capazes de invadir praticamente qualquer site. Esse termo que se refere a um espaço imaterial foi mencionado pela primeira vez em 1984, pelo escritor norte-americano William Gibson em seu livro de ficção científica *Neuromance*. Depois, essa expressão que envolve toda a infraestrutura das redes telemáticas, mas que surgiu antes mesmo do advento da Internet<sup>29</sup> propriamente dita passou a ser empregado em larga escala pelos criadores e usuários das redes digitais. Lévy tece o seu próprio conceito sobre essa "geografia móvel da informação" de Gibson e insiste no aspecto da codificação digital, pois esta condicionaria "o caráter plástico, fluido, calculável com precisão e tratável em tempo real, hipertextual, interativo e, resumindo, virtual da informação" (LÉVY, 1999:92).

A transparência é então, a melhor opção nesse espaço que saiu da ficção e se popularizou com a *World Wide Web*<sup>30</sup>, onde uma simples pesquisa no Google pode desmistificar muitas questões. Aqueles que tentam “nadar” contra esse fluxo horizontal de informações, mantendo seus projetos “trancados” vão acabar sendo esquecidos ou substituídos por pensadores condescendentes quanto às suas próprias criações. Pois, uma cultura se constrói a partir da recombinação, cópia, apropriação, mescla de elementos diversos, como afirma André Lemos:

Toda cultura é, antes de tudo, híbrida; formação de hábitos, costumes e processos sócio-técnico-semióticos que se dão sempre a partir do acolhimento de diferenças e no trato com outras culturas. A recombinação de diversos elementos sejam eles produtivos, religiosos ou artísticos, é sempre

---

<sup>29</sup> Cabe aqui destacar, que “A palavra Internet é tradicionalmente escrita com a primeira letra maiúscula, como um nome próprio. Internet Society, Internet Engineering Task Force, ICANN, World Wide Web Consortium e várias outras organizações relacionadas usam essa convenção em suas publicações. Da mesma forma, vários jornais, revistas e periódicos usam o mesmo termo, incluindo The New York Times, Associated Press e Time. Outras organizações alegam que a primeira letra deve estar em minúsculo (internet), e que o artigo "a internet" é suficiente para distinguir entre "uma internet", usada em outras instâncias. Publicações que usam essa forma estão ausentes no meio acadêmico, mas presentes em mídias como The Economist e The Guardian. Internet e internet possuem significados diferentes. Enquanto internet significa um conjunto de redes de computadores interligadas, a Internet se refere à internet global e pública, disponibilizada pelo Protocolo de Internet. Dessa forma, existem inúmeras internets espalhadas por redes particulares, seja interligando empresas, universidades ou residências. Entretanto, existe somente uma rede única e global, o conjunto de todas as redes, a Internet.” Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Internet> Acessado em 14 de maio de 2012.

<sup>30</sup> *World Wide Web* que em português significa "Rede de alcance mundial" (também conhecida como *Web* e WWW) foi lançada por Tim Berners-Lee em 1991. Através de um programa de computador chamado navegador, informações (documentos ou páginas) são descarregados de servidores web e mostrados na tela do usuário, que pode "navegar" ou "surfar" na *Web*. O termo Web é usado erroneamente como sinônimo da própria Internet. Trata-se apenas um serviço que utiliza a Internet, assim como as mensagens de e-mail. Disponível em [http://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria\\_da\\_World\\_Wide\\_Web](http://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_da_World_Wide_Web) Acessado em 02 de maio de 2012.

um traço constitutivo de toda formação cultural. Por outro lado, toda tentativa de fechamento sobre si acarreta empobrecimento, homogeneidade e morte. A cultura necessita, para se manter vibrante, forte e dinâmica, aceitar e ser, de alguma forma, permeável a outras formas culturais. Esse processo está em marcha desde as culturas mais “primitivas” até a cultura contemporânea, a cibercultura. Assim, não é a recombinação em si a grande novidade, mas a forma, a velocidade e o alcance global desse movimento. (LE MOS, 2009:38)

Esse processo de digitalização interfere de muitas maneiras, ora como suporte ampliando a possibilidade de acesso, a possibilidade de trocas, ora como um território de produção cultural específica. Como afirma Ivana Bentes (2012): “[...] O texto libertou-se do papel, ou seja, o texto pode circular por diferentes mídias (computador, celular, tablets, etc.), pois se tornou ‘imaterial’. O filme e a fotografia libertaram-se da ‘película’. [...] Com isso, a tecnologia digital eliminou o desgaste material [...]”<sup>31</sup>, mas ao mesmo tempo tem colocado em crise os intermediários: as editoras, as gravadoras, as redações de mídia impressa, as produtoras de filmes. Hoje, é possível editar e distribuir todo tipo de conteúdo pela internet, sem precisar de grandes investimentos ou ainda de forma colaborativa. Ronaldo Lemos, professor titular e coordenador da área de propriedade intelectual da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro aponta, em “Cultura Digital.br”, os principais fatores que corroboram para o agravamento dessa crise:

São vários fatores, desde a concorrência com outras mídias até a mudança de hábito do consumidor como um todo. [...] surgiu um novo competidor para a indústria cultural. Esse competidor é a própria sociedade. Isso é um dado muito novo, é algo muito recente, e que realiza uma transferência de poder. Este poder sai do produtor de conteúdo, que se torna descentralizado, e passa para o agregador. Por exemplo, qual é o grande ativo financeiro do YouTube? O fato de ele ser acessado e ter se tornado um ponto de convergência. (LE MOS, A. 2009:99)

A infraestrutura digital permite o contato direto entre consumidor e produtor, o que pode gerar uma agregação de valor para muitas empresas. Essa ausência de mediador é um fator positivo para alguns como exemplifica o economista Ladislau Dowbor:

É um deslocamento do conceito da territorialidade. A conectividade permite que territórios antes isolados não precisem de intermediários para sobreviver. Se pensarmos no pessoal do Amapá que trabalha com castanha. Antes, se eles entregavam o produto bruto. Catavam, jogavam no cesto e entregava bruto para atravessador. Agora, foi possível para eles se organizarem em cooperativa, fazerem um acordo com a Universidade de

Macapá, que disponibilizou o laboratório de química para triturarem a castanha e extraírem as essências e vendem diretamente para as empresas de perfumaria na França através da internet. (DOWBOR, 2009:66)

A internet comprimiu o conceito de espaço. Em 1992, o então senador estadunidense Al Gore, já falava na *Superhighway of Information*. Essa "super-estrada da informação" tinha como unidade básica de funcionamento a troca, compartilhamento e fluxo contínuo de informações pelos quatro cantos do mundo através de uma rede mundial. Como ratifica Pierre Lévy: "Interatividade é a disponibilização consciente, a fim de promover mais e melhores interações, admitindo interrupções e reorientações do fluxo informacional em tempo real".

Colaboração. Essa é a palavra que dá tônus muscular para a internet seguir desbravando caminhos e novidades. O conceito, claro, não é novo. [...] Assim como diversos outros fenômenos, a internet só potencializou essa ajuda coletiva. Alexandre Inagaki, [...] hoje consultor de mídias sociais, [...] acredita que a colaboração está fazendo com que a internet subverta a noção de qualidade, pensando mais na ideia que no formato ou na sua apresentação. "Você pega um cara como o *mister guitar man*, o cara faz vídeos sensacionais *a la* Michel Gondry, mas faz isso usando como interface o YouTube, que era um sinônimo, há alguns anos, de vídeos com qualidade tosca e que não poderiam ser exibidos em uma televisão tradicional. Só que, na medida em que a tecnologia avança, você consegue produzir vídeos com extrema qualidade, ao mesmo tempo que as gerações que cresceram acompanhando a internet se acostumaram a assistir a vídeos não necessariamente com aquela qualidade profissional." (JANSEN, 2011)<sup>32</sup>

Precursor da Cibercultura, o filósofo Pierre Lévy, antecipa em seu livro, "As Tecnologias da Inteligência: o futuro do pensamento na era da informática.", lançado em 1990, a necessidade de criação de ferramentas tecnológicas direcionadas para a mediação do intelecto dos indivíduos na sociedade, de modo a aprimorar suas capacidades criativas e permitir assim, a construção cooperativa de conhecimento. Através das redes, a sabedoria de cada pessoa iria agregar valor a uma cadeia, gerando uma metacognição cibernética coletiva.

Ao trabalhar juntamente com o pesquisador Douglas Engelbart, da Universidade de Stanford, Levý desenvolve uma teoria sobre um veículo de sinergia operacional chamado *Groupware* (uma espécie de software colaborativo)<sup>33</sup>, que ligasse o homem com a máquina e esta novamente com o homem. Ao juntar técnica e coletivos de inteligência, eles seriam

<sup>32</sup> Edição 37 Disponível em <http://www.revistadacultura.com.br:8090/revista/rc37/index2.asp?page=capa> Acessado em 22 de maio de 2012.

<sup>33</sup> São programas e sistemas, que vão desde o correio eletrônico até sofisticados gerenciadores de fluxo de trabalho, voltados para o suporte de empresas que pretendem desenvolver um sistema de trabalho cooperativo e uma coordenação descentralizada.

capazes de construir tecnologias intelectuais que “reorganizam, de uma forma ou de outra, a visão de mundo de seus usuários e mudam seus reflexos mentais.” (LEVY, 1992)<sup>34</sup>.

Tendo em vista que as telecomunicações são responsáveis por estender de uma ponta à outra do mundo as possibilidades de transmissão de saber, para além das diferenças de pontos de vista e de interesses, o livro “Cibercultura”<sup>35</sup> enfoca as implicações culturais do desenvolvimento dessas tecnologias. Dando ênfase a atitude geral frente ao progresso da digitalização da comunicação, e as mudanças globais geradas por essa virtualização da informação. Mudanças estas, que afetam indústrias, pesquisas, a educação, os sistemas políticos, ou seja, todos os diferentes segmentos da vida social.

Essa rede hipermediática, que conecta em um mesmo espaço virtual o cinema, o rádio, a televisão, o jornalismo, a música, as telecomunicações e a informática, – como cita Levý em seu livro “Cibercultura” – foi chamada por Albert Einstein nos anos 50, de bomba de telecomunicações. Já Roy Ascott (um dos pioneiros e principais pesquisadores no campo da arte, da tecnologia e da consciência) a definiu “segundo dilúvio”, por conta da sua natureza exponencial, explosiva e caótica. Perspectiva que Levý legitima ao declarar:

A quantidade bruta de dados disponíveis se multiplica e se acelera. [...] Os contatos transversais entre os indivíduos se proliferam de forma anárquica. [...] É o transbordamento de informações, a inundação de dados, as águas tumultuosas e os turbilhões da comunicação, da cacofonia e o psitacismo ensurdecido das mídias, a guerra das imagens, as propagandas e as contra-propagandas, a confusão dos espíritos” (LEVY, 1997:13)

Ao contrário do dilúvio bíblico, este cataclismo de bits não cessará. “Não há nenhum fundo sólido sob o oceano de informações” (LEVY, 1997:15). Sendo assim, é preciso acompanhar o fluxo desse novo universo sem precedentes e sem parâmetros: “O fino enredamento dos humanos de todos os horizontes em um único e imenso tecido aberto e interativo gera uma situação absolutamente inédita e portadora de esperança, [...] embora também crie novos problemas.” (LEVY, 1997:14).

O lado negativo dessa cultura digitalizada são os conflitos de interesses e as disputas de poder que se desenrolam em torno do ciberespaço, a manutenção da diversidade cultural

<sup>34</sup> Disponível em <http://www.ufscar.br/rua/site/?p=3047> Acessado em 02 de maio de 2012.

<sup>35</sup> Segundo a definição dada por Pierre Lévy, o neologismo Cibercultura especifica o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais) de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço.

frente aos imperialismos políticos, econômicos ou midiáticos e a exclusão frente aos avanços do movimento tecno-social.

A ambivalência ou a multiplicidade das significações e dos projetos que envolvem as técnicas são particularmente evidentes no caso do digital. O desenvolvimento das cibertecnologias é encorajado por Estados que perseguem a potência, em geral e a supremacia militar em particular. É também uma das grandes questões da competição econômica mundial entre as firmas gigantes da eletrônica e do software, entre os grandes conjuntos geopolíticos. (LÉVY, 1997:24)

Por outro lado, é preciso enfatizar o potencial criativo, libertário, emancipatório, propiciado pela socialização de conteúdos na internet, como afirma Ivana Bentes, Doutora em Comunicação pela UFRJ. Levý corrobora ao falar sobre as oportunidades que as redes interligadas oferecem:

Mas também responde aos propósitos de desenvolvedores e usuários que procuram aumentar a autonomia dos indivíduos e multiplicar suas faculdades cognitivas. Encarna, por fim, o ideal de cientistas, de artistas, de gerentes ou de ativistas da rede que desejam melhorar a colaboração entre as pessoas, que exploram e dão vida a diferentes formas de inteligência coletiva e distribuída. (LEVÝ, 1997:24).

## **2.4 Inteligência coletiva**

A linguagem verbal, ferramenta extraordinária de socialização, formada por signos linguísticos, estabeleceu um padrão coletivo de comunicação. Contudo, foi com a invenção da escrita que o patrimônio do saber pode ser registrado e passado adiante para gerações futuras, não precisando mais o homem se preocupar com a questão do apagamento das memórias. Mas, apesar de a escrita se tornar memória de um povo, de uma cultura, armazenando e propagando o conhecimento para muito além do tempo e espaço, ainda assim, havia uma série de dificuldades para a construção de um coletivo inteligente. Já que, a partir da tradição hermenêutica da comunicação, como afirma Levý (1993:89): "pela primeira vez os discursos podem ser separados das circunstâncias em que foram produzidos [...] a comunicação puramente escrita elimina a mediação humana".

Além disso, as limitações e contradições inerentes ao processo de impressão e escritura tradicionais levaram à criação do hipertexto<sup>36</sup>. No entanto, foi com o advento da informática, que essa linkagem de informações revelou o seu potencial. Outros pontos negativos da escrita é a questão de que esta suscitava o desenvolvimento de saberes teóricos que separavam o emissor do receptor impossibilitando a construção de um hipertexto comum. Outro aspecto desfavorável é a conservação material de manuscritos e livros, que ao longo do tempo acabam se desintegrando.

A codificação digital, por sua vez, torna o suporte da informação extremamente mais leve, móvel, flexível. Caracterizando-se pela hipertextualidade, pela conexão de mídias e de pessoas de uma forma diferente, porém análoga àquela interação que havia no período histórico marcado pela oralidade. “O modelo digital [...] por ser, em si mesmo, um princípio de interface, a codificação digital, com seus *bits* de imagens, textos, sons, imbrica, nas suas tramas, nosso pensamento e nossos sentidos.” (SANTAELLA, 1997:41). O diferencial é que agora se utiliza uma máquina, outra particularidade importante dessa “oralidade digital” é que uma informação seja ela escrita, imagética ou sonora é passível de decomposição, recomposição, comentário, ordenação entre outras interferências de modulação.

Essas trocas intelectuais tecno-coletivas, segundo Ivana Bentes, são propiciadas pela democratização do acesso à internet e do software livre, de modo a potencializar a produção cultural, criando inclusive novas formas de linguagem (o remix<sup>37</sup>, a paródia, as colagens, os virais, os memes). Pierre Levý é otimista quanto aos efeitos dessas novas tecnologias e à prosperidade desse novo espaço antropológico que está se aprimorando com a internet: o Espaço do Saber.

“Uma inteligência distribuída por toda parte: tal é o nosso axioma inicial. Ninguém sabe tudo, todos sabem alguma coisa, todo o saber está na humanidade.” Apoiando-se nessa tese, Pierre Levý disserta em seu livro “A Inteligência Coletiva: por uma Antropologia do Ciberespaço”, sobre o conceito de inteligência coletiva, que segundo ele seria: “uma inteligência distribuída por toda parte, incessantemente valorizada, coordenada em tempo real,

---

<sup>36</sup> “A tecnologia hipertexto tem a significação de escrita/leitura não linear e corresponde à maneira de pensar e agir humana, baseada na associação de ideias.” Disponível em <http://www.prof2000.pt/users/mbmendes/as%20tic%20e%20a%20produ%C3%A7%C3%A3o%20do%20conhecimento.htm> Acessado em 07 de maio de 2012.

<sup>37</sup> O termo remix surgiu nos anos 70, quando produtores e DJs descobriram que era possível mexer na música depois que ela havia sido gravada. Hoje o conceito de remixagem não se restringe à música, pois com as ferramentas digitais é possível fazer combinações, colagens e cortes de informações, imagens, e muito mais. O que gera novas formas de apropriação, desvios e criação livre a partir desses outros formatos, modelos, etc. Disponível em [http://www.digestivocultural.com/ensaios/ensaio.asp?codigo=301&titulo=Cultura\\_do\\_remix](http://www.digestivocultural.com/ensaios/ensaio.asp?codigo=301&titulo=Cultura_do_remix) Acessado em 09 de maio de 2012.

que resulta em uma mobilização efetiva das competências” (LEVY, 2003:29). Basicamente, seria a partilha de funções cognitivas, como a memória, a percepção e o aprendizado, sendo assim, um dos principais motores da Cibercultura.

Em uma entrevista concedida por Levý à Howard Rheingold<sup>38</sup> – especialista em implicações culturais, sociais e políticas dos modernos meios de comunicação em comunidades virtuais (termo que ele mesmo criou) – ele explica que essa noção de “Cérebro global” expressão introduzida por Peter Russell<sup>39</sup> em 1982, é muito ampla e já existe nas sociedades animais, como por exemplo, entre as abelhas e as formigas. Nas sociedades humanas há uma intensificação desse processo, que não acontece só no nível individual, mas também no nível social. A internet contribui muito para o desenvolvimento da inteligência coletiva e para a ampliação do seu alcance. A disseminação de plataformas interativas como os Wikis, Web 2.0, fóruns, são alguns exemplos da manifestação desse tipo de democratização do saber.

Considerando o aspecto participativo, socializante, emancipador da inteligência coletiva, Levý afirma que ela pode ser melhor compartilhada quando expandida e modificada por “sistemas técnicos e externos ao organismo humano”, referindo-se aos meios de comunicação e à internet (1998). Além disso, essas redes inteligentes se originam do equilíbrio entre a cooperação e a competição, isto é, a partir da troca de ideias e do ato de confrontar pensamentos opostos, gerando assim, conhecimento.

Esse novo espaço de comunicação, onde todas as informações estão interconectadas e ubíquas é considerado o “Novo pharmakon<sup>40</sup>”, o que significa que a inteligência coletiva é ao mesmo tempo um veneno para aqueles que dela não participam (e ninguém pode participar completamente dela, de tão vasta e multiforme que é) e um remédio para aqueles que mergulham em seus turbilhões e conseguem controlar a própria deriva no meio de suas correntes”. (LEVY, 1997:30)

Para André Lemos professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA), a Cibercultura nasce nos anos 50, com a informática e a cibernética, tornando-se popular através dos microcomputadores na década de 70, consolidando-se nos anos 90 com a internet. Nesse último estágio há uma alteração das dinâmicas sócio-comunicacionais. Inclusive, muitas questões polêmicas e importantes surgiram com o advento em massa da internet e que estão envolvidas diretamente com a inteligência coletiva: direitos autorais, *software* livre,

<sup>38</sup> Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=8kCV4EEy2IE> Acessado em 19 de abril de 2012.

Pierre Lévy on Collective Intelligence Literacy

<sup>39</sup> Autor britânico e produtor de filmes sobre estudos da consciência, espiritualidade e o futuro da humanidade.

<sup>40</sup> Em grego arcaico significa ao mesmo tempo remédio e veneno.



*Creative Commons*, entre outras. Como alega Marcuse, filósofo associado à Escola de Frankfurt, em 1999: “A técnica por si só pode promover tanto o autoritarismo quanto a liberdade, tanto a escassez, quanto a abundância, tanto o aumento quanto a abolição do trabalho árduo.” Por isso, Carl Sagan (*apud* MENDES), enfatiza a importância de se educar os usuários, informando-os das utilizações positivas e negativas do computador, a fim de impedir os abusos organizacionais, burocráticos e governamentais.

### 3 REGULAMENTAÇÃO DA CULTURA

A Internet não tem um inventor específico, nem há qualquer data que marque o seu nascimento. Porém, seu surgimento trouxe inúmeras implicações para a vida humana, sobretudo no que diz respeito à circulação do conhecimento, como já foi evidenciado. O fato de, por exemplo, digitalizar uma imagem, deformá-la, e recompô-la novamente, associá-la a outras imagens, gerando um GIF<sup>41</sup>, “linká-la” a um texto, são possibilidades que determinam um novo modelo de “conhecimento”.

Alan Kay<sup>42</sup> (*apud* PONTE, 1997:46), um premiado cientista da computação que investigava os sistemas interativos, afirmou que: “o computador é o primeiro *metamedium*, e por isso tem graus de liberdade para representação e expressão, nunca antes reunidos num único instrumento”. Disse, ainda, que os programas para elaboração de textos, de desenhos, de cálculos, de pesquisas, serão o papel e o lápis de um futuro próximo. Futuro esse, que já se tornou o presente, tendo em vista que crianças de menos de cinco anos aprendem manejar o mouse, descobrem as funções do computador ou jogam games, antes de serem capazes de realizar atividades comuns para a idade, como por exemplo, amarrar o cadarço, andar de bicicleta, nadar, informou uma pesquisa feita pela AVG.<sup>43</sup>

Diariamente, blogueiros incluem imagens e textos que não lhes pertencem ou mesmo crianças incluem materiais encontrados no Google em trabalhos de colégio. Mas, há sempre o risco de serem acusados de violação da “propriedade” de alguém. Ronaldo Lemos no Prefácio da edição brasileira do livro “Cultura Livre: Como a grande mídia usa a tecnologia e a lei para bloquear a cultura e controlar a criatividade”, lançado em 2000 por Lawrence Lessig<sup>44</sup>, ironiza: “[...] cada vez temos mais acesso a recursos criativos que eram privilégio das grandes empresas de mídia, mas devemos nos abster de usar esse poder “seriamente”, gerando desenvolvimento”.

No início [...] a cultura não comercial era essencialmente não regulada. [...] A maneira cotidiana de os indivíduos partilharem e transformarem sua cultura – contando histórias, representando cenas de obras teatrais ou da TV, participando de fã-clubes, compartilhando música, gravando fitas – era ignorada pela lei. A lei se concentrava na criatividade comercial. Inicialmente de maneira sutil, depois de forma vasta, ela protegeu incentivos

<sup>41</sup> *Graphics Interchange Format* é um termo que se refere às animações formadas por várias imagens compactadas em uma única imagem.

<sup>42</sup> Bibliografia resumida disponível em [http://en.wikipedia.org/wiki/Alan\\_Kay](http://en.wikipedia.org/wiki/Alan_Kay) Acessado em 03 de maio de 2012.

<sup>43</sup> Disponível em <http://www.tecmundo.com.br/8070-criancas-aprendem-a-usar-o-pc-antes-de-atividades-comuns-para-a-idade.htm> Acessado em 03 de maio de 2012.

<sup>44</sup> Professor na faculdade de direito de Stanford.

de criadores ao garantir-lhes direitos exclusivos sobre sua produção, para que eles pudessem vender tais direitos em um mercado comercial. (LESSIG, 2004:35)

A Internet pressionada pelas grandes empresas de comunicação foi afetada por diretrizes legais. Como ratificou Lessig (2004:36): “[...] somos cada vez menos uma cultura livre e cada vez mais uma cultura de permissão.” Visto que, esse protecionismo não é do tipo limitado e equilibrado, tal qual era definido pela lei no passado. É em vez disso, um protecionismo criado para favorecer corporações que se sentem ameaçadas pelo potencial que a internet detém para mudar a maneira como a cultura comercial e a não comercial são feitas e compartilhadas.

A Internet desencadeou a possibilidade extraordinária de que muitos construam e cultivem cultura, com resultados que vão muito além dos limites locais. Esse poder mudou o mercado de criação e cultivo da cultura em geral, e essa mudança por sua vez ameaça as indústrias de conteúdo estabelecidas. Para as indústrias que criaram e distribuíram conteúdo no século XX, a Internet é, portanto, o que o rádio FM foi para o rádio AM, ou o que o caminhão foi para a indústria das estradas de ferro do século XIX: o início do fim, ou pelo menos uma transformação substancial. (LESSIG, 2004:36)

Os indivíduos ligados em rede são capazes de realizar diversas tarefas simultaneamente, de desenvolver comportamentos e raciocínios não lineares e de ampliarem suas habilidades de atuação colaborativa. Mas para que isso se concretize, é essencial haver liberdade de expressão. Liberdade essa que tem limite assegura o blogueiro e ativista político Eduardo Guimarães (2001): “O limite da liberdade de cada um é o direito do outro.”<sup>45</sup>. Ou seja, não adianta agir de modo a prejudicar a liberdade do outro, pois isso seria opressão.

Lessig é um dos maiores defensores da Internet livre, do *fair use*<sup>46</sup> e foi um dos fundadores da licença *Creative Commons*. Ele alega que a cultura seria mais rica se as leis que regulam os direitos autorais fossem mais flexíveis. Assim, sempre preconizou que a cultura do *remix* é aquela que vai derrubar as barreiras entre criador e “consumidor” da cultura. Entre artista e público. Entre Estado e cidadão. A mixagem é o elemento formador da sociedade cultural, em detrimento à indústria cultural centralizada.

<sup>45</sup> Disponível em <http://www.blogcidadania.com.br/2011/01/a-liberdade-de-expressao-na-internet/> Acessado em 03 de maio de 2012.

<sup>46</sup> “O *fair use* ou *fair dealing* (uso honesto ou uso justo, na tradução literal para o português) é um conceito da legislação norte-americana que permite o uso de material protegido por direitos autorais sob certas circunstâncias, como o uso educacional, para crítica, comentário, divulgação de notícia e pesquisa. Princípio semelhante existe em algumas outras jurisdições baseadas na *Common-law*. Disponível em <http://www.copyright.gov/fls/fl102.html> Acessado em 03 de maio de 2012.

Seu primeiro livro “*Code and Other Laws of Cyberspace*”, publicado em 2000, tratava do “código”<sup>47</sup>, como forma determinante para a liberdade na Internet. O segundo, “*The Future of Ideas*” de 2001, discute a expansão desmesurada dos direitos autorais e do modo como o espaço para a cultura comum, aquela que é de todos (os chamados “*commons*”), fica cada vez mais reduzido. O livro contrapunha a ampliação dos direitos da propriedade intelectual com a emergência do *software* livre – primeiro modelo global colaborativo e livre a produzir impacto econômico maciço.

Já “Cultura Livre” fala sobre a batalha pela evolução tecnológica travada ao longo de todo o século XX, sempre contrapondo os interesses da indústria de conteúdo estadunidense – que, de forma incisiva, reforça sempre a ideia de que a cultura deve ser vista como propriedade absoluta – à socialização do conhecimento gerado pelos avanços tecnológicos. De acordo com sua proposta, o autor disponibiliza alguns de seus livros para cópia e reprodução em seu site, como “Cultura Livre”, que foi publicado sob a Licença *Creative Commons* Atribuição-Uso Não Comercial 1.0<sup>48</sup>.

Na época em que o escritor começou a falar sobre a Internet, por volta de 1997, decisões legislativas, judiciais e também provocadas por interesses privados começavam a ser implementadas. Como ele, muitas pessoas acreditavam no poder transformador da internet, que viabilizaria acesso ilimitado e livre a todo tipo de conteúdo. Levando, assim, ao desenvolvimento de uma “sociedade criativa”. Ele luta pela maior descentralização da rede, pois a tendência ainda segue o mesmo modelo do século passado, o modelo do “um-para-muitos”, em vez do modelo de “todos-para-todos”.

Cabe ressaltar ainda que Lessig relativiza o conceito de pirataria. Um de seus argumentos é que a pirataria não pode ser considerada roubo. Roubar alguém significa privar este alguém de uma determinada posse, o que não acontece com cópias digitais. Grande parte de seu livro se concentra em desmontar argumentos utilizados pelas indústrias cuja posição é ameaçada pelos novos meios de produção.

A guerra para livrar a Internet dos “piratas” vai livrar também a nossa cultura de valores que têm sido inerentes à nossa tradição desde o início. [...] pelo menos durante os primeiros 180 anos de nossa república, garantiram aos criadores o direito de construir livremente sobre seu passado e protegeram criadores e inovadores de controle estatal e privado. (LESSIG, 2004:37)

<sup>47</sup> Código de software pode tornar, manter ou transformar um domínio, um site ou uma rede de computadores, de acesso livre ou de acesso restrito.

<sup>48</sup> Condições disponíveis em <http://creativecommons.org/licenses/by-nc/1.0/deed.pt> Acessado em 03 de maio de 2012.

### 3.1 Propriedade Intelectual e Direito Autoral

Segundo o Ministério da Cultura brasileira, propriedade intelectual refere-se ao ramo do Direito que garante a propriedade ou exclusividade resultante da atividade intelectual nos mais diversos campos (científico, artístico, literário, entre outros) aos seus titulares. Os direitos econômicos são outorgados aos criadores, que determinam como a obra será resguardada: forma de comercialização, circulação, reprodução, etc.<sup>49</sup> Enquanto, Direito Autoral é um conjunto de direitos morais e patrimoniais sobre as criações tangíveis ou intangíveis, expressas por quaisquer meios ou suportes. Não sendo necessário haver um registro formal. São direitos exclusivos e monopolísticos dos criadores.<sup>50</sup> O que o diferencia do direito do inventor, que vigora por no máximo 20 anos, mediante a concessão de um título pelo Estado (a patente), e o pagamento de taxas de manutenção – retribuições anuais ao Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI).

Em determinados países, obras que já deveriam pertencer ao domínio público tiveram o período de vigência do copyright protelado, o que demonstra um desequilíbrio entre os interesses dos cidadãos e o poder econômico. Lessig, em “Cultura Livre” mostra, por exemplo, como um lobista americano conseguiu junto ao Congresso daquele país aumentar o prazo pelo qual uma obra permanece “protegida”, impedindo que produtos como filmes, músicas, livros, sejam usados para derivarem outras obras.

[...] O caso Eldred, também conhecido como o caso da “Lei de Proteção ao Mickey Mouse”, expandiu por mais 20 anos a proteção do direito autoral nos Estados Unidos. Tudo porque, Mickey Mouse cairia em domínio público em 1998. Diante de tão grave ameaça, a solução foi um intenso lobby no congresso estadunidense, que culminou na aprovação do chamado *Sonny Bono Act*, a apelidada “lei de proteção ao Mickey Mouse”. Por ela, toda e qualquer obra ganhou mais 20 anos de proteção autoral. A explicação para tal expansão é incerta. Até hoje é difícil saber quais benefícios uma tal ampliação trouxe para a sociedade como um todo. Se o direito autoral existe para incentivar os artistas a criarem, por que expandir o prazo de proteção de obras que já foram criadas? Já os malefícios dessa mudança, esses são incontáveis. (LEMOS R., 2005:18)

<sup>49</sup> Cada país possui leis próprias para regular o regime de propriedade intelectual em seus domínios. No Brasil, as principais leis sobre o tema são a 9.279/96 (Propriedade Industrial), a 9.456/97 (Cultivares), a 9.609/98 (Lei de *Software*) e a 9.610/98 (Lei de Direitos Autorais).

<sup>50</sup> Disponível em <http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2007/11/direito-autoral-27-11-2007.pdf> Acessado em 03 de maio de 2012.

Eric Eldred era um programador de computadores aposentado que morava em New Hampshire e decidiu colocar Hawthorne na Internet na tentativa de persuadir suas filhas a gostarem do escritor. Criou então, uma versão eletrônica com links para fotografias e textos explicativos para tentar dar mais vivacidade às obras. A partir dessa iniciativa, Eldred começou a construir uma biblioteca virtual, cujos arquivos não seriam cópias de textos domínio público, mas sim criações derivadas desses textos e que seriam disponibilizados gratuitamente. Seguindo o mesmo princípio da Disney, que transformou os contos de Grimm e muitas outras histórias antigas em desenhos animados mais acessíveis ao século XX, o caso de Eldred é apenas um entre milhares. Pessoas ao redor do mundo já descobriram esta plataforma de expressão e agora a usam para compartilhar textos que são, por lei, livres para serem adquiridos. Isto produziu o que devemos chamar de “indústria editorial não comercial” (LESSIG, 2005:216).

Em 1998, pela nona vez em 40 anos, o congresso estendeu a vigência de um copyright existente – dessa vez por 20 anos. Portanto, até 2019, Eldred não estaria livre para inserir qualquer texto posterior a 1923 em sua coleção. Esse Ato de Extensão de Termos foi decretado em memória do congressista e músico Sonny Bono, que, conforme sua viúva Mary Bono diz, acreditava que “o copyright deveria ser eterno”.

Quando Robert Frost escreveu seu trabalho, e quando Walt Disney criou o Mickey Mouse, o termo máximo de copyright era de apenas 56 anos. Em decorrência de mudanças internas, Frost e Disney já haviam aproveitado um monopólio de 75 anos por seu trabalho. Eles haviam adquirido o benefício da barganha que a Constituição tinha em vista: Em troca de um monopólio protegido por 56 anos, eles criaram novos trabalhos. Mas logo essas entidades estavam utilizando seu poder – expresso através do poder do dinheiro de lobistas – para adquirir mais 20 anos de monopólio. (LESSIG, 2005:221)

Eldred decidiu então, lutar contra essa lei. Numa série de entrevistas, anunciou que não iria respeitar tal lei, porém, uma segunda lei, o ato NETz (“Sem Furtos Eletrônicos”), faria de Eldred um criminoso – sem que alguém precisasse denunciá-lo. Foi nesse ponto que Lessig resolveu apoiar Eldred. Estender o direito autoral dessa forma prejudica a disseminação e preservação de obras que não possuem o valor comercial de um Mickey Mouse (mas cujo valor artístico pode ser incalculável). O resultado são as centenas de milhares de obras que caíam em domínio público, podendo ser preservadas, publicadas e

digitalizadas por qualquer um, mas que ao invés disso, acabarão se deteriorando devido ao seu suporte físico, porque ninguém consegue autorização para lidar com elas.

“Mas o verdadeiro dano que extensões de copyright causam à nossa sociedade não é que Mickey Mouse continue sendo propriedade da Disney [...]. O verdadeiro dano é gerado aos trabalhos que não são famosos, nem explorados comercialmente, e que, como resultado, não estão mais disponíveis.” [...] O congresso sabe que os proprietários de copyright estarão dispostos a pagar uma grande soma de dinheiro para ver seus termos de copyright estendidos. Esse é o centro da corrupção no nosso atual sistema de governo. “corrupção” no sentido em que o sistema induz os beneficiários dos atos do congresso a levantar e distribuir dinheiro ao órgão para endossar o ato. (LESSIG, 2005: 222)

Muitos ainda rejeitam essas normas do domínio público. A Associação de Compositores de Nashville definiu-o como “pirataria legal” (LESSIG, 2005:222). Mas como já foi explicado o sistema constitucional brasileiro estabelece limites ao *copyright*<sup>51</sup>. Em 1790, o prazo de proteção aos direitos patrimoniais era de apenas 14 anos. O último alargamento que o estendeu por mais em 20 anos – antes o limite era de 50 anos (após a morte do autor) – também beneficiou trabalhos feitos por empresas e corporações, prolongando a duração dos mesmos para 95 anos. Muitos foram contra esse ato, argumentando que fere o interesse público. Ainda assim, os copyrights não expirarão, enquanto o congresso estiver suscetível a barganhas com empresas influentes.

No lobby que levou à passagem do Ato de Extensão de Termos Sonny Bono, essa “teoria” a respeito de incentivos provou-se real. Dez dos 13 patrocinadores originais do ato na casa receberam a contribuição máxima do comitê de ação política da Disney; no senado, oito dos 12 patrocinadores receberam contribuições.<sup>3</sup> Estima-se que a RIAA e a MPAA tenham gasto mais de US\$ 1,5 milhões fazendo lobby na campanha eleitoral de 1998. Elas pagaram mais de US\$ 200 mil em contribuições<sup>4</sup> a campanhas. Estima-se que a Disney tenha contribuído com mais de US\$ 800 mil para campanhas de reeleição na época. (LESSIG, 2005:219)

---

<sup>51</sup> Lei 9.610/98: a regra geral para que as obras caiam em domínio público é de 70 anos após a morte do seu autor. Este tempo começa a ser contado em 1º de janeiro do ano subsequente ao falecimento, obedecida a ordem sucessória da lei civil. Contudo, se não houver deixado sucessores, a obra cairá em domínio público na data do falecimento. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9610.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9610.htm) Acessado em 03 de maio de 2012.

### 3.2 Creative Commons

Casos complexos envolvendo propriedade intelectual e direito autoral incentivaram a criação de um projeto global, chamado “*Creative Commons*”, algo como “bens comuns criativos”, idealizado Lessig na década de 80. O conceito ganhou notoriedade e demonstrou seu potencial em setembro de 1991, quando o estudante finlandês Linus Torvalds lançou na internet a primeira versão do Linux. Torvalds abriu o código do novo sistema operacional e convocou outros programadores para ajudá-lo a aprimorar o software. Hoje a idéia de criação colaborativa já é usada em vários setores, como a pesquisa científica, por exemplo.

São várias licenças de copyright, que se caracterizam pela flexibilização do conceito de direito autoral – o oposto do *copyright*. Publicadas primeiramente em 16 de dezembro de 2002 por uma organização sem fins lucrativos fundada em 2001. Seu idealizador, Lessig, baseou sua idéia na questão da “generosidade intelectual e da busca de novos modelos de negócios abertos” (LEMOS R. 2005:19).

A chancela “CC”<sup>52</sup> é uma forma de o autor consentir, previamente, a utilizarem sua obra, o que não significa abrir mão dos seus direitos autorais. Significa oferecer alguns dos seus direitos para qualquer pessoa, mas somente sob determinadas condições, e é o artista quem especifica, voluntariamente, como quer proteger sua obra. Se, por exemplo, permitirá que seu trabalho seja utilizado com fins comerciais, se o conteúdo poderá ser alterado... Em suma, sua proposta é mudar de “todos os direitos reservados” do direito autoral tradicional, para transformá-la em “alguns direitos reservados” (LESSIG, 2005:20). O Antropólogo Eduardo de Castro reitera:





Isso não significa que um autor deva ser plagiado; o ponto é facilitar a circulação. O grande processo que iniciou a Revolução Industrial inglesa foi o cercamento dos campos comunais das aldeias, usados por todos para pastagem etc., que eram os commons. [...] As terras de agricultura em geral eram terras sem cerca, as divisões eram consensuais, você tinha a noção costumeira de onde começava e acabava a terra de alguém. Depois os grandes proprietários começaram a comprar o terreno, colocar cerca, impedir a circulação. O Creative Commons é uma tentativa de reconstituir esse regime da apropriação comum, do uso comum, do uso coletivo, no plano dos bens intelectuais, dos bens imateriais. A ideia é que o copyright significa “all rights reserved” e o Creative Commons significa “some rights reserved”. [...] Existem várias fórmulas, vários tipos de licenças abertas. Trata-se de tentar criar um modo de coabitação no plano da informação que seja tolerável, e

<sup>52</sup> Disponível em <http://www.creativecommons.org.br/> Acessado em 15 de maio de 2012.



que evite o que está acontecendo, que é o controle da informação pelas grandes companhias. (2011)<sup>53</sup>

Quadro 1: Principais licenças aplicadas no Brasil

 <b>Atribuição.</b>  Você permite que outras pessoas copiem, distribuam e executem sua obra, protegida por direitos autorais – e as obras derivadas criadas a partir dela – mas somente se for dado crédito da maneira que você estabeleceu.  Também é permitido misturar e combinar condições a partir da lista de opções abaixo. Existe um total de seis Licenças Creative Commons.
 <b>Uso Não Comercial.</b>  Você permite que outras pessoas copiem, distribuam e executem sua obra – e as obras derivadas criadas a partir dela – mas somente para fins não comerciais.
 <b>Não à Obras Derivadas.</b>  Você permite que outras pessoas copiem, distribuam e executem somente cópias exatas da sua obra, mas não obras derivadas.
 <b>Compartilhamento pela mesma Licença.</b>  Você pode permitir que outras pessoas distribuam obras derivadas somente sob uma licença idêntica à licença que rege sua obra.
Nota: Uma licença não pode conter as opções Compartilhamento pela Mesma Licença e Não à Obras Derivadas. A condição do compartilhamento pela mesma licença só se aplica à obras derivadas.

54

Há também, uma série de outras licenças para aplicações específicas como a licença Nações em Desenvolvimento, que permite a disponibilização de uma obra sob condições menos restritivas para países que não sejam considerados como de alta renda pelo

<sup>53</sup> Disponível em [http://criminologiaealteridade.ning.com/forum/topics/entrevista-com-eduardo-viveiros-de-castro?xg\\_source=activity](http://criminologiaealteridade.ning.com/forum/topics/entrevista-com-eduardo-viveiros-de-castro?xg_source=activity) Acessado em 03 de maio de 2012.

<sup>54</sup> Disponível em: [http://www.creativecommons.org.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=22&Itemid=35](http://www.creativecommons.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=22&Itemid=35) Acessado em 03 de maio de 2012.

Banco Mundial. Músicos que queiram compartilhar suas composições com seus fãs podem interessar-se pela Licença de Compartilhamento de Música. Finalmente, para o licenciamento de software, há as licenças GNU GPL e GNU LGPL, que já foram citadas anteriormente.

Entretanto, essa licença não deve modificar os direitos do *fair use* ou exercer restrições que violem as exceções dos direitos autorais. No caso de obras protegidas por múltiplas licenças *Creative Commons*, o usuário pode optar por qualquer uma. Sendo que, de acordo com Lessig (2005:20) desde 2005, este se tornou um movimento global, cujas concessões já estão disponíveis em 43 diferentes jurisdições pelo mundo, com mais de 19 outras em processo de desenvolvimento. Em três anos mais de 15 milhões de obras foram licenciadas, incluindo textos, fotos, trabalhos acadêmicos, filmes, músicas, composições, livros, materiais didáticos, dentre outras.

O autor defende que os governos devem ter a preocupação de garantir um ambiente competitivo e aquecido na Internet, e não devem permitir que empresas tenham controle do conteúdo ou das aplicações da rede. A lei de proteção intelectual tem sido sempre uma tentativa de equilíbrio entre a oferta de proteção aos detentores de direitos autorais e a garantia de alguns direitos de uso para os consumidores comuns. Em busca de uma solução harmoniosa o *Creative Commons* também oferece métodos mais simples de se colocar material no domínio público, o que geraria mais facilmente outras obras, por não estarem sujeitas a autorização e/ou pagamento dos/aos titulares de direitos. O prazo para que obras caiam em domínio público é de no mínimo 50 após a morte do autor, até que isto aconteça, os direitos patrimoniais pertencem a seus herdeiros. Outros países como o Brasil, EUA, França o prazo é de 70 anos. Em “*List of countries' copyright length*” na Wikipédia há uma lista com maiores especificações sobre a legislação em diferentes países.<sup>55</sup>

Ronaldo Lemos é o único latino-americano que faz parte da cúpula de nove pessoas que formam a ONG internacional Creative Commons. Foi ele então, o responsável por coordenar o projeto no Brasil, que, aliás, vem-se tornando um dos países líderes da cultura livre. Em entrevista à Revista Época, Lemos fala da tentativa de grandes empresas limitarem a liberdade na internet e defende o Creative Commons como uma iniciativa economicamente viável. No site do projeto *Open Business*<sup>56</sup> há diversos estudos e casos mostrando que o conteúdo aberto é o motor da produção econômica.

<sup>55</sup> Disponível em [http://en.wikipedia.org/wiki/List\\_of\\_countries%27\\_copyright\\_length#Table](http://en.wikipedia.org/wiki/List_of_countries%27_copyright_length#Table) Acessado em 03 de maio de 2012.

<sup>56</sup> Disponível em <http://www.openbusiness.cc/> Acessado em 07 de maio de 2012.

Em relação a essa batalha para que sejam construídas barreiras na rede, ele ainda cita o fato de que Steve Solot (vice-presidente sênior para a América Latina da *Motion Picture Association*, entidade que representa os sete maiores estúdios cinematográficos americanos), escreveu um artigo na Folha de São Paulo fazendo um apelo para que a TV Digital brasileira venha com a *broadcast flag*. Que se trata de uma nova trava sobre as transmissões de TV, que proíbe que sejam feitas cópias ou gravações do conteúdo de transmissões abertas sem a autorização da emissora de TV. Esse assunto é controverso lá nos Estados Unidos, tanto que a *Federal Communications Commission* (FCC), o órgão regulador da área de telecomunicações e radiodifusão no país tentou adotar esse sistema, mas houve uma reação contrária tão grande por parte da sociedade que ele acabou não sendo adotado. E estão tentando implantar isso no Brasil. Hoje assistimos um fechamento da cultura e dos meios de acesso à cultura<sup>57</sup>.

O impacto do “CC” na cultura brasileira é notório. Contou inclusive, com o apoio de Gilberto Gil (na época Ministro da Cultura), que licenciou suas músicas para serem livremente distribuídas e remixadas, dando um dos primeiros exemplos globais do uso da licença de *sampling*.<sup>58</sup> Ainda implementou diversos projetos no Ministério sob as condições do *Creative Commons*. O mais importante foi a implantação dos Pontos de Cultura, que se tratam de estúdios de produção cultural multimídia, com acesso à Internet, para estimular grupos culturais populares a produzirem para o mundo “wébico”. Já se espalham por todo o Brasil (são mais de 800) nas áreas de menor Índice de Desenvolvimento Humano. (LE MOS R. 2005:21)

Além do Ministério da Cultura, o Ministério da Educação lançou em parceria com o *Creative Commons* a pioneira iniciativa do Portal Domínio Público<sup>59</sup>. Trata-se de um vasto acervo de obras que já se encontram em domínio público no Brasil. Qualquer pessoa pode também colocar suas criações no site. Para isso, basta licenciá-las e enviá-las ao portal. Além disso, a lista de artistas brasileiros que adotam esse tipo de concessão como ferramenta de disseminação do seu trabalho é enorme. Há documentaristas, vídeo-artistas, músicos,

<sup>57</sup> Disponível em <http://revistaepoca.globo.com/Epoca/0,6993,EPT1169436-1655,00.html> Acessado em 07 de maio de 2012.

<sup>58</sup> “A licença de Recombinação (também chamada licença de *sampling*) foi desenvolvida conjuntamente pelo *Creative Commons* e pela Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro, com o apoio do Ministro Gilberto Gil. O termo Recombinação homenageia o coletivo pernambucano chamado Re: Combo, um dos pioneiros no Brasil no licenciamento de obras para recombinação e modificação. Pelos termos desta licença, o autor pode ou não autorizar a livre cópia, distribuição e utilização da obra. Entretanto, ele autoriza sempre a utilização parcial ou recombinação de boa-fé da obra. Isso permite, por exemplo, o emprego de técnicas como “*sampleamento*”, “*mesclagem*”, “*colagem*” ou qualquer outra técnica artística. A autorização é válida desde que haja transformações significativas do original, levando à criação de uma nova obra. A distribuição das obras derivadas fica automaticamente autorizada para o autor que recriou a obra do autor original.” Código legal disponível em <http://creativecommons.org/licenses/sampling/1.0/br/legalcode> Acessado em 03 de maio de 2012.

<sup>59</sup> Disponível em [www.dominiopublico.gov.br](http://www.dominiopublico.gov.br) Acessado em 03 de maio de 2012.

escritores, blogueiros, fotógrafos e mesmo instituições, como a Escola de Direito da FGV, que licenciam seus materiais sob o *Creative Commons*.

Outra proposta importante do MinC foi a realização, em 2009, do primeiro Fórum da Cultura Digital Brasileira, cujo objetivo era facilitar o engajamento do público interessado em acompanhar e colaborar com o processo de construção de regulamentações e políticas públicas que afetam diretamente o cenário da cultura digital. Essa conferência teve início com o lançamento do site “culturadigital.br”, que inclusive, deu origem ao livro homônimo, já citado algumas vezes ao longo deste trabalho, que congrega entrevistas com o Ministro da Cultura, Juca Ferreira, com o Ministro da Educação, Fernando Haddad e renomados profissionais do ramo da economia, sociologia, antropologia, das ciências jurídicas e muitos outros, organizadas por Sérgio Cohn e Rodrigo Savazoni, com a supervisão de José Murilo Jr. e Álvaro Malaguti, integrantes da coordenação executiva do Fórum, que tem o intuito de ser um espaço para organizar debates, para que assim, sejam gerados consensos e novas propostas. Como explicitou José Murilo Carvalho Jr., então gerente de Cultura Digital do MinC:

As pessoas mais criativas jamais estão reunidas todas em uma só empresa, ou governo, ou organização, ou país. Abrir os processos de construção de políticas públicas na rede, facilitando a colaboração dos interessados, é uma iniciativa quase óbvia neste início de século. Promover a inovação distribuída em questões de governança pode qualificar a democracia, transformar a sociedade. (CARVALHO, 2009:11)

### 3.3 *Open Source e Software Livre*

É importante esclarecer também, que embora Código aberto (*Open Source*)<sup>60</sup> e software livre não seja a mesma coisa, todo software que seja livre obrigatoriamente também é um open source software. O termo Software Livre está relacionado à *Free Software Foundation* e ao projeto GNU e tem forte viés ideológico, já Código Aberto está ligado a *Open Source Initiative*<sup>61</sup> de Eric Raymond. Esse último conceito refere-se aos casos em que o código fonte está visível para que outras pessoas possam modificá-lo e de publicar versões

<sup>60</sup> Tradução livre. Definição disponível em <http://www.opensource.org/docs/definition.php> Acessado em 07 de maio de 2012.

<sup>61</sup> Em 1998, um grupo acreditando que a condenação do uso de software proprietário é um instrumento que retarda, ao invés de acelerar, a adoção e o apoio ao software livre no ambiente corporativo, criou a *Open Source Initiative*. Para uma licença ou software ser considerado como Código Aberto, deve atender aos 10 critérios da Definição de Código Aberto, que incluem itens como Livre Redistribuição, Permissão de Trabalhos Derivados, Não Discriminação, Distribuição da Licença e outros.

aperfeiçoadas, mas isso vai depender dos critérios da licença que acompanha esse programa. Quando utilizado em combinação com licenças típicas (como as licenças GPL e BSD), garante os direitos autorais do programador/organização. Portanto, software livre não necessariamente precisa ser gratuito, diferentemente de um software em domínio público, quando o autor do software renuncia à propriedade do programa (e todos os direitos associados) e este se torna bem comum<sup>62</sup>.

A discordância básica desses dois Movimentos é a condenação que essa faz do software proprietário. Existem muitos programadores que usam e contribuem com software livre, mas que ganham dinheiro desenvolvendo software proprietário, e não consideram suas ações imorais. A FSF não toma uma posição sobre trabalhos que não sejam software e documentação dos mesmos, mas alguns defensores do software livre acreditam que outros trabalhos que servem um propósito prático também devem ser livres. Eles não consideram ético aprisionar conhecimento científico, que deve estar disponível sempre, para permitir assim a evolução da humanidade. Já o Movimento pelo Código Aberto, que não é um Movimento Social, mas voltado ao Mercado, prega que o Software desse tipo traz diversas vantagens técnicas e econômicas, o que impulsionaria empresas a adotarem este modelo.

O Linux é apenas um exemplo entre tantos outros softwares complexos e de alta qualidade que vêm ganhando apoio de corporações e universidades nos últimos anos, chegando a desafiar a Microsoft. Outros notáveis exemplos são: o ambiente gráfico KDE, o compilador GCC, o servidor web Apache, o OpenOffice.org e o navegador web Firefox, entre muitos outros<sup>63</sup>.

### **3.4 Copyright x Copyleft**

Desde os anos 60 já havia manifestações contra a falta de pluralismo das informações divulgadas pelos grandes veículos de comunicação. Movimentos sociais emergiam principalmente em países onde a ditadura estava instaurada. Mas é somente com a disseminação da internet (já que facilita as atividades em termos de tempo e custo, auxilia a reunião de pessoas de diferentes localidades, além de quebrar o monopólio da emissão e

---

<sup>62</sup> Disponível em <http://br-linux.org/faq-softwarelivre/> Acessado em 07 de maio de 2012.

<sup>63</sup> Uma extensa lista com os respectivos downloads, está disponível em [sourceforge.net](http://sourceforge.net) Acessado em 15 de maio de 2012.

divulgação das informações) que o movimento a favor da Cultura Livre ganha força. Os ciberativistas tiveram um papel fundamental na disseminação das críticas à propriedade intelectual privada, defendendo que todo bem cultural, científico e tecnológico produzido deveria pertencer a toda a sociedade.

Richard Stallman, pai do software livre, começou seu ativismo na década de 80, quando iniciou o Projeto GNU<sup>64</sup>, para desenvolver um sistema operacional tipo Unix<sup>65</sup>, que posteriormente, resultaria na criação do Linux. Ele foi responsável também, pela fundação da organização sem fins lucrativos *Free Software Foundation* (FSF, Fundação para o Software Livre), que promovia o desenvolvimento e o uso de software livre em todas as áreas da computação. Na década de setenta, Stallman era programador do laboratório de Inteligência Artificial do MIT e tornou-se um líder na comunidade hacker. Ele dizia o seguinte: “O compartilhamento é fundamental. Você não pode me impedir de ajudar o meu vizinho.” (*apud* AMADEO, 2009:64).

Na época, Stallman estava elaborando um software, de domínio público, sem restrições iniciais, para a ainda embrionária indústria informática. Mais tarde, a companhia *Symbolics* aprimorou o software original e negou o acesso de Stallman às modificações efetuadas. Foi então, que ele decidiu erradicar esse “monopólio de software”. Mas, como seria pouco viável eliminar a curto prazo as leis de *copyright*, ele começou a trabalhar dentro do marco legal existente e criou sua própria licença de direitos autorais, a Licença Pública Geral do GNU (GPL) – a licença livre mais usada no mundo, que consolidou o conceito de *copyleft*, cuja tradução aproximada seria “cópia permitida”. A GPL baseia-se em quatro liberdades:

- A liberdade de executar o programa, para qualquer propósito;
- A liberdade de estudar como o programa funciona e adaptá-lo para as suas necessidades. O acesso ao código-fonte é um pré-requisito para esta liberdade;
- A liberdade de redistribuir cópias de modo que você possa ajudar ao seu próximo;
- A liberdade de aperfeiçoar o programa, e liberar os seus aperfeiçoamentos, de modo que toda a comunidade se beneficie deles. O acesso ao código-fonte é um pré-requisito para esta liberdade<sup>66</sup>.

<sup>64</sup> Disponível em <http://www.gnu.org/> Acessado em 07 de maio de 2012.

<sup>65</sup> Unix é um sistema operacional portátil, multitarefa e multiusuário originalmente criado por Ken Thompson, Dennis Ritchie, Douglas McIlroy e Peter Weiner, que trabalhavam nos Laboratórios Bell (Bell Labs) da AT&T. A marca UNIX é uma propriedade do The Open Group, um consórcio formado por empresas de informática. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Unix> Acessado em 06 de maio de 2012.

<sup>66</sup> Disponível em [http://pt.wikipedia.org/wiki/GNU\\_General\\_Public\\_License](http://pt.wikipedia.org/wiki/GNU_General_Public_License) Acessado em 06 de maio de 2012.

O *copyleft* garante que quem recebeu um software com uma licença livre que inclua cláusulas de *copyleft*, e se optar por redistribuí-lo (modificado ou não), terá que mantê-lo com a mesma licença com que o recebeu. Nem todas as licenças de software livre incluem a característica de *copyleft*, como é caso da licença BSD ou a licença ASL (*Apache Software License*).

### 3.4.1 Copyfraud

Copyfraud é um neologismo cunhado por Jason Mazzone (Professor de Direito da Brooklyn Law School) para descrever situações em que indivíduos ou instituições fazem uso indevido de reivindicações de direitos autorais, tal como a reivindicação de autoria em materiais que já se encontram em domínio público ou quando o portador de direitos autorais tenta impor restrições de uso mais elevadas do que as previstas por leis. Esse tipo de fraude costuma ocorrer, já que são poucas as leis que criminalizam declarações falsas de direitos autorais, e a aplicação das mesmas costuma se dar de forma flexibilizada. Além disso, são poucas as pessoas capazes de fornecerem auxílio jurídico na identificação de propriedade de bens imateriais.

O livro “Copyfraud e outros abusos de Direito da Propriedade Intelectual”<sup>67</sup>, escrito em 2011 por Mazzone, sustenta que o direito de propriedade intelectual nos Estados Unidos está à beira do colapso e precisa ser reformado, mas não pelas razões apresentadas pela maioria dos críticos. Segundo a crítica de Jimmy Wales, fundador da Wikipedia, a maioria dos americanos está familiarizada com os problemas de download ilícito e software roubado. Esta é apenas parte da história. Um problema igualmente grande é *overreaching*, que pode ser traduzido como sobrepujamento de editores, produtores, artistas e outros que exigem mais direitos do que a lei realmente lhes dá, o que acarreta em enormes custos sociais e econômicos, e sufoca esforços criativos. Mazzone apresenta uma série de sugestões para que governos, organizações e cidadãos possam enfrentar criadores e provedores de conteúdo que tentam usufruir mais daquilo que a lei lhes concede.

---

<sup>67</sup> Tradução livre *Copyfraud and other Abuses of Intellectual Property Law* Disponível em <http://www.copyfraud.com/> Acessado em 07 de maio de 2012.



### 3.4.2 Copyfighters

A polêmica Lei de Economia Digital (*Digital Economy Act*) aprovada, no dia 8 de abril de 2010, pelo parlamento britânico, estipula que sites que hospedam conteúdos piratas podem ser bloqueados. Segundo informações do IDG Now<sup>68</sup>, da UOL, tal ordem gerou reações contrárias de internautas. Os provedores de internet são obrigados a enviar cartas de alerta para qualquer pessoa acusada de violar leis de direitos autorais. Caso as infrações continuem, os provedores devem cortar o acesso à internet de seus consumidores. A proposta que vai beneficiar principalmente a Associação de Empresas Cinematográficas Norte-Americanas (MPAA) e a Associação de Gravadoras da Inglaterra (RIAA) visa proteger os produtores de conteúdos, mas a oposição alega que o ato é uma ameaça às liberdades civis.

O escritor de ficção científica e coeditor do site *Boing Boing*, Cory Doctorow, é defensor do *copyleft*, e suas obras são lançadas sob uma licença *Creative Commons*. No dia 16 de abril de 2010, saiu no jornal britânico *The Guardian* uma crítica dele à nova legislação.<sup>69</sup> No artigo, Doctorow explica porque a aprovação dessa lei é, na verdade, uma declaração de guerra aos *copyfighters* (ativistas que militam por leis de direitos autorais mais flexíveis e apropriadas ao ambiente digital):

[...] Tinha receio de que a expansão de direitos autorais – em duração e abrangência – prejudicasse minha capacidade de criar livremente. Afinal, os autores são os mais ativos reusuários do *copyright*, cada um de nós é uma fábrica de *remix* e uma pessoa-arquivo de referências que inspiram e influenciam<sup>70</sup>.

O *Boing Boing*, segundo Doctorow, se beneficia muito do fato de não dever fidelidade a nenhum distribuidor para poder chegar a seus leitores (em contraste a isso, sua velha versão impressa quebrou quando seu principal distribuidor entrou em falência, em posse de centenas de dólares em material impresso que nunca foi reembolsado). Ademais, seus livros entraram nas listas de mais vendidos porque foram distribuídos gratuitamente em seu *site* ao mesmo tempo em que eram vendidos em grandes livrarias. O romancista faz ainda uma crítica à indústria cultural:

<sup>68</sup> Disponível em <http://idgnow.uol.com.br/mercado/2010/04/09/polemica-lei-da-economia-digital-entra-em-vigor-na-inglaterra/> Acessado em 15 de maio de 2012.

<sup>69</sup> Texto original disponível em <http://www.guardian.co.uk/technology/2010/apr/16/digital-economy-act-cory-doctorow> Acessado em 15 de maio de 2012

<sup>70</sup> Disponível em <http://www.aredo.inf.br/inclusao/component/content/article/106-acontece/2836> Acessado em 07 de maio de 2012.



[...] O Parlamento nos deu uma banana (e também a todas as pequenas/médias empresas) ao aceitar ceder maiores lucros para a economia analógica representada pelos selos e estúdios. [...] Nos Estados Unidos, a MPAA e a RIAA acabam de apresentar propostas a czar da Propriedade Intelectual Americana, Victoria Espinel [...] Querem que instalemos em nossos computadores *softwares* de vigilância (*spywares*) que deletem conteúdo identificado como infratores de direitos autorais. [...] A briga cega da indústria de entretenimento pelos seus objetivos estreitos tem o potencial de redesenhar nossas tecnologias para transformá-las em ferramenta e justificativa para a opressão <sup>71</sup>.

O ciberativista Brett Gaylor dirigiu o documentário “*RIP!: a Remix Manifesto*” <sup>72</sup>, que tem como foco a propriedade intelectual, direitos autorais, *crowdsourcing* e a cultura do remix na atualidade. O filme contém entrevistas com alguns defensores de alternativas ao copyright, como o DJ Gregg Willis, que faz mashups e é conhecido como “Girl Talk” <sup>73</sup>; Lawrence Lessig, Gilberto Gil, Cory Doctorow, dentre outros. Foi lançado em 2008, no Canadá, mas muito antes, já estava disponível online, através de um projeto criado por Brett Gaylor intitulado Open Source Cinema. O objetivo era que o filme fosse uma produção colaborativa, onde o público pudesse contribuir com material ou mesmo baixar, editar e remixar o filme de acordo com a sua vontade, seguindo a idéia da Cultura do Remix.

Gaylor narra o filme em primeira pessoa, e expõe os dois lados dessa batalha. Baseando-se em quatro premissas, o documentário convoca a participação das pessoas não só na guerra contra as grandes corporações defensoras dos copyrights, mas também na produção de novos conteúdos baseados na remixagem, garantindo assim o futuro da cultura e da arte:

- 1) A cultura sempre se constrói baseada no passado;
  - 2) O passado sempre tenta controlar o futuro;
  - 3) O futuro está se tornando menos livre;
  - 4) Para construir sociedades livres é preciso limitar o controle sobre o passado.
- O projeto foi um sucesso e ganhou muitos prêmios <sup>74</sup>.

### 3.5 Marco Civil da Internet

"O mundo virtual nada mais é do que um reflexo do mundo real, tudo que se faz no mundo real acaba tendo uma repercussão no mundo virtual, sejam as melhores iniciativas,

<sup>71</sup> Disponível em <http://www.aredo.inf.br/inclusao/component/content/article/106-acontece/2836> Acessado em 07 de maio de 2012.

<sup>72</sup> Trailer disponível em [http://pt.wikipedia.org/wiki/RIP!\\_A\\_Remix\\_Manifesto](http://pt.wikipedia.org/wiki/RIP!_A_Remix_Manifesto) Acessado em 09 de maio 2012.

<sup>73</sup> Disponível em <http://www.myspace.com/girltalk> Acessado em 09 de 2012.

<sup>74</sup> Disponível em [http://pt.wikipedia.org/wiki/RIP!\\_A\\_Remix\\_Manifesto](http://pt.wikipedia.org/wiki/RIP!_A_Remix_Manifesto) Acessado em 09 de maio de 2012.

sejam as piores práticas de condutas [...]” (MORETH, 2011)<sup>75</sup>. No canal oficial do Supremo Tribunal Federal (STF) no Youtube há uma entrevista com o advogado especialista em internet, Eduardo Moreth, realizada no dia 24 de junho de 2011. O vídeo trata sobre a nova fronteira da ONU na luta pela defesa da internet como um direito humano. A entrevista fala sobre a importância desse relatório e a visão do entrevistado sobre a relação entre internet e política. Moreth explica ainda que é necessária a elaboração de uma regulamentação voltada para o Direito da Internet.

“A internet é um instrumento para realizar políticas sociais, um instrumento para divulgar o que está acontecendo”, explicou o advogado. Levando em consideração o caso de países do Oriente Médio, onde imperam regimes fechados há uma maior necessidade de se empregar a internet para expor para a comunidade internacional o que está ocorrendo, de modo que esta possa agir se necessário. A rede, segundo ele, é também, um instrumento para estudo e prospecção de medidas que podem ser implementadas e tem sido muito usada por políticos em suas campanhas e até mesmo, para cooptação de correligionários.

O marco civil é uma normatização do que pode ou não ser feito na internet e até onde as garantias dos direitos fundamentais vão ser preservadas ou não. O grande debate que envolve essa questão está relacionado às pessoas poderem trafegar de forma anônima ou não na internet, e isso diz respeito às garantias e direitos individuais. Aqueles que defendem um Marco Civil extremamente garantidor, preservam muitos direitos individuais, mas, por outro lado, afetam os direitos coletivos quando, torna-se mais difícil alcançar aquelas pessoas que cometeram crimes na internet (MORETH, 2011).<sup>76</sup>

No caso oposto, quando os direitos coletivos são preservados, afetam-se os direitos individuais na medida em que, há um monitoramento de tudo o que é feito na Internet. Portanto, o Marco Civil é uma tentativa de se chegar a um meio termo. É essencial que a internet possua uma regulamentação mínima, que preveja a punição para delitos cometidos no ambiente virtual, de modo que, também sejam preservados e garantidos os direitos dos seus usuários, para que esta funcione de forma socialmente adequada.

Em outubro de 2010, enquanto boa parcela da sociedade e do Congresso se voltava à campanha eleitoral e aos resultados das eleições estaduais e federal, o Projeto de Lei (PL) 84/99, de autoria do senador Eduardo Azeredo, recebeu parecer favorável em duas Comissões da Câmara. Caso aprovado, iria para o plenário, e se deputados federais concordassem, este se

---

<sup>75</sup> Transcrição de trecho do vídeo disponível em [http://www.alcantarablog.com/2011\\_06\\_26\\_archive.html](http://www.alcantarablog.com/2011_06_26_archive.html) Acessado em 09 de maio de 2012.

<sup>76</sup> Transcrição de trecho do vídeo disponível em [http://www.alcantarablog.com/2011\\_06\\_26\\_archive.html](http://www.alcantarablog.com/2011_06_26_archive.html) Acessado em 09 de maio de 2012.

tornaria lei. Conhecido como Lei Azeredo, este foi o primeiro projeto de lei a designar crimes pela internet, qualificando consultas tidas como incorretas e que até então, não haviam sido classificadas.<sup>77</sup>

Entretanto, de acordo com uma publicação no site do Deputado Paulo Teixeira<sup>78</sup>, boa parte dos que defendem a liberdade de expressão na Internet são contra o projeto, que ficou conhecido como “AI-5 Digital” por tornar crime muitas das práticas cotidianas dos internautas – como baixar músicas e filmes ou trocar arquivos. Ao se tornar lei, obrigará que, por exemplo, serviços de e-mail e publicadores de blogs sejam responsáveis por guardar os registros de navegação dos usuários. Isso significa que esses dados poderão ser divulgados à polícia ou ao Ministério Público sem a necessidade de uma ordem judicial. Além disso, o Projeto dificulta a atividade das “*lan houses*” e inviabiliza a existência de redes abertas, pois exige a identificação de cada usuário conectado à internet.

A discussão e aprovação do Marco Civil da Internet, enviado pela presidenta Dilma Rousseff, pode funcionar como uma forma de enfraquecer o AI-5 Digital. O texto foi elaborado a partir de consultas públicas e de um debate realizado via internet, em 2009 e 2010. Depois de reunidas as contribuições, um grupo ministerial elaborou a versão final. Porém, a demora na divulgação permitiu que a Lei Azeredo voltasse à pauta da Câmara.

Por isso, é preciso impedir que tal lei seja aprovada, abrindo espaço para uma legislação que compreende a verdadeira dinâmica da internet e de seus usuários, pois prevê a guarda dos endereçamentos eletrônicos de usuários por, no máximo, um ano, ao invés de 3, como propunha a outra lei, sendo que os dados só poderão ser levantados mediante solicitação da Justiça. Medida esta, que é vista como razoável pelo ativista digital Caribé, já que, ter um armazenamento mínimo de *logs*, segundo ele, é mais uma questão administrativa do que policial. “Temos dados provando que a média de solução de um cibercrime é de 18 dias, então não precisamos guardar esses dados por tanto tempo”<sup>79</sup>, avalia.

Outra importante regulamentação que o projeto do governo federal propõe é a não responsabilização do intermediário, que viabilizar a publicação do material dentro de seu espaço. Caberá ao intermediário retirar qualquer intervenção caso a Justiça assim determine. O ativista concordou, tendo em vista que, atualmente, há jurisprudência para responsabilizar o dono do site mesmo por comentários apresentados por leitores.

<sup>77</sup> Trechos transcritos da entrevista que está disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=anPAyAlMqX4&feature=plcp> Acessado em 05 de junho de 2012.

<sup>78</sup> Disponível em <http://pauloteixeira13.com.br/2010/11/o-ai-5-digital-esta-de-volta-vamos-combate-lo/> Acessado em 05 de junho de 2012.

<sup>79</sup> Disponível em <http://pauloteixeira13.com.br/2011/08/proposta-de-marco-civil-da-internet-enfraquece-ameaca-do-ai-5-digital/> Acessado em 05 de junho de 2012.

#### 4 “TERMOS DE USO” DA INTERNET

Nos “primórdios” da internet, ela era chamada de Web 1.0, por isso, o “2.0” indica uma nova versão da internet, na qual os navegantes ganharam “voz”. Porém, sites colaborativos, como é o caso da Wikipédia, enfrentam permanentemente a tensão entre conteúdo legal e conteúdo ilegal. O YouTube a todo momento recebe notificações de violação de direito autoral. Sites de fotos como o Flickr e o Myspace que disponibiliza conteúdos musicais também sofrem do mesmo dilema. Para lidar com a questão dos direitos autorais e permitir que a web colaborativa seja viável, é preciso entender qual é a política de um determinado site com relação ao conteúdo nele postado. Deve-se, portanto, verificar os Termos de Uso do mesmo e se o site não possui instruções específicas, é possível que siga três tipos de normas: a primeira se refere à política do YOYOW; a segunda à Transferência de Direitos Autorais e a terceira à utilização de uma licença livre.

YOYOW significa *You Own Your Own Words* (você é dono de suas próprias palavras). Muitos blogs e comunidades virtuais online optam que todos os visitantes que postam conteúdo através do site permanecem tanto donos quanto únicos responsáveis por aquele conteúdo. Todo o conteúdo postado no site permanece com seus direitos autorais totalmente inalterados. Quem quiser reproduzir um conteúdo do site, deve procurar seu legítimo autor para isso. Um exemplo de site que utiliza essa política é o Overmundo. Criado por Ronaldo Lemos, juntamente com Hermano Vianna, José Marcelo Zacchi e Alexandre Youssef, por meio de patrocínio da Petrobras, o website foi inspirado em outros espaços colaborativos como a Wikipédia, o Slashdot, o Digg, o Newsvine, entre outros.

O Overmundo foi lançado em março de 2006 com o objetivo de dar visibilidade à produção cultural brasileira que não é muito divulgada na grande mídia. Ele conta com artigos, um guia cultural das cidades brasileiras, reportagens, críticas, poemas, teses, fotos e muito mais. Qualquer visitante pode criar uma conta e publicar, votar ou sugerir edições ao conteúdo do site. Além disso, o conteúdo permanece por 48h “em edição”, enquanto outros usuário poderão fazer sugestões e outras 48h em votação, quando a comunidade do site decidirá se o conteúdo será publicado ou não. Em 2001, o site recebeu o prêmio Golden Nica do Prix Ars Electronica, uma das mais importantes premiações do mundo para artistas de novas mídias e visionários da internet.

Do Digg, o Overmundo aproveita a interface votação (já adotada em centenas de sites da internet). Do site de jornalismo cidadão chamado Newsvine, vem uma influência às avessas: enquanto o Newsvine exige que todo o conteúdo submetido ao site seja transferido

para o próprio Newsvine, o Overmundo decidiu adotar o caminho contrário: todo conteúdo do Overmundo permanece com os próprios autores, tendo apenas alguns usos não comerciais licenciados através do *Creative Commons*.

“Jornalistas” 2.0<sup>80</sup> podem enviar artigos e outros conteúdos para o Newsvine, que por sua vez são editados pelo site e transformados em um todo coeso e organizado. Porém, isso implica conceder ao site direitos não exclusivos, irrevogáveis, gratuitos, perpétuos e totalmente sublicenciáveis e transferíveis de reproduzir, modificar, adaptar, traduzir, distribuir, publicar e criar obras derivadas. Bem como de exibir publicamente e executar o conteúdo do usuário em quaisquer mídias. Não é exigida a “cessão” total dos direitos autorais por parte dos usuários para o site, ou seja, ele pode reutilizá-lo como quiser em outras publicações. No entanto, simultaneamente, os Termos de Uso do Newsvine concedem ao site direitos suficientes para que possa republicar e mesmo re-licenciar os conteúdos.

O conhecido site de vídeos YouTube adota um modelo semelhante ao do Newsvine, mas de forma ainda mais detalhada e regulando direitos mais amplos. É concedida a cada usuário do YouTube uma licença não-exclusiva para acessar o conteúdo enviado por outros usuários e para utilizar, reproduzir, distribuir e preparar obras derivadas do conteúdo, exibir e executar o conteúdo submetido, em conformidade com as funcionalidades do site e de acordo com os termos de serviço. A presente licença concedida termina no momento em que se remover ou apagar um conteúdo enviado ao site YouTube.

Já a transferência integral dos direitos, que seria a segunda norma citada acima, ocorre no Brasil, por exemplo, no sistema Eu-Repórter do jornal O Globo, através do serviço Globo Online. O colaborador cede e transfere a Infoglobo em caráter exclusivo, definitivo, irrevogável e sem qualquer ônus, todo e qualquer direito patrimonial de autor relativo ao material encaminhado ao Eu-Repórter, para utilização em território nacional e no exterior, sendo possível a alteração do formato de textos, desde que inalterado o conteúdo principal. A estratégia de Transferência de Direitos Autorais consiste no oposto da YOYOW. Exige que todo o conteúdo disponibilizado possa sofrer transferência ou licenciamento (total ou parcial) dos seus direitos autorais para o próprio site em que ele está sendo disponibilizado.

A terceira opção é a utilização de uma licença livre, as chamadas “Licenças Gerais Públicas” (ou *General Public Licenses* no original), como aquela criada por Stallman. Sua

---

<sup>80</sup> Web 2.0 é um termo criado em 2004 pela empresa americana O'Reilly Media para designar uma segunda geração de comunidades e serviços, tendo como conceito a "Web como plataforma", envolvendo wikis, aplicativos baseados em *folksonomia* (indexar informações através de *tags*) redes sociais e Tecnologia da Informação. O vocábulo se refere ao ambiente de interação e participação que hoje engloba inúmeras linguagens e motivações na web. Disponível em <http://radar.oreilly.com/archives/2006/05/controversy-about-our-web-2-0.html> Acessado em 06 de maio de 2012.

vantagem é a padronização: elas criam termos jurídicos determinados e universais, que podem ser adotados por modelos de web 2.0 que estejam de acordo com eles. Diferente de uma licença tradicional que se dá apenas entre duas partes (geralmente o autor-licenciante e o usuário-licenciado), as licenças públicas gerais estabelecem direitos entre o autor-licenciante e toda a coletividade.

#### 4.1 Web 3.0

Conforme a página “História sobre sites de busca”<sup>81</sup>, a Web 3.0 será num período de cinco a dez anos, a terceira geração da Internet, na qual haverá melhor organização e uso de maneira mais eficaz de todo o conhecimento já disponível na Internet. O termo foi empregado pela primeira vez pelo jornalista John Markoff, num artigo do “*New York Times*”<sup>82</sup> e logo, incorporado e rejeitado com igual ímpeto pela blogosfera.

De acordo com o especialista em tecnologia Nova Spivack<sup>83</sup>, o desenvolvimento da Internet acontece em ciclos de 10 anos. Na primeira década da Web, muito de seu desenvolvimento estava focado na ou na sua infraestrutura, os programadores criaram os protocolos e as linguagens de código usadas para fazer sites. Na segunda década, o foco mudou, as pessoas criam *mashups*<sup>84</sup> e experimentam maneiras de tornar as experiências na rede mais interativas. Agora, no fim do ciclo da Web 2.0, o próximo ciclo voltará seu foco novamente aos bastidores, os programadores refinarão as bases da Internet para suportar as capacidades avançadas dos navegadores da Web 3.0.

E assim, deixando mais perguntas voláteis que respostas escritas em pedra, a internet segue mudando e mudando as relações. [...] Se a “rede mundial de computadores” tem o poder de amplificar nossas qualidades e defeitos, que sejam muito mais por elas e não por eles que a *web* 2.0 seja citada e lembrada. (JANSEN, 2010)<sup>85</sup>

<sup>81</sup> Disponível em <https://sites.google.com/site/historiasobreossitesdebusca/web-3-0> Acessado em 09 de maio de 2012.

<sup>82</sup> Disponível em <http://www.nytimes.com/2006/11/12/business/12web.html?pagewanted=all> Acessado em 09 de maio de 2012.

<sup>83</sup> Spivack não declara idade, nacionalidade e nome real. Resume sua biografia numa linha: "Sou um empresário de alta tecnologia. Sou um sistema de sobrevivência de memes. Sou um ontologista. Sou virtual". Spivack dá palestras disputadas no Vale do Silício e é dono da empresa Radar Networks. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/informatica/ult124u21657.shtml> Acessado em 09 de maio de 2012.

<sup>84</sup> Um mashup é a combinação de dois ou mais aplicativos em um único aplicativo.

<sup>85</sup> Disponível em <http://www.revistadacultura.com.br:8090/revista/rc37/index2.asp?page=capa> Acessado em 09 de maio de 2012.

Ele vai além, e afirma que entraremos na era da Web 4.0 após um grande avanço na era antecedente e o foco retornará para a linha de frente, isto é, para a interatividade. Seth Godin e alguns outros estudiosos, explicam de forma simplificada, que este será um gigantesco sistema operacional inteligente e dinâmico, que utilizará os históricos dos usuários, para propor decisões. E isso acontecerá automaticamente, com base num complexo sistema de inteligência artificial.

Quando se usa um site de busca, este ainda não é capaz de compreender o contexto do que esta sendo pedido, explica Jonathan Strickland em um artigo traduzido pelo site “*HowStuffWorks* Brasil”: “Ele procura por páginas que contêm as palavras-chaves presentes em seus termos de busca, o site de busca não pode afirmar se a página é realmente relevante para a sua pesquisa.” No caso de um site de busca Web 3.0, sua pesquisa seria interpretada e em resposta retornariam resultados mais precisos e sugestões de outros conteúdos relacionados ao que você procura. Enquanto você navega pela Web, o navegador registra seus interesses. “Quanto mais você usa a rede, mais o seu navegador aprende sobre você e menos específico você precisará ser quando procurar alguma coisa. [...] Enquanto a Web 2.0 utiliza a Internet para conectar pessoas, a Web 3.0 servirá para conectar informações.” afirma Strickland<sup>86</sup>.

Páginas serão agrupadas por temas, assuntos e interesses previamente expressos pelo internauta. Assim, de *World Wide Web* passaria a ser “*World Wide Database*” (base de dados mundial) segundo Spivack. Esta inovação se originará da convergência de várias tecnologias que já existem e que serão usadas ao mesmo tempo e em sinergia, como a Banda larga, acesso móvel à internet, e a tecnologia de rede semântica.

O inventor da WWW, Berners-Lee, disse também, que a futura web poderia ser chamada Web Semântica, que se refere a computadores que analisarão e interpretarão as informações das páginas utilizando agentes de software para informações relevantes em conjuntos de informação chamados de “ontologias” (em termos de Internet, é um arquivo que define as relações entre um grupo de termos). Na sua concepção, elas existiriam na forma de metadados, ou seja, as informações estariam incluídas nos códigos das páginas da Web e invisíveis aos humanos, mas perceptíveis pelos computadores.<sup>87</sup>

Nícolas Müller colunista do site “Oficina da Net” revela:

Duas importantes tecnologias para o desenvolvimento da Web Semântica já estão em vigor: XML (*Extensible Markup Language*) e a RDF (*Resource*

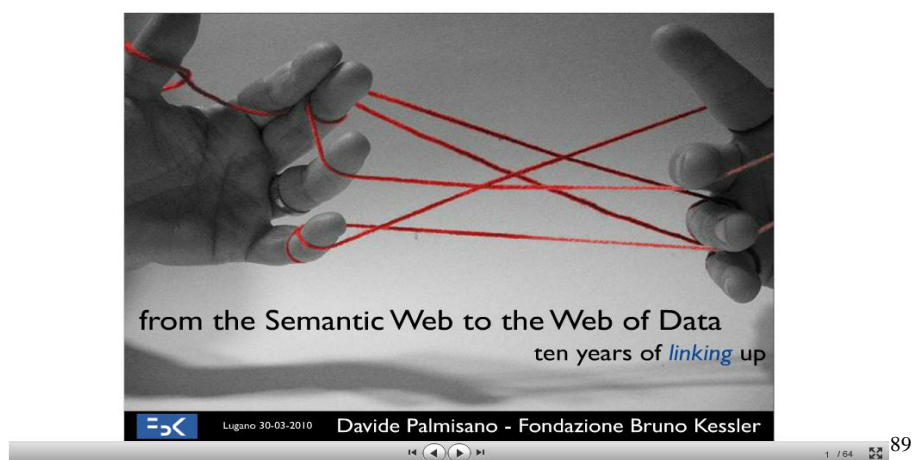
<sup>86</sup> Disponível em <http://informatica.hsw.uol.com.br/web-30.htm> Acessado em 09 de maio de 2012.

<sup>87</sup> Ver Anexo 5.1: WEB EVOLUTION - Nova Spivack, 2009. Disponível em <http://www.slideshare.net/novaspiavack/web-evolution-nova-spivack-twine> Acessado em 09 de maio de 2012.



*Description Framework*). XML permite que todos criem suas próprias *tags*, *labels* ocultos tais como rótulos, anotações nas páginas da Web ou seções de textos em uma página. Scripts, ou programas, podem fazer uso dessas *tags* de sofisticadas maneiras, mas quem for escrever o script tem que saber quais as *tags* que a página está utilizando e como. [...] As *tags* serão a forma mais correta de tornar uma página semântica, são elas que definirão que determinado tipo de informação está em determinada parte da página exibida [...] <sup>88</sup>.

Figura 1: Da Web Semântica à Web Inteligente



Empresas como Amazon, Netflix<sup>90</sup> e Pandora Radio<sup>91</sup> podem até prever a próxima escolha dos seus clientes, aprendendo com os rastros digitais que estes deixam no *database* (banco de dados). Fornecem conteúdo individual, mas dependem de uma abordagem de tentativa e erro que não é tão eficaz e nem tão abrangente quanto os especialistas dizem que a Web 3.0 será, pois irá envolver toda a informação da Internet. Alguns especialistas acreditam que este formato em vez de utilizar o HTML como linguagem básica de codificação, irá depender de alguma linguagem nova. Algumas empresas do Vale do Silício,

<sup>88</sup> Disponível em

[http://www.oficinadanet.com.br/artigo/1831/web\\_semantica\\_ou\\_web\\_3.0\\_o\\_que\\_e\\_e\\_para\\_que\\_serve](http://www.oficinadanet.com.br/artigo/1831/web_semantica_ou_web_3.0_o_que_e_e_para_que_serve) Acessado em 09 de maio de 2012.

<sup>89</sup> Disponível em <http://www.slideshare.net/dpalmisano/from-the-semantic-web-to-the-web-of-data-ten-years-of-linking-up> Acessado em 09 de maio de 2012.

<sup>90</sup> O Netflix é o um serviço de locação de DVD pela internet, no qual o cliente ao alugar um filme recebe sugestões de outros filmes semelhantes aquele escolhido por ele.

<sup>91</sup> Quando você cria uma estação de rádio no Pandora, ele analisa as estruturas musicais presentes nas músicas que você gosta e apresenta uma seleção personalizada. O Pandora se baseia no Genoma da Música, que consiste em 400 características musicais, abrangendo as qualidades da melodia, harmonia, ritmo, forma, composição e letra. É um projeto que começou em janeiro de 2000 e 30 especialistas em teoria da música levaram 5 anos para finalizá-lo. O genoma é baseado em uma análise complexa de músicas de 10 mil artistas dos últimos 100 anos. A análise de novas músicas tem sido feita todos os dias, desde que o Pandora foi lançado online. Disponível em <http://lazer.hsw.uol.com.br/radio-pandora.htm> Acessado em 09 de maio de 2012.



na Califórnia, Estados Unidos, desenvolvem trabalhos nesse sentido, destacando-se o Almaden IBM Research Center, a Metaweb e a Radar Networks. No Brasil, centros universitários vêm desenvolvendo trabalhos pioneiros para a Web 3.0 com ênfase na língua portuguesa.

Um estudante canadense de apenas 17 anos, Nicholas Benjamin Schiefer, recentemente, desenvolveu um mecanismo de buscas novo, baseado em redes sociais como Twitter e Facebook., que lhe garantiu o prêmio *Intel Foundation Young Scientist*, prêmio para jovens cientistas. Ele explica em uma entrevista a Revista Exame, que estudou o que é chamado de "micro-search", pesquisas online que relacionam pequenos dados. Assim, chegou a um algoritmo<sup>92</sup> capaz de conectar palavras-chaves de sistemas como o Google com os conteúdos limitados das redes sociais, otimizando a busca<sup>93</sup>.

#### 4.2 “Acesso à internet é um direito fundamental”

Um relatório divulgado pela Organização das Nações Unidas (ONU) no dia 3 de junho de 2011 declara que o acesso à internet é um direito humano básico. Segundo a organização, desconectar indivíduos da web é uma violação do artigo 19, parágrafo 3º, do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos. O documento salienta a característica transformadora da internet, que permite aos indivíduos exercitarem seu direito à liberdade de opinião e expressão:

Embora a Internet exista desde os anos 60, seu uso atual em todo o mundo por diferentes faixas etárias, e incorporação em praticamente todos os aspectos da vida humana moderna, tem sido sem precedentes. De acordo com a União Internacional das Telecomunicações, o número total de usuários da Internet em todo o mundo está agora mais de 2 bilhões. Os usuários ativos do Facebook, uma plataforma de rede social on-line, cresceram de 150 milhões para 600 milhões entre 2009 e 2011. O Relator Especial acredita que a Internet é um dos instrumentos mais poderosos do século XXI para o aumento da transparência na condução dos poderosos, o acesso à informação, e para facilitar a participação ativa dos cidadãos na construção de sociedades democráticas. De fato, a recente onda de manifestações em países do Oriente Médio e Norte Africano mostrou o papel

---

<sup>92</sup> O algoritmo é uma sequência lógica, finita e definida de instruções que devem ser seguidas para resolver um problema ou executar uma tarefa. É um passo a passo que mostra como fazer para solucionar uma questão.

<sup>93</sup> Disponível em <http://exame.abril.com.br/tecnologia/noticias/menino-de-17-anos-faz-sistema-de-buscas-melhor-que-o-google> Acessado em 10 de junho de 2012.

fundamental que a Internet pode desempenhar na mobilização da população para pedir justiça, igualdade, prestação de contas e maior respeito pelos direitos humanos. Assim, o acesso facilitado para todos os indivíduos, com a menor restrição de conteúdo on-line possível, deve ser uma prioridade para todos os Estados. (2011:6) <sup>94</sup>

De acordo com Larriza Thurler, do Observatório da Imprensa, o documento foi divulgado no mesmo dia em que uma empresa de monitoramento da internet revelou que 2/3 do acesso à rede na Síria foi bloqueado, sem aviso. O motivo: uma resposta do governo do país contra as manifestações populares. Muitos ditadores reconhecem o poder de mobilização da internet e por isso tentam cortar seu acesso. Na maioria dos casos, no entanto, os cidadãos encontram uma maneira de furar o bloqueio. No Egito, por exemplo, centenas de indivíduos usaram modens e linhas de telefone antigas para conseguirem acesso à rede global. <sup>95</sup>

Um ano antes da elaboração do relatório, um levantamento conduzido pela *GlobeScan* para a *BBC World Service* revelou que 79% das 27.000 pessoas entrevistadas em 26 países acreditam que o acesso à internet é um direito fundamental. <sup>96</sup> A pesquisa revelou ainda, que o Brasil, juntamente com México e Turquia, é um dos países que mais apóiam essa idéia, e que apesar de discordarem que a rede é um lugar seguro para expressar opiniões (56% contra 49% mundialmente), os brasileiros compõem uma das populações que mais passam tempo nas redes sociais (60% gostam de passar tempo nas redes, enquanto as respostas mundiais ficam em 51%).

No Japão, México e Rússia cerca de três quartos dos entrevistados disseram que não poderiam viver sem estarem conectados. A maioria também afirmou acreditar que a web teve um impacto positivo, trazendo-lhes maior liberdade. No entanto, muitos usuários também

---

<sup>94</sup> Trecho original, tradução livre:

While the Internet has been in existence since the 1960s, its current use throughout the world across different age groups, and incorporation into virtually every aspect of modern human life, has been unprecedented. According to the International Telecommunication Union, the total number of Internet users worldwide is now over 2 billion.4 Active users of Facebook, an online social networking platform, grew from 150 million to 600 million between 2009 and 2011. The Special Rapporteur believes that the Internet is one of the most powerful instruments of the 21st century for increasing transparency in the conduct of the powerful, access to information, and for facilitating active citizen participation in building democratic societies. Indeed, the recent wave of demonstrations in countries across the Middle East and North African region has shown the key role that the Internet can play in mobilizing the population to call for justice, equality, accountability and better respect for human rights. As such, facilitating access to the Internet for all individuals, with as little restriction to online content as possible, should be a priority for all States. Disponível em [http://www2.ohchr.org/english/bodies/hrcouncil/docs/17session/A.HRC.17.27\\_en.pdf](http://www2.ohchr.org/english/bodies/hrcouncil/docs/17session/A.HRC.17.27_en.pdf) Acessado em 04 de abril de 2012.

<sup>95</sup> Disponível em

[http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/acesso\\_a\\_rede\\_e\\_direito\\_humano\\_basico\\_diz\\_onu](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/acesso_a_rede_e_direito_humano_basico_diz_onu)

Acessado em 09 de maio de 2012.

<sup>96</sup> Disponível em <http://news.bbc.co.uk/2/hi/8548190.stm> Acessado em 09 de maio de 2012.

expressaram preocupações quanto aos perigos de fraude, a facilidade de acesso a conteúdo violento e explícito e à falta de privacidade.

A Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) publicou em julho de 2011, um decreto sobre a importância da Internet e os regulamentos que estão por vir. A organização tem apoiado o papel desempenhado pela rede nos levantes no Oriente Médio, que clamam por uma rede livre. “*The Promises We Keep Online: Internet Freedom in the OSCE Region*” salienta que o acesso a Internet é um requisito básico, portanto, sem os meios para se conectar, a luta pelo direito à liberdade de expressão e pela Internet livre perde o sentido.

Eu iria mais longe ao dizer que o livre fluxo de informação é o oxigênio da ciberespaço! Sem ela, a Internet se torna uma ferramenta inútil. Por que certos governos tentam bloquear, restringir e filtrar esse fluxo? Para nos proteger do extremismo, terrorismo, pedofilia, tráfico de seres humanos e outras formas de ameaças, e tornar nossa sociedade mais segura? Ou mesmo para nos proteger da crítica, da sátira, de comentários provocativos e chocante, dos diferentes pontos de vista, de mau gosto e conteúdo polêmico? Para isso eles não têm permissão. Nós, como cidadãos que votaram neles, nunca pedimos para que moldassem nossas mentes e opiniões. (2011:2) <sup>97</sup>

Um renomado advogado especializado nesse novo ramo do Direito e Professor Universidade Bilgi em Istambul, Yaman Akdeniz, foi convocado para esclarecer algumas regulamentações de conteúdos na rede. Uma delas refere-se a alguns estados que introduziram políticas que poderiam ser utilizadas para “desligar” completamente o acesso à Internet em tempos de guerra ou em um estado de emergência ou em resposta a outras ameaças de segurança. Embora o Azerbaijão e a Bulgária não tenham feito uso desse recurso, o “*Internet kill switch*” como o relatório define, continua sendo um motivo de preocupação. Inclusive, os Estados Unidos consideraram permitir ao presidente que pare os sistemas computacionais em situações de Estado de sítio, por exemplo.

---

<sup>97</sup> Tradução livre do trecho: “*I would even go so far to say that the free flow of information is oxygen of cyberspace! Without it the Internet becomes a useless tool. Why do certain Governments try to block, restrict and filter this flow? To protect us from terrorism, extremism, child paedophilia, human trafficking and other forms of threats, and make our societies more secure?*

*But to protect us from criticism, satire, provocative and shocking comments, differing views, tasteless and controversial content? For that they do not have permission. We as citizens that voted for them never asked or obliged them to shape our minds and opinions.*” Disponível em <http://www.osce.org/fom/81007> Acessado em 15 de maio de 2012.

### 4.3 Redes sociais: o megafone desta década

As novas tecnologias de comunicação e informação serão vetores de agregação social, de vínculo comunicacional e de recombinações de informações as mais diversas sobre formatos variados, podendo ser textos, imagens fixas e animadas e sons. A cultura “pós-massiva” das redes, em expansão com sites, blogs, redes de relacionamento [...] mostra muito bem o movimento de recombinação cultural em um território eletrônico em crescimento planetário. Podemos dizer, a título de hipótese, que há três leis que estão na base do processo cultural atual da cibercultura, a saber: a liberação do pólo da emissão, o princípio de conexão em rede e a consequente reconfiguração sociocultural a partir de novas práticas produtivas e recombinações. (LEMOS, 2007).<sup>98</sup>

A manipulação de informação e da opinião pública, hoje, tem um contraponto na internet. Com a possibilidade de interação, há a quebra da relação piramidal de poucos emissores para muitos receptores, que era a marca da comunicação do século XX. Agora, comunidades digitais se organizam, discutem, processam informações e muitas vezes confrontam aquilo que é veiculado pelos meios de comunicação de massa. Entretanto, havia uma forte oposição à idéia de “abrir” tal tecnologia, em nome dos riscos ao sigilo de Estado que ela representava, como questiona Antoun, Doutor em Comunicação pela UFRJ e Pesquisador do Grupo CIBERIDEA - Núcleo de pesquisa em tecnologia, cultura e subjetividade, em seu artigo “Nas teias da Globalização”:

[...] Afinal, o enredamento não foi iniciado pelo complexo industrial militar norte-americano, ao gerar a ARPANET, patrocinando pesquisadores para desenvolver e operar diferentes computadores à distância? A ARPANET não foi idealizada a partir da RAND Corporation, agência que desenvolvia secretamente cenários de resultados de uma guerra termonuclear? A ARPANET não deveria desenvolver esquemas de comunicação, controle e comando numa rede descentralizada, que deveria sobreviver aos ataques nucleares? A pudenda origo<sup>99</sup> da Internet não pode ser negada. (ANTOUN, 1998:2)<sup>100</sup>

Portanto, desde seu nascimento a internet foi alvo de um conflito entre o aparelho industrial-militar do Estado capitalista globalizado e os reivindicantes movimentos libertários. Em outro trecho do artigo, Antoun reconhece o potencial que as redes têm de dar voz ativa a seus usuários:

<sup>98</sup> Disponível em <http://abciber.org/publicacoes/livro1/textos/cibercultura-como-territorio-recombinante1/> Acessado em 15 de maio de 2012.

<sup>99</sup> “baixas origens”, infundáveis conflitos de vontades, segundo Dreyfus e Rabinow (1983/1995: 120).

<sup>100</sup> Disponível em <http://souzaesilva.com/Website/portfolio/webdesign/siteciberidea/antoun/textos/globalizacao.pdf> Acessado em 15 de maio de 2012.

O consultor em marketing Paulo Puterman, em artigo na revista *Internet Business*, chama a atenção para um fato que atormenta o mundo dos negócios: “Hoje, qualquer pessoa com um computador é uma CNN em potencial, podendo influenciar e informar o mundo sobre injustiças e situações onde cidadania e direitos, logo mercados, não são respeitados.” [...] (ANTOUN, 1998:2).

Precursoras das redes sociais, as primeiras comunidades virtuais territorializadas como “Aspen”, “Santa Monica” ou “São Francisco” – que visavam ajudar mutuamente seus integrantes – as listas de discussão, o BBS<sup>101</sup>, foram os instrumentos pioneiros de sociabilização digital, de acordo com Lemos (2009:137). E à medida que essas redes se popularizaram, pessoas comuns passam a ter voz ativa. Preocupados com este novo poder nas mãos da massa, muitos governantes têm impedido o acesso a estes sites de relacionamentos em países como o Irã, China, Tunísia, Turquia, Turcomenistão, Emirados Árabes Unidos, Paquistão, Malásia, Síria, Uzberquistão, Bangladesh e Vietnã.

“A internet pode dar dimensão global aos conflitos locais. O movimento zapatista, no México, tornou-se conhecido pela internet”, disse André Lemos (*apud* KENSKI, 2002)<sup>102</sup>. As tecnologias da cibercultura são hoje, articuladoras de ações políticas locais, quase sempre com apelos globais. E o primeiro a colocar isso em prática, foi o subcomandante Marcos que articulou mundialmente o movimento Zapatista através da Internet para angariar apoio à luta, em 1994. Desde então, a internet tem desempenhado em muitas situações, o papel de construir uma rede de apoio. Grupos como o *Electronic Disturbance Theatre* ou o *Critical Art Ensemble*, por exemplo, fazem protestos através das redes contra a globalização, contra os transgênicos etc. O principal objetivo de todos esses movimentos é difundir informações e reivindicações sem mediação, e organizar ações independentes e livres.<sup>103</sup>

Antoun ressalta em “Ontologia da Liberdade na Rede” que a internet mudou, e hoje, a atuação social, a mobilização e o engajamento no ambiente digital são muito importantes.

[...] essa metamorfose tem a ver com a emergência das dinâmicas ativistas, já no final dos anos 90, que fizeram resgatar o sentido originário *peer to peer* da internet, dando a ela um novo uso, ao promover diversas inovações que vão do Napster ao Pirate Bay, dos blogs aos *mashups*, dos sistemas de troca

<sup>101</sup> Tradução livre: *Bulletin Board System* (BBS) eram sistemas por discagem telefônica com conexão ao computador, que ofereciam funções tais como troca de mensagens, de arquivos, jogos on-line em modo texto e chat. Com a internet, o BBS se tornou ultrapassado.

<sup>102</sup> Disponível em <http://super.abril.com.br/tecnologia/internet-10-anos-abalaram-mundo-443350.shtml> Acessado em 11 de junho de 2012.

<sup>103</sup> Ver Anexo 5.3: Ferramentas da Revolução. Disponível em <http://www.agenciaduplo.com.br/wp-content/uploads/2012/04/twfbegypt.jpeg> Acessado em 01 de julho de 2012.

de arquivo às mídias sociais colaborativas, do jornalismo cidadão neozapatista à tuitagem iraniana.” (ANTOUN, 2010:1) <sup>104</sup>

Essa conduta participativa acarreta novos conflitos: disputas para ver quem fica com o que é produzido, explica Antoun.

[...] sobre a produção e a regulação da liberdade na internet, na medida em que todo o valor capitalista está radicado em fazer os conectados livres permanecer dentro de limites programáveis e de conexões pré-estabelecidas, para recolher destes toda a sua produção social. [...] Na contra mão deste movimento, há todo um movimento que visa inflar de liberdade a rede, a partir da disseminação de dispositivos que aceleram a socialização e o compartilhamento de conhecimentos, informação e dados, seguindo novos modelos de direito público, abrindo um conflito com a governança capitalista da liberdade na rede. (ANTOUN, 2010:2)

Mark Zuckerberg, o fundador do Facebook, anexou uma carta pessoal aos documentos enviados aos órgãos reguladores para que a rede social passasse a vender ações na Bolsa de Nova York, informou o site G1 no dia 02 de fevereiro de 2012. Trechos da carta do CEO da maior rede social do mundo <sup>105</sup>:

Originalmente, o Facebook não foi criado para ser uma empresa. Ele foi construído para realizar uma missão social: tornar o mundo mais aberto e conectado. [...] Ao ajudar as pessoas a fazer essas conexões, esperamos mudar o jeito com o qual elas espalham e consomem informação. Acreditamos que a informação do mundo deve lembrar o ‘social graph’ <sup>106</sup> – uma rede construída de ponto em ponto, e não com um centro único, como existe agora. Também pensamos que dar às pessoas o controle sobre o que elas compartilham é um princípio fundamental nessa mudança. Acreditamos que um mundo mais aberto e conectado ajudará a criar uma economia mais forte, com negócios mais autênticos e que constroem melhores produtos e serviços. Compartilhando mais, as pessoas têm acesso a diferentes opiniões sobre produtos e serviços. [...] Nós cultivamos uma cultura única e uma abordagem de gerenciamento que chamamos de “Jeito Hacker”. A palavra hacker tem uma conotação negativa injusta, [...] hackear significa apenas construir algo rapidamente e testar os limites do que pode ser feito. [...] Existe um mantra hacker que você ouvirá nos corredores do Facebook: “O código ganha argumentos”. (ZUCKERBERG, 2012) <sup>107</sup>

<sup>104</sup> Disponível em [http://compos.com.puc-rio.br/media/gt1\\_henrique\\_%20antoun\\_%20f%20E1bio\\_malini.pdf](http://compos.com.puc-rio.br/media/gt1_henrique_%20antoun_%20f%20E1bio_malini.pdf) Acessado em 17 de maio de 2012.

<sup>105</sup> O Facebook é a rede social com o maior número de usuários do mundo, de acordo com uma análise da Comscore divulgada pelo *Wall Street Journal* no início de 2012.

<sup>106</sup> O gráfico social, na tradução para o português, foi descrito como "o mapeamento global de todos e como eles estão relacionados". O termo foi popularizado na conferência do Facebook em 24 de maio de 2007, quando foi usado para explicar que a Plataforma Facebook se beneficiaria do gráfico social, aproveitando as relações entre indivíduos, para oferecer uma experiência online mais elaborada. A definição foi expandida para se referir a um gráfico social de todos os utilizadores da Internet. Disponível em [http://en.wikipedia.org/wiki/Social\\_graph](http://en.wikipedia.org/wiki/Social_graph) Acessado em 30 de maio de 2012.

<sup>107</sup> Disponível em <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2012/02/queremos-tornar-o-mundo-mais-aberto-e-conectado-diz-zuckerberg.html> Acessado em 30 de maio de 2012.

Para encorajar essa abordagem, a cada oito semanas, é promovida uma hackatona (maratona de hackers) entre os próprios funcionários do Facebook. Uma média de 300 especialistas em computação constroem protótipos com as novas ideias que têm. Já houve encontro que rendeu 50 projetos, nem todos são aproveitáveis, mas muitos dos aplicativos de sucesso vieram dessas “maratonas”, incluindo a *Timeline*, o *chat*, o vídeo e outros projetos importantes de infraestrutura. A empresa também, já recorreu a hackers independentes pagando 40 mil dólares para que localizassem falhas ou vírus em seu site.

Após a revolução popular no Egito, no início de 2011, foi aberta a discussão sobre o uso da internet – mais especificamente das redes sociais – e dos telefones celulares nos protestos. De um lado, defensores da ideia de que esta é uma “revolução de Facebook e Twitter”. Do outro, as opiniões de que a internet não leva as pessoas às ruas e de que celulares não derrubam governos. Tendo em vista que, o país ainda é pouco conectado, o número de usuários do Facebook fica perto de 5,2 milhões de pessoas, menor, por exemplo, que o número de seguidores de Barack Obama no Twitter.<sup>108</sup> O que representa apenas 6,46% dos habitantes do país.<sup>109</sup>

Quanto aos celulares, uma das primeiras medidas do governo do ditador Hosni Mubarak quando notícias dos protestos começaram a se espalhar foi cortar parte dos serviços de telefonia móvel. Além das restrições físicas, as técnicas de contra-informação também limitam a possibilidade de protesto eletrônico. Um exemplo: o serviço da Vodafone, operadora de telefonia móvel com 26 milhões de clientes no país, enviou mensagens de texto (SMSs) favoráveis ao governo durante a crise atual. A operadora emitiu um comunicado esclarecendo que a Lei de Telecomunicações egípcia confere à agência regulatória do país o direito de enviar os SMSs em caso de emergência. Mas, enquanto se exime de responsabilidade na nota oficial, a Vodafone mantém sua marca como patrocinadora do portal governamental egípcio.

Ainda que com alcance restrito, o Facebook é uma ferramenta de mobilização e contato com o mundo para uma parcela importante da população. [...] Entrando na onda de memórias de revoltas passadas, é interessante comparar o que ocorre na Praça Tahrir, no Cairo, ao que se passou na Praça Tian'anmen, Pequim, em 1989. Enquanto os manifestantes se concentravam na praça chinesa exigindo a abertura democrática do país, paramilitares passeavam pelos hotéis e prédios das redondezas confiscando

<sup>108</sup> Disponível em <http://www.cartacapital.com.br/internacional/a-revolucao-e-online-e-offline/> Acessado em 11 de junho de 2012.

<sup>109</sup> Ver anexo 5.2: A representatividade da internet no Egito. Disponível em <http://www.agenciaduplo.com.br/wp-content/uploads/2012/04/egypt-logo-poster-protest.jpeg> Acessado em 01 de julho de 2012.



as pesadas câmeras de vídeo e os igualmente pesados equipamentos de transmissão. Em pouco tempo, o registro de imagens da praça foi quase totalmente restrito – exceção ao cinegrafista da agência France Presse que conseguiu esconder uma fita contendo a clássica cena do rebelde enfrentando os tanques. No conforto de um “apagão” jornalístico, soldados e paramilitares invadiram a praça em um dos massacres mais lembrados da história recente.

Voltando ao Cairo, 2011. Telefones celulares com câmera, gravadores e câmeras digitais ultra-compactas permitem registro permanente de imagens e sua transmissão pela internet (com repercussão imediata nas redes sociais). Se não impede totalmente a violência, tal cobertura “independente” constrange o governo Mubarak a evitar um massacre nos moldes de Tian’anmen. A Al Jazeera, emissora de TV do Catar, transmite, no momento em que escrevo, ao vivo da praça Tahrir. O sinal do site oficial caiu, mas a página da emissora no Facebook resolve esse problema, com o vídeo direto. (CORAZZA, 2011)<sup>110</sup>

Os serviços secretos, os estrategistas de bastidores, os ideólogos de teocracias e outros agentes não abandonaram seus movimentos com o advento do Facebook e do Twitter, mas ficaram, de certo modo, debilitados.

#### 4.4 Sociedade de Controle

A colaboração *online* quer, no entanto, fugir das revoluções feitas da cama, do sofá, do café, fenômeno que se pulverizou em perfis de redes e mídias sociais e que agora está tão arraigado que parece ser o natural. [...] O posicionamento de Markun fala sobre a expiação de culpa que o *online* tem oferecido. “Se a gente vai fazer alguma coisa para ajudar uma causa, a gente precisa tomar ações que sejam efetivas. Hoje, as pessoas colocam alguma marca de campanha em seus avatares do Twitter e voltam para a discussão do futebol sem sair do discurso falacioso.” (JANSEN, 2010)<sup>111</sup>

No entanto, mesmo as manifestações online têm sido vetadas. Uma empresa alemã oferece a habilidade de rastrear “opositores políticos”; uma companhia italiana alega poder controlar *smartphones* remotamente e usá-los para escutar conversas e fotografar os donos; uma empresa norte-americana permite que seus contratantes vejam o que os espionados vêem; uma empresa sul-africana possui ferramentas para gravação de bilhões de chamadas telefônicas e armazenamento eterno para o material. Todas essas informações foram publicadas pelo

<sup>110</sup> Disponível em <http://www.cartacapital.com.br/internacional/a-revolucao-e-online-e-offline/> Acessado em 09 de maio de 2012.

<sup>111</sup> Disponível em <http://www.revistadacultura.com.br:8090/revista/rc37/index2.asp?page=capa> Acessado em 09 de maio de 2012.



WikiLeaks e pela ONG *Privacy International*, um grupo de Direitos Humanos sediado em Londres.

A “Sociedade disciplinar” descrita por Michel Foucault em “Vigiar e Punir” (1975), e o Estado onipresente para coerção do povo por George Orwell em “1984” (1948) prenunciaram a fase pós-panóptico que está em vigor, mediada pelas novas tecnologias da informação. O poder se tornou verdadeiramente extraterritorial, há câmeras por todos os lados, os endereços de IP dos computadores registram os passos online de cada usuário, os *spywares*, que podem invadir sistemas e roubar senhas, o GPS permite o rastreamento de pessoas... O sentido é dissecar o corpo social, transformar esta massa amorfa em grupos, para conhecê-los e manipulá-los. E a hipótese de estarem sob constante vigilância, faz com que os indivíduos se autocontrolem.

Zygmunt Bauman também discorre sobre as mudanças que o Panóptico tem sofrido nestes tempos de “Modernidade Líquida”: “Michel Foucault utilizou o projeto do Panóptico<sup>112</sup> de Jeremy Bentham como aquimetáfora do poder moderno.” (2011:16). Foucault analisa o sistema de prisão idealizado pelo filósofo inglês Bentham e reafirma que, a incerteza de estar sendo vigiado 24h por dia resultaria em maior eficiência, pois os próprios detentos se policiariam. As relações panópticas estão presentes nas próprias relações sociais há muito tempo, seja nas fábricas ou nas corporações, os empregados inibem certos comportamentos e realçam outros pela incerteza de estarem sendo observados pelo patrão.

Orwell também anteviu uma sociedade sufocada pela constante observação explícita ou implícita dos impositores da “ordem”. Essa malha em uma entrevista concedida pelo Professor de Comunicação Social da UFRJ, Marcos Dantas ao Portal Vermelho em fevereiro de 2011, ele alega:

Na minha avaliação, a internet é o mais extraordinário panóptico que o capital já inventou. Tudo o que você escreve ali, pode ser visto por quem queira ver. Servidores de organizações como Google, Facebook e outras podem armazenar qualquer informação a respeito de qualquer internauta. É claro que eles preferem saber dos seus gostos e hábitos para lhe vender produtos e serviços. Mas talvez o FBI ou a CIA também gostem de saber dos seus gostos e hábitos... Há poucos anos, aconteceu um escândalo mundial, pouco divulgado no Brasil, devido a um sistema inventado pelos estadunidenses, denominado “Echelon”, pelo qual as suas grandes corporações podiam acompanhar as comunicações dos concorrentes e, com base nelas, tomar as decisões mais vantajosas.<sup>113</sup>

<sup>112</sup> Penitenciária com disposição circular e celas individuais, expostas à observação por uma Torre, localizada no centro, porém encoberta por persianas, para que o observador pudesse ver sem ser visto.

<sup>113</sup> Disponível em [http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id\\_noticia=147554&id\\_secao=6](http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_noticia=147554&id_secao=6) acessado em 17 de maio de 2012.

Casos como o da Revista Carta Capital que teve sua edição 691, de abril de 2012 recolhida das bancas de Goiânia relembram os tempos de ditadura. Carros sem placa passaram recolhendo as revistas que trazem na capa uma denúncia dos negócios ilegais entre o bicheiro Cachoeira, o senador Demóstenes Torres e o governador de Goiás, Marconi Perillo, identificados pela Polícia Federal na Operação Monte Carlo. A informação circulou pelo Twitter: “@helder\_rp: Cade a indignação da imprensa? @AndreArruda: Crime estatal organizado @danielgalinho: Impressionante isso acontecer na capital de um Estado em pleno séc. XXI. @Mr\_Machado: ao @MPF\_GO @luciocaramori: Comemoração de 64?”<sup>114</sup>

A redação da Revista chegou a publicar uma matéria sobre o assunto, afirmando que tentou contatar cerca de 30 bancas de jornal, livrarias e revistarias da capital goiana, mas apenas seis atenderam à ligação e confirmaram que a revista estava esgotada. Informaram também não ter vendido grande número de revistas a poucos indivíduos. Devido a dificuldade em averiguar pessoalmente o caso, não foi possível confirmar se o mesmo ocorreu em outras bancas ou partes da cidade, ou se os próprios contatados foram instruídos a negar a venda em lotes. Mas os relatos deste tipo de venda foram inúmeros, entre eles o do deputado federal Luiz E. Greenhalgh via *Twitter*. “São muitas as pessoas que testemunharam o sequestro da *CartaCapital* em Goiânia. Amigos me telefonaram. Fato inadmissível nos dias de hoje”, disse.<sup>115</sup> Entretanto, como afirma um dos twittes, a revista pode ser recolhida, mas sua versão para *tablet* traz a revista integral e grátis! Mais uma vez a internet é uma aliada.

O portal Abril.com divulgou em 2010 uma matéria sobre a resistência do governo Tcheco a autorizar o Google a coletar informações para nutrir a ferramenta *Street View* no país. Pois, alguns meses antes, a empresa admitiu ter coletado informações pessoais indevidas durante o processo de captação de dados. A partir daí, a gigante da internet tem enfrentado processos da Alemanha, Itália e Estado Unido, entre outros.

As fotografias já tiradas pela empresa poderão ser utilizadas, mas a utilização de novos dados terá que ser negociada. O Google tem sofrido ataques de diversos países preocupados com uma possível ameaça à privacidade representada pela função. Hana Stepankova, representante do governo tcheco, disse em entrevista ao BBC News que haviam preocupações em relação a legalidade das ações da companhia, mas que negociações estavam em curso para que a coleta de dados pudesse se feita de acordo com as leis locais. Segundo um porta-voz do Google, a empresa tem certeza de

---

<sup>114</sup> Disponível em [http://www.bluebus.com.br/show/2/109388/revista\\_carta\\_capital\\_est\\_sendo\\_recolhida\\_de\\_todas\\_as\\_bancas\\_de\\_goiania\\_em\\_carros\\_sem\\_placa](http://www.bluebus.com.br/show/2/109388/revista_carta_capital_est_sendo_recolhida_de_todas_as_bancas_de_goiania_em_carros_sem_placa) Acessado em 14 de junho de 2012.

<sup>115</sup> Disponível em <http://www.cartacapital.com.br/politica/o-estranho-sumico-de-cartacapital-em-goiania/> Acessado em 15 de julho de 2012.

que opera na legalidade: “implementamos procedimentos rigorosos para proteger a privacidade, como o uso de ferramentas para embaçar rostos e placas de automóveis”.<sup>116</sup>

Na passagem da Sociedade Feudal, em que o poder era exercido pelo soberano, através de punições em praça pública, para a “Sociedade Disciplinar”, ninguém havia previsto que o formato panóptico da arquitetura que poderia vir a ser aplicado às escolas, fábricas, hospícios e quartéis (por ser mais econômico, devido ao menor gasto com segurança, fiscalização), hoje envolveria todo o planeta, supervisionado via satélite. Mas, mesmo essa malha tão intrinsecamente montada em função do controle e do poder, tem brechas, e é por aí que os Anonymous entram.

Em 1996, o ativista John Perry Barlow escreveu um documento em resposta à aprovação da primeira lei de telecomunicações dos EUA, pois estava receoso que a tal lei ameaçasse a liberdade na Internet. Cofundado da *Electronic Frontier Foundation* (EFF), em português, Fundação Fronteira Eletrônica – organização sem fins lucrativos cujo lema é “defendendo seus direitos no mundo digital”<sup>117</sup>, Barlow declarou que governo nenhum tem legitimidade para legislar o ciberespaço, que este não é nacional e não é material. A Internet possui suas próprias regras de convívio, baseadas, principalmente, na regra de ouro<sup>118</sup>.

#### Declaração de Independência do Ciberespaço

Governos do Mundo Industrial, aborrecidos gigantes de carne e de aço, eu venho do Ciberespaço, a nova morada da Mente. Em nome do futuro, peço que vocês, do passado, nos deixem em paz. Vocês não são bem-vindos entre nós. Vocês não têm soberania onde nós nos reunimos.

Não temos governo eleito, e tampouco é provável que venhamos a ter; então, dirijo-me a vocês com a mesma autoridade com a qual a própria liberdade sempre fala. Declaro que o espaço social global que estamos construindo é naturalmente independente das tiranias que vocês buscam nos impor. Vocês não têm o direito moral de nos governar; tampouco possuem qualquer método de aplicação de leis que tenhamos algum motivo real para temer.

Os governos derivam seus justos poderes a partir do consentimento dos governados. Vocês não solicitaram nem receberam o nosso. Nós não convidamos vocês. Vocês não nos conhecem, nem conhecem nosso mundo. O Ciberespaço não se situa dentro das suas fronteiras. Não pensem que vocês podem construí-lo, como se ele fosse um projeto público de

<sup>116</sup> Disponível em <http://www.abril.com.br/noticias/tecnologia/servico-street-view-google-banido-republica-tcheca-596460.shtml> Acessado em 17 de maio de 2012.

<sup>117</sup> Tradução livre disponível em <https://www.eff.org/> Acessado em 17 de maio de 2012.

<sup>118</sup> Conhecida também como Ética da Reciprocidade é um princípio moral presente em quase todas as religiões e culturas. Afirma que: deve-se tratar os outros como gostaria que os outros para tratar a si mesmo. Este conceito descreve uma "recíproca", ou seja, relação entre si mesmo e aos outros que envolve os dois lados igualmente e de forma mútua.

construção civil. Vocês não podem. Ele é um ato da natureza, que se expande através das nossas ações coletivas.

[...] O Ciberespaço consiste de transações, de relacionamentos, do próprio pensamento, posicionados como uma onda estacionária na teia das nossas comunicações. Nosso mundo é um mundo que está por toda parte e em nenhuma parte, mas não está onde vivem os corpos.

Estamos criando um mundo em que todos podem entrar, sem privilégios nem preconceitos decorrentes de raça, poder econômico, poderio militar ou posição social.

Estamos criando um mundo onde qualquer pessoa, em qualquer parte, pode expressar suas crenças, por mais singulares que sejam, sem medo de que lhe imponham o silêncio ou a conformidade.

Seus conceitos legais de propriedade, expressão, identidade, movimento e contexto não se aplicam a nós. Eles se baseiam na matéria, e não há matéria aqui.

Nossas identidades não têm corpo; então, ao contrário de vocês, não podemos obter ordem pela força física. Acreditamos que, a partir da ética, do interesse próprio esclarecido e da comunidade, nossa gestão emergirá. Nossas identidades podem estar distribuídas por muitas das suas jurisdições. A única lei que todas as nossas culturas constituintes reconheceriam, em geral, é a regra de ouro. Esperamos ser capazes de construir nossas soluções específicas com base nela. Mas não podemos aceitar as soluções que vocês tentam impor.

Nos Estados Unidos, vocês hoje criaram uma lei, o Telecommunications Reform Act, que repudia sua própria Constituição e que insulta os sonhos de Jefferson, Washington, Mill, Madison, DeToqueville, e Brandeis. Estes sonhos devem, agora, renascer em nós <sup>119</sup>.

#### 4.4.1 Vigilância na Internet

A Assembleia Nacional Francesa aprovou no dia 17 de fevereiro de 2010 uma lei chamada LOPPSI II (Lei de Orientação e Programação para a Segurança Interior, em tradução livre). Dentre as propostas dessa lei, que tem como objetivo tornar a França um lugar “mais seguro”, está a possibilidade do governo instalar “*trojans*”<sup>120</sup> em computadores para monitorar pessoas. Para ser colocada em prática, a lei necessita passar ainda por exame em

<sup>119</sup> Trecho traduzido pelo professor Fernando Amaral disponível em <http://fnaufel.wordpress.com/2010/12/10/wikileaks-e-a-declaracao-de-independencia-do-ciberespaco/> Acessado em 17 de maio de 2012; o texto original e completo está disponível em <https://projects.eff.org/~barlow/Declaration-Final.html> Acessado em 17 de maio de 2012.

<sup>120</sup> Os trojans (inspirados na lenda do Cavalo de Tróia) são bem diferentes dos vírus, embora possuam algumas semelhanças, como, por exemplo, perda de arquivos. Mas, não se tratam apenas de programas elaborados para destruir ou para causar qualquer dano aos micros, como os vírus. Eles são programas muito mais inteligentes, que podem ser controlados de qualquer ponto do planeta, com uma enorme facilidade. Os trojans possuem duas partes: o cliente e o servidor. Basicamente, a função do servidor será a de abrir as portas do micro, possibilitando a invasão. Uma vez abertas as portas, o invasor terá a possibilidade de obter total controle da máquina. Inclusive muitos são Keyloggers, programas que captam tudo o que é digitado no teclado, tais como senhas de e-mail, senhas de contas bancárias, etc.

mais duas instâncias. A questão principal trata-se do limiar entre a censura e a proteção que essa lei pode atingir.

O projeto de lei, segundo informações do site britânico “The Register” e da PC World americana, abrange várias áreas como o combate à pedofilia e à criminalização do roubo de identidades online. A LOPPSI II prevê o aumento de gastos da polícia, através de investimentos em monitoramento de câmeras, aumento de penas para quem roubar identidades na internet, a ampliação do acesso ao banco de dados de DNA da polícia nacional e a possibilidade de grampo em linhas telefônicas e monitoramento de acesso à internet.

Em um relatório que analisa a economia dos negócios de pornografia infantil, o jornalista Fabrice Epelboin alega que o filtro de URLs não é eficiente, pois esses conteúdos continuarão sendo compartilhados em redes de compartilhamento ponto a ponto. Entidades de defesa à liberdade na internet, como a Quadrature du Net, alertam que a LOPPSI II “deixa a porta aberta a excessos perigosos e deve ser revista com salvaguardas rigorosas, ou ser completamente rejeitada”.

A ONU também criticou o Reino Unido e a França, por aprovarem leis para bloquear pessoas que não cumprem os direitos autorais. Trata-se da Lei de Economia Digital (“*Digital Economy Act*”) <sup>121</sup>, assinada pelo parlamento britânico em abril de 2010. De acordo com o site “A Nova Ordem Mundial” <sup>122</sup> o governo inglês já possui uma longa história de controle sobre a internet. Em maio de 2009 seria implantado um projeto chamado MTI (*Mastering the Internet*), ou “Dominando a Internet”, no qual caixas pretas seriam instaladas em todos os servidores de internet para rastrear e monitorar todos e quaisquer dados que trafeguem pela internet. Os planos foram abandonados em dezembro do mesmo ano, mas o Ministério do Interior está pronto para reanimá-los. Isto apesar do governo de coligação ter prometido “Não vamos armazenar dados da Internet e registrar e-mails sem um bom motivo”.<sup>123</sup>, reportou o Jornal The Telegraph (um dos principais jornais do Reino Unido).

Existem muitos outros casos de interceptação passiva (o “alvo” não sabe que está sendo observado), em circunstâncias e com propósitos diferentes, como durante a primavera árabe, quando os cidadãos derrubaram ditadores no Egito e Líbia, foram encontradas câmaras de escuta, onde equipes britânicas da Gamma ou os franceses da Amesys ou os sul-africanos da VASTech ou os chineses de ZTE, monitoravam cada clique ou ligação telefônica efetuados

<sup>121</sup> Disponível em <http://www.legislation.gov.uk/ukpga/2010/24/contents> Acessado em 09 de maio de 2012

<sup>122</sup> Disponível em <http://www.anovaordemmundial.com/2010/04/fim-da-internet-livre-lei-draconiana.html> Acessado em 09 de maio de 2012.

<sup>123</sup> Disponível em <http://www.telegraph.co.uk/technology/news/8075563/Every-email-and-website-to-be-stored.html> Acessado em 09 de maio de 2012.

pelos opositores do regime. Inclusive, em um desses centros de interceptação das comunicações – encontrado pela jornalista Margaret Cocker do Wall Street Journal<sup>124</sup> – havia pastas que continham, entre outras coisas, e-mails ou resumos de conversas on-line. Os equipamentos eram da Amesys.

Segundo informou a emissora de rádio France Info<sup>125</sup>, a empresa seria acusada de cumplicidade em torturas e em "tratamentos cruéis, desumanos e degradantes". A Federação Internacional de Direitos Humanos (FIDH) estima que a tecnologia da Amesys, vendida em 2007, permitiu que Kadhafi espionasse oito milhões de líbios entre 2008 e 2011. Outra empresa envolvida em um esquema como esse é a Trovicor, subsidiária da Nokia Siemens, que forneceu ao governo do Bahrein as tecnologias de espionagem, o que resultou na captura e tortura do ativista dos direitos humanos Abdul Ghani Al Khanjar.

A Síria, conforme denúncia feita pela agência de notícias Bloomberg<sup>126</sup> em 2011, também estaria sendo monitorada por uma empresa italiana, Area, que permitia ao regime de Bashar al-Assad acessar mensagens eletrônicas ou perfis nas redes sociais – um instrumento particularmente eficaz para detectar e reprimir dissidentes com apoios internos ou externos. As notícias apareceram enquanto o país estremecia por protestos massivos que deixaram cerca de 3.500 mortos. Os advogados da Area anunciaram que a empresa teria cancelado as vendas.

Um projeto chamado *Spy Files* (arquivos espões), publicado em dezembro de 2011, pelo site Wikileaks em colaboração com meios de comunicação de seis países – L'ARD na Alemanha, Le Bureau of Investigative Journalism na Grã-Bretanha, The Hindu na Índia, L'Espresso, em Itália, OWMi em França e Washington Post nos EUA, denunciou um sistema de espionagem digital em massa realizado por governos de mais de 25 países (entre eles o Brasil) por intermédio de 160 empresas de investigação. Esses vazamentos mostraram que os principais envolvidos nesse esquema irregular são as empresas: Nokia-Siemens, Qosmos, Nice, Verint, Team Hacking, Amesys e Blue Coat.

O The Wall Street Journal já havia publicado mais de duzentos documentos de marketing de 36 empresas que ofereciam às autoridades antiterroristas norte-americanas ferramentas de vigilância e invasão.<sup>127</sup> Essa indústria, cujo crescimento ficou evidente após o 11 de Setembro de 2001 e a

<sup>124</sup> Disponível em <http://online.wsj.com/article/SB10001424053111904199404576538721260166388.html> Acessado em 15 de maio de 2012.

<sup>125</sup> Disponível em <http://veja.abril.com.br/noticia/internacional/franca-e-acusada-de-vender-sistema-de-espionagem-a-kadafi> Acessado em 15 de maio de 2012.

<sup>126</sup> Disponível em <http://www.bloomberg.com/news/2011-11-03/syria-crackdown-gets-italy-firm-s-aid-with-u-s-europe-spy-gear.html> Acessado em 15 de maio de 2012.

<sup>127</sup> Disponível em <http://online.wsj.com/article/SB10001424052970203611404577044192607407780.html> Acessado em 15 de maio de 2012.



aprovação do "*Patriot Act*" <sup>128</sup> pelo Bush, ganhou notoriedade nos Estados Unidos, em 2006, quando Mark Klein, ex-técnico da AT&T (grande provedor de acesso à internet norte-americano), delatou a instalação de tecnologias de DPI na companhia, os aparatos eram da empresa Narus, que também teriam sido instalados no Egito na época de Hosni Mubarak. <sup>129</sup>

Há também o caso da empresa Research In Motion (RIM), a multinacional canadense que fabrica o aparelho BlackBerry, cujo sistema cifrado é considerado um dos mais seguros do ramo. E devido a maneira com que ele é gerenciado torna-se muito mais difícil que informações privadas de usuários sejam descobertas. Foi esse nível de segurança que tornou o BlackBerry atraente ao mercado corporativo. [...] “A segurança é a vantagem competitiva essencial da empresa no mundo Ocidental, mas se torna uma barreira cada vez mais frustrante à sua expansão em direção de mercados mais sensíveis em termos políticos e de segurança”, disse Geoff Blaber, da consultoria britânica de telecomunicações CCS Insight.

A RMI, todavia, se ofereceu para ajudar o governo britânico a descobrir se seus clientes usaram o Blackberry Messenger (BBM) durante os motins de agosto do de 2011. <sup>130</sup> Informações divulgadas pela Reuters mostram que a mesma empresa está em negociações para fazer o mesmo com os governos da Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Índia e Líbano que ameaçam suspender os serviços da empresa, a menos que fosse apresentada uma forma de instalar servidores criptografados nos próprios países, para que cada governo possa ter acesso aos que é transmitido por meio dos BBMs, e-mails, navegador.

Divulgações mais recentes alegam que a empresa concordou em cumprir as exigências feitas pelo governo dos Emirados Árabe, portanto não será banido do país. <sup>131</sup> A RMI vai cooperar com as autoridades indianas, já que foram impostas certas barreiras ao uso de celulares, desde os ataques de Mumbai em 2008, quando um grupo paquistanês usou os aparelhos para coordenar os ataques terroristas matando 166 pessoas. Telefones pré-pagos e mensagens de texto estão vetados na região da Caxemira, mas a RMI assegurou que vai manter a confidencialidade do serviço executivo.

O Parlamento Europeu, preocupado com a presença maciça de empresas européias nesse

---

<sup>128</sup> USA Patriot Act: Lei assinada em 26 de outubro de 2001. O acrônimo em português significa Ato de Unir e Fortalecer a América Providenciando Ferramentas Apropriadas Necessárias para Interceptar e Obstruir o Terrorismo. Algumas medidas impostas pela lei são: a invasão de lares, espionagem de cidadãos, interrogações e torturas de possíveis suspeitos de espionagem ou terrorismo, sem direito a defesa ou julgamento.

<sup>129</sup> Disponível em [http://www.huffingtonpost.com/timothy-karr/one-us-corporations-role-\\_b\\_815281.html](http://www.huffingtonpost.com/timothy-karr/one-us-corporations-role-_b_815281.html) Acessado em 15 de maio de 2012.

<sup>130</sup> Disponível em <http://www.eletronicoblog.com/post/7701/blackberry-vai-auxiliar-a-policia-durante-protestos-em-londres-monitorando-usuarios> Acessado em 15 de maio de 2012.

<sup>131</sup> Disponível em <http://www.euligo.com/blackberry-nao-banido-emirados-arabes/> Acessado em 15 de maio de 2012.

tipo de mercado, aprovou uma resolução que proíbe a venda no exterior de sistemas de vigilância, nos casos em que eles sejam utilizados para violar os princípios democráticos, cometer abusos contra os direitos humanos ou contra a liberdade de expressão. Mas ainda é muito fácil para os fabricantes exportarem seus produtos, devido a diversidade de leis e ao mau enquadramento da resolução no plano jurídico.

A China já conta com uma coleção de sites proibidos ou que sofrem censura frequentemente. A repressão algumas vezes tem o intuito de dar uma vantagem às empresas nacionais, mas a maioria dos conteúdos é proibida por entrar em contradição com as ideologias e mensagens difundidas pela mídia estatal ou manipulada pelo governo. Utilizam para isso, um “Grande Firewall”, dispositivo que emprega tecnologias chamadas *Deep Packet Inspection* (DPI - “inspeção profunda de pacotes”) <sup>132</sup>, cujo objetivo é aplicar uma política de segurança a um determinado ponto da rede.

Esse método pode ter várias aplicações, tal como na publicidade dirigida. A maior parte dos anúncios em sites e redes sociais que as pessoas acessam, são de lojas mais próximas do local de onde é feita a conexão ou são provenientes de marcas pesquisadas por essas pessoas ou que já compraram online. Esse é um uso simples e clássico do DPI, que também pode servir para identificar violações de direitos autorais (contra o compartilhamento de arquivos “ilegais” nas redes P2P ou contra sites de download direto como o *Megaupload*) e crimes digitais. Muitas vezes, são veiculadas notícias sobre hackers que disseminaram materiais protegidos por direitos autorais ou cometeram fraudes contra o sistema financeiro, nesses casos o DPI é utilizado de uma forma mais avançada para localizar tais infratores.

No caso da China, esse sistema de bloqueio é baseado em de três técnicas: as duas primeiras referem-se à elaboração de uma lista negra de nomes de domínio e endereços IP, por exemplo, aqueles pertencentes a grupos como a Anistia Internacional. A terceira são pesquisas realizadas em cada pacote de dados que entram e saem do país, procurando em URLs e páginas da web por palavras-chave como “Falun”, em referência ao movimento espiritual proibido Falun Gong, como veiculou o jornal The Washgton Post. Caso alguma dessas palavras seja rastreada, a conexão é bloqueada.

Dessa forma, é possível realizar uma filtragem dos dados que circulam na internet, e caso seja constatado, por exemplo, desvios de conduta, ataque ou violações da política de segurança do país, o responsável pode ser identificado, o teor pode ser encaminhado para um destino diferente ou

---

<sup>132</sup> Disponível em [https://www.ibm.com/developerworks/mydeveloperworks/blogs/fd26864d-cb41-49cf-b719-d89c6b072893/entry/deep\\_packet\\_inspection\\_dpi\\_o\\_que\\_C3\\_A9\\_e\\_para\\_que\\_serve?lang=en](https://www.ibm.com/developerworks/mydeveloperworks/blogs/fd26864d-cb41-49cf-b719-d89c6b072893/entry/deep_packet_inspection_dpi_o_que_C3_A9_e_para_que_serve?lang=en) Acessado em 09 de maio de 2012.



armazenado para futura análise. O DPI pode operar então, de forma a detectar ou prevenir transgressões em redes ou sistemas. Todo conteúdo da internet que está hospedado em sites estrangeiros sofre uma análise rigorosa e é por isso que os internautas chineses não podem acessar o YouTube, Twitter, Facebook e milhares de outros sites que os usuários da web ocidental acessam diariamente.

De acordo com Cris Buckley, repórter da Reuters, a China reforçou sua defesa das restrições à Internet, logo depois que a Google Inc. disse que queria o fim da censura a seu buscador chinês Google.cn e que estava alarmada com ataques de hackers online dentro do país. As queixas do Google encontraram respaldo no governo norte-americano, mas a China rebateu acusando Washington de estar usando a Internet para apoiar a subversão no Irã. Na semana passada, a secretária de Estado, Hillary Clinton, exortou a China e outros governos autoritários a acabarem com a censura à Internet. Sua declaração suscitou uma repreensão aguda de Pequim.

Em janeiro de 2010, o Google anunciou ter sofrido um ataque de hackers. As Contas do Gmail pertencentes a vários ativistas chineses de direitos humanos foram violadas. Na sequência dos acontecimentos a empresa anunciou que deixaria de censurar os resultados das buscas em sua versão em mandarim, já que desde sua chegada à China, temas como o Massacre da Praça da Paz Celestial eram censurados no serviço de buscas e também em concorrentes. Outras 31 empresas também foram alvo de ataques. O governo americano participou das investigações, que apontaram duas escolas chinesas como a fonte. O governo de Pequim nega as acusações.

O Google, então, fechou seu site chinês e transferiu as buscas para o Google.com.hk, situado em Hong Kong, que pertence à China, mas desde 2006 conta com maior liberdade do que o resto do país. Além do maior site de buscas da internet, a página da Anistia Internacional, uma organização não governamental de direitos humanos também foi banida. O YouTube teve sua proibição regularmente imposta nos últimos anos. A razão mais recente foi o aparecimento de vídeos mostrando protestos no Tibete. Outras redes de comunicação many-to-many como o Twitter, o Tumblr também foram bloqueadas. Porém existem softwares clones do Facebook (proibido desde 2009) como o Renren e Xiaonei para ganhar quota de mercado. Essas são apenas algumas das evidências de que regimes opressivos estão utilizando de forma abusiva tecnologias de vigilância produzidas por empresas americanas e europeias.

#### 4.4.2 *Stop Online Piracy Act (SOPA)/ Protect Intellectual Property Act (PIPA)*

No dia 18 de janeiro de 2012 pelo menos 10 mil sites saíram do ar em protesto à nova legislação americana de controle à pirataria nos Estados Unidos. Através da página *Sopa Strike* foi organizado o “boicote”, que contou com a participação de empresas como Google, Wikipedia, Reddit, Wordpress e Mozilla, entre outras. A idéia de fazer um “blecaute” de 24 horas foi um projeto da organização sem fins lucrativos *Fight for the Future*, que procura impedir a aprovação da lei, cuja sigla SOPA significa lei pelo fim da pirataria online (em tradução livre), na Câmara de Representantes, e PIPA, que seria lei de proteção da propriedade intelectual (também em tradução livre), no Senado.

Ao visitar a Wikipedia.com, por exemplo, o visitante se depara com uma mensagem em letras brancas em um fundo negro que diz: "Imaginem um mundo sem conhecimento gratuito... Atualmente, o Congresso dos EUA está considerando uma legislação que pode prejudicar gravemente a internet gratuita e aberta". O Google, por sua vez, publicou a seguinte mensagem: "Diga ao Congresso que não censure a internet". Tiffany Cheng, cofundadora da ONG que organizou o ato, disse: "O protesto contra o SOPA é o maior protesto on-line já organizado. Várias centenas de milhões de pessoas verão mensagens sobre o risco de censurar a internet, e isso é algo sem precedentes".

O colunista Aleluia Hildeberto, da Agência Rio de Notícias, publicou no dia 24 de maio de 2012, que o Megaupload era o maior serviço de hospedagem e provedor de arquivos online e a maior parte de seus usuários estavam na França, chegando a ter quinze milhões de acessos num só dia. Em segundo lugar, estavam os brasileiros com mais de oito milhões de acessos. Inclusive o IP do presidente Sarkozy foi registrado no site YouHaveDownloaded. De acordo com o site CNET, o presidente francês ou alguém usando seu computador fez download de alguns filmes.

Kim Schmitz, um alemão, juntou-se com Mathias Ortmann e Finn Batato, também nascidos na Alemanha, e Bram van der Kolk, um holandês, e fundaram esse negócio milionário. O êxito foi tão grande que grandes grupos cinematográficos como Warner Bros, Disney, Fox e outros chegaram a tentar um acordo com o site, tal era a quantidade de acessos diários pelo mundo. Mas eles não aceitaram. E acabaram presos. Nenhuma lei até hoje elaborada configura o procedimento de baixar algo da internet como crime, desde que seja para uso pessoal, mas se a pessoa o compartilha, aí sim, poderá ser enquadrado na Lei de Direito Autoral ou até como roubo. O Anonymous postou centenas de links no Megaupload sob o argumento de que era um serviço de utilidade pública porque não tinha fins lucrativos. O acesso era gratuito. Schmitz, em seu

depoimento, revelou que tinha cadastrados mais de quinze mil contas de membros das forças armadas americanas que compartilhavam arquivos através do seu site regularmente e mais de mil contas eram acessadas via domínio do governo dos EUA.

O grupo já foi solto sob fiança e fonte de riqueza secou, todavia, muitos *cyberlockers*, como é conhecido esse tipo de armazenamento de conteúdo na Internet, já tomaram o lugar do MEGA, o principal deles é o uTorrent, onde se pode baixar um software e, em seguida, o usuário pode fazer o download de tudo que está disponível nesse formato. O The Pirate Bay, que também era acessado via o uTorrent, já inovou, inventaram um programa que esconde a identidade do “pirata”. Os brasileiros preferem o 4Shared. Alguns artistas já desistiram e nos seus respectivos sites disponibilizam toda a sua obra, gratuitamente.<sup>133</sup>

Essas duas novas propostas de controle mudam totalmente as regras de compartilhamento de arquivos online e darão às autoridades norte-americanas o direito de "derrubar" preventivamente sites nacionais ou estrangeiros que sejam acusados de violar direitos autorais, mesmo que contenham apenas um link para um site com conteúdo não autorizado. Através do SOPA – proposta bipartidária para atualizar Lei de Proteção da Propriedade Intelectual (2008) e modernizar os Estatutos Cíveis e Criminais de acordo com a evolução da tecnologia – tanto as autoridades quanto os detentores de direitos autorais podem impedir que o site infrator receba anúncios de patrocinadores ou suporte de facilitadores de pagamentos online, como empresas de cartão de crédito e sites como o PayPal. Além disso, o acesso ao domínio "infrator" fica bloqueado nos mecanismos de busca e é tirado do ar. O mais alarmante é que isso tudo seria feito sem nenhuma investigação, baseado apenas em denúncia. O SOPA pode tornar crime a transmissão e reprodução de material protegido, passando por cima da noção de *fair use* e de divulgação, com pena de até 5 anos de detenção.

O projeto PIPA por sua vez é voltado diretamente para sites de download, dentro ou fora dos EUA. Possibilita que os donos do material protegido tenham acesso às informações pessoais de administradores dos sites que transgrediram a Lei proposta. Os provedores de internet com isso, passarão a ser obrigados a liberar dados confidenciais de seus usuários perante qualquer acusação de violação, mais uma vez sem qualquer prova. O principal autor da iniciativa na Câmara e presidente do comitê, o republicano Lamar Smith, disse que SOPA procura proteger consumidores, negócios e empregos "de ladrões estrangeiros que roubam propriedade intelectual dos EUA"<sup>134</sup>.

Estão a favor da lei SOPA o setor de entretenimento (como Hollywood), e grandes empresas

<sup>133</sup> Disponível em [http://www.agenciario.com/colunistas.asp?cod\\_col=22](http://www.agenciario.com/colunistas.asp?cod_col=22) Acessado em 31 de maio de 2012.

<sup>134</sup> Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/tec/1035903-mais-de-10-mil-sites-se-somam-a-protesto-contr-lei-antipirataria.shtml> Acessado em 22 de maio de 2012.

como a Apple e a Microsoft, ou de games como a Nintendo, a Câmara de Comércio dos EUA e a AFL-CIO (maior central sindical dos EUA). Na mira dessa Lei estão principalmente, os sites de compartilhamento de conteúdo alheio, sites que vendem remédios falsos a partir da quebra de patente e universidades. Já a Google, o Facebook, o Twitter, o Ebay, Human Rights Watch, Repórteres sem fronteiras e diversas outras empresas criticam, pois afirmam que o projeto é ambíguo demais o que poderia prejudicar negócios legítimos, além de atropelar o direito à liberdade de expressão. A previsão é que sejam feitas modificações em certas cláusulas de ambas as medidas, pois tal monitoramento seria muito complicado, o que levaria a uma censura preventiva.

O video *Protect IP Breaks the Internet*<sup>135</sup> (“PIPA estraga a internet”, em tradução livre) revela que ainda será possível acessar sites bloqueados digitando o endereço de IP ao invés do nome, porém esta nova norma permite que as companhias processem qualquer site que elas achem que não estão fazendo uma filtragem apurada dos conteúdos publicados. O maior problema aqui é a interferência direta no funcionamento da rede, pois especialistas acreditam que mexer com os registros da web, nomes de domínio, pode gerar instabilidade e insegurança, ou seja, o projeto não vai impedir a pirataria, mas sim, apresentar um vasto potencial para censura e abuso. Agora o governo dos EUA quer que as pessoas comprem filmes, músicas, mas filmes ou músicas não são capazes de derrubar regimes corruptos, de acompanhar candidatos político, enquanto a internet faz tudo isso e muito mais. Além disso, a indústria do entretenimento nem é tão lucrativa para a economia.

A enorme crítica às duas propostas pode ter motivado o arquivamento do processo. O líder do senado Harry Reid decidiu postergar o voto da PIPA, para que os parlamentares tenham tempo de analisar as propostas. Quatro horas depois o representante Lamar Smith, um dos idealizadores da SOPA, declarou que vai pedir o mesmo para a SOPA. Em entrevista a Reuters, Smith declarou “[...] está claro que precisamos rever nossa abordagem para chegar à melhor maneira de lidar com o problema de ladrões estrangeiros roubando e vendendo produtos e invenções americanas. O comitê continuará a trabalhar [...]”<sup>136</sup>.

O site do movimento Grassroots dá o seguinte alerta: “*Stop CISPA. Don't let 2012 be the new 1984*”<sup>137</sup> Referem-se ao livro de George Orwell, que se tornou o mais conhecido futurologista do Século XX ao prever um hipotético Big Brother (Grande Irmão), hoje simbolizado por câmeras e computadores exercendo o papel de vigilantes da sociedade. Apesar de que, em janeiro, o

<sup>135</sup> Disponível em [http://www.youtube.com/watch?v=K3ORTCseHD8&feature=player\\_embedded](http://www.youtube.com/watch?v=K3ORTCseHD8&feature=player_embedded) Acessado em 22 de maio de 2012.

<sup>136</sup> Disponível em <http://www.noticiasbr.com.br/votacao-dos-projetos-de-lei-sopa-e-pipa-e-adiada-nos-estados-unidos-38534.html> Acessado em 22 de maio de 2012

<sup>137</sup> Disponível em <http://grassroutes.us/cispa> Acessado em 31 de maio de 2012.

congresso conseguiu ser convencido a parar o SOPA, suas proposições estão voltando na forma de CISPAA (The Cyber Intelligence Sharing & Protection Act, cuja tradução livre seria O Compartilhamento Cibernético Inteligente e Lei de Proteção). De acordo com a Electronic Frontier Foundation (EFF) esse projeto pretende permitir que as empresas e o governo federal compartilhem informações para se prevenir ou se defender de ataques cibernéticos. No entanto, a CISPAA autoriza expressamente a monitorização de conversas privadas entre indivíduos comuns e foi escrito de forma tão abrangente que permite às empresas, entregar informações pessoais ao governo sem supervisão judicial, efetivamente criando uma "cibersegurança", que deixará lacunas em todas as leis de privacidade existentes.<sup>138</sup>

O Facebook e outras empresas aprovam essa legislação, porque querem receber informações do governo sobre ameaças de segurança às suas redes. Apesar disso, o Facebook divulgou um comunicado dizendo que está preocupado com os direitos de privacidade dos seus usuários. O centro da EFF tenta fazer o Congresso desistir de qualquer legislação *cybersnooping* (*snoop* significa bisbilhotar), ou *cyberspying*, que sacrifique as liberdades civis dos usuários da Internet. Inclusive foi criado o #CISPAA no Twitter para que propaguem mensagens contra a Lei. Essas *hashtags*<sup>139</sup> servem para destacar temáticas.

---

<sup>138</sup> Tradução livre. Disponível em <https://www.eff.org/deeplinks/2012/04/cybersecurity-bill-faq-disturbing-privacy-dangers-cispa-and-how-you-stop-it#what-is-cispa> Acessado em 31 de maio de 2012.

<sup>139</sup> *Hashtag* é um tópico/discussão que se deseja fazer ser indexado de forma explícita pelo Twitter, composta da palavra precedida por cerquilha (#).

## 5 CIBERATIVISMO

No início de 1964, a voz de Bob Dylan começou a soar em rádios e *shows* com *The Times They Are a-Changin*, disco e música que prenunciavam as mudanças que o mundo estava por enfrentar. A livre tradução dos versos “*Come gather 'round people wherever you roam and admit that the waters around you have grown, and accept it that soon you'll be drenched to the bone*”, algo como “Reúnam-se, pessoas, onde quer que estejam, e admitam que as águas ao nosso redor estão se elevando. Aceitem isso rápido, pois logo vocês estarão encharcados até o osso”, Jansen, Editor da “Revista da Cultura” (online) em seu texto “A Imensidão Colaborativa” quer dizer que a mensagem que Dylan gostaria de passar referia-se ao comportamento e ao posicionamento político. Era um olhar adiante na história ocidental. Dali a três anos, nos EUA, começou o movimento *Flower Power*, a crença no amor livre e na não-violência.

Agora, tire o foco das flores no cabelo e das mensagens de paz e substitua o cenário pela maior mudança tecnológica já vista pelo homem: a internet. Seu amadurecimento está fazendo as águas ao nosso redor se elevarem novamente e já estamos encharcados, mesmo que não percebamos. [...] [considere que, quando ler esta matéria, seu conteúdo já estará inevitavelmente “velho”] [...] Foi em 1999 que Shawn Fanning desenvolveu uma plataforma, o Napster: facilidade que permitia a usuários em pontos distintos do globo trocar conteúdo e produtos culturais. Resumindo: “criou-se” a pirataria digital e, criada a “solução” fora da curva, veio o processo do Metallica – a banda alegou que a troca de arquivos infringia seus direitos autorais – e nada foi como era antes. (JANSEN, 2010).<sup>140</sup>

Tantos aparelhos eletrônicos, aplicativos e serviços criados com o intuito de facilitar o dia-a-dia das pessoas, não serão apenas “necessidades criadas”? Com tantos *gigabytes* de músicas disponíveis fica difícil escolher uma, e o registro fotográfico foi banalizado pelo clique ilimitado das câmeras de celular, indaga Jansen (2011). A questão é que mesmo com certas controvérsias, geralmente, esses apetrechos, tornam-se objetos de desejo quase que imediatamente aos seus lançamentos. “[o consumismo sem critério é outra grande característica dos tempos atuais]”. Ian Black, que foi duas vezes premiado com o Leão de Ouro na categoria PR (melhor uso de internet e das redes sociais) resume essa situação da seguinte maneira: “Você consegue imaginar a vida sem celular? Conforme essas facilidades vão aparecendo, automaticamente a gente vai deletando ou colocando num canto esquecido da cabeça como era o passado [...]”.

---

<sup>140</sup> Disponível em <http://www.revistadacultura.com.br:8090/revista/rc37/index2.asp?page=capa> Acessado em 09 de maio de 2012.

Pedro Markun, cofundador da Esfera<sup>141</sup>, espaço dedicado a pensar novas formas de tratar política, com transparência, incentivando assim a participação cidadã, e também fomentando grupos que possam remixar dados e informações públicas. Foi também responsável pela criação do Transparência *Hack Day* e do clone do Blog do Planalto<sup>142</sup>. A primeira iniciativa foi para reunir programadores e desenvolvedores para uma maratona de *brainstorms* com o objetivo de utilizar os dados disponibilizados pelos governos revertendo-os em serviços para a população civil. A segunda teve início no dia seguinte da criação do Blog oficial do Planalto, em 2009, quando Markun juntamente com Daniela Silva, passou a copiar o conteúdo postado pelo Governo Federal, sem ferir os direitos autorais do blog original, mas oferecendo a possibilidade de comentários, já que abrir os *posts* para serem comentados pelos leitores é praticamente um requisito para se ter um blog.

Nem tudo são flores, como mostrou a Arábia Saudita ao bloquear o site da Anistia Internacional, após vazamento de projeto antiterror que previa abusos contra dissidentes. A notícia foi divulgada no Blog do Estadão no dia 26 de julho de 2011<sup>143</sup>. O grupo de direitos humanos publicou o projeto de lei na Internet, afirmando que essa legislação permitiria ao país deter suspeitos sem acusação por longos períodos e manter presas por mais de 10 anos pessoas que criticassem o rei ou o príncipe herdeiro. O porta-voz do Ministério da Informação saudita, Abdulrahman al-Hazza rejeitou a acusação dizendo que a lei foi formulada para conter os terroristas e não os manifestantes. A Reuters, todavia, revelou que o bloqueio a sites que o reino conservador muçulmano considera censuráveis é comum. Em 2009, o Comitê de Proteção a Jornalistas informou que o governo saudita monitorou e bloqueou 400 mil sites.

Poucos meses antes desse fato ter sido publicado, centenas de pessoas haviam aderido a uma campanha no Facebook pela realização de um “dia de fúria” (11 de março de 2011) no país, a fim de exigir eleições, liberdades para as mulheres e libertação de presos políticos. As manifestações, entretanto, falharam, segundo a Bloomberg, já que as ruas estavam fortemente policiadas, e clérigos muçulmanos faziam pregações públicas contra os protestos, que consideram antiislâmicos. No dia anterior, um protesto pacífico na região petrolífera na pequena cidade de Qatif, foi duramente reprimido pela polícia, que utilizou armas de fogo contra os manifestantes.

Entre as reivindicações comuns aos grupos opositores estão “a transição para o regime de monarquia constitucional; liderança política democraticamente eleita; liberdade de manifestação e de reunião; judiciário independente; desmonte da polícia secreta; libertação imediata de todos os

<sup>141</sup> Disponível em [blog.esfera.mobi](http://blog.esfera.mobi) Acessado em 22 de maio de 2012.

<sup>142</sup> Disponível em <http://planalto.blog.br/> Acessado em 22 de maio de 2012.

<sup>143</sup> Disponível em <http://blogs.estadao.com.br/link/arabia-saudita-bloqueia-site-da-anistia-internacional/> Acessado em 22 de maio de 2012.

prisioneiros políticos e aumento do salário mínimo”.<sup>144</sup> As rebeliões árabes que derrubaram líderes na Tunísia e Egito foram iniciadas por jovens que se mobilizavam por redes sociais, mas neste reino onde nunca houve um Parlamento eleito, os dissidentes acabaram reprimidos.

Aldous Huxley expressa muito bem a relação entre poder político e econômico e a censura ao afirmar: “No leste totalitário há uma censura política, e os meios de comunicação com as massas são controlados pelo Estado. No Ocidente democrático há a censura econômica e os meios de comunicação com as massas são controlados pela ‘elite do Poder’”. (1957: 38). O autor de “Admirável Mundo Novo” vivia em 1931, quando publicou essa distrofia<sup>145</sup>, o pesadelo da excessiva falta de ordem, enquanto a sua fábula no século VII d. F (depois de Ford) seria o pesadelo da ordem em demasia.

Segundo ele próprio constata no seu “Retorno ao Admirável Mundo Novo”, escrito vinte e sete anos depois, em 1957, aquilo que ele imaginava num futuro distante, já começavam a se realizar mais depressa do que ele pensava. Ele indicava, portanto, que o controle ao extremo pode ser fatal para a liberdade, pois inibe a criatividade. “Vemos, pois, que a tecnologia moderna tem conduzido à concentração do poder econômico e político, e ao desenvolvimento de uma sociedade controlada (implacavelmente nos estados totalitários, polida e imperceptivelmente nas democracias) pelo Alto Negócio e pelo Alto Governo.” (1957: 51)

## 5.1 Liberdade sem fios

Internet aberta e gratuita para todos é um plano que vem ganhando solidez. Pessoas comuns, ONGs e governos se mobilizam para que o cadeado no sinal de wi-fi seja aberto de vez. A Finlândia foi o primeiro país no mundo a garantir internet banda larga por lei. A decisão é um passo à frente de outros países, como França, Grécia e Estônia, que consideram o acesso ao ciberespaço um direito humano, mas ainda não criaram uma legislação específica. A medida que garante uma navegação com velocidade mínima de 1 megabyte por segundo para cada habitante da Finlândia, entrou em vigor em 2010.

<sup>144</sup> Disponível em [http://www.pco.org.br/conoticias/ler\\_materia.php?mat=27335](http://www.pco.org.br/conoticias/ler_materia.php?mat=27335) Acessado em 22 de maio de 2012.

<sup>145</sup> Uma Distopia ou Antiutopia segundo a Wikipédia é o pensamento baseado numa ficção cujo valor representa a antítese da utópica. São geralmente caracterizadas pelo totalitarismo, autoritarismo bem como um opressivo controle da sociedade. Nelas, caem-se as cortinas, e a sociedade mostra-se corruptível; as normas criadas para o bem comum mostram-se flexíveis. Assim, a tecnologia é usada como ferramenta de controle, seja do Estado, de instituições ou mesmo de corporações.



Segundo a Constituição, será imposto que as 26 empresas de telecomunicações que operam no país forneçam infraestrutura para todas as residências e prestem o serviço por um preço razoável. A mesma lei obriga ainda, que as companhias aumentem a largura de banda para 100 Mbps até 2015. O intuito é garantir a conexão a 4% da população (residente em áreas rurais, aonde o serviço ainda não chegou, por não ser economicamente rentável), já que 96% já possui internet com velocidade superior à estabelecida.<sup>146</sup>

Abrir a rede wi-fi para quem quiser usá-la foi apelidado nos EUA de “*wi-fi squatting*”. Uma referência ao ato de ocupar imóveis fora de uso sem pedir autorização (em inglês, *squatting*).

Uma reportagem de junho de 2011, na Revista Galileu online<sup>147</sup> informa que menos de um quarto da população brasileira tem internet em casa. Isto porque, entre outros fatores, a banda larga no Brasil é uma das mais caras do mundo. E mesmo iniciativas para espalhar internet, sem depender do Estado ou de empresas privadas, têm sido reprimidas.

Até setembro de 2010, 3 vizinhos do bairro Dirceu Arcoverde, o mais populoso de Teresina, Piauí, compartilhavam uma assinatura de banda larga. Como nenhum poderia bancar sozinho a mensalidade de R\$ 180, contrataram uma conexão Oi/Velox e dividiam o valor igualmente. Mas a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) não gostou. Apreendeu o equipamento e multou em R\$ 3 mil o dono da assinatura. A alegação é de que ele havia instalado um provedor de internet ilegal — embora não tivesse lucro. “Em vez de cobrarem o barateamento de preço e uma oferta abundante de banda larga, penalizaram o cidadão que estava se virando para acessar a internet”, diz o cientista político e membro do Comitê Gestor da Internet no Brasil, Sérgio Amadeu. (ROSA e SANTOS, 2011)<sup>148</sup>

Algumas pessoas já retiraram as senhas de suas redes, como Elenara Cariboni: “Sou a favor de uma reforma agrária do ar. O espaço eletromagnético é um bem público, comum a todos. Infelizmente, acaba sendo loteado para poucos que podem pagar”. Se o receio que as pessoas têm de liberar suas redes é devido à preocupação com a baixa velocidade e segurança da conexão, um novo aparelho pode acabar com esses empecilhos. Um roteador criado pela empresa espanhola Fon, divide o sinal em dois: um privado e outro (uma pequena parcela de sua conexão) aberto a visitantes. Só pode usar essa segunda linha um membro previamente registrado, o que aumenta a confiabilidade.

<sup>146</sup> Disponível em <http://www.guiadascidadesdigitais.com.br/site/pagina/finIndia-se-torna-primeiro-pas-a-tornar-internet-direito-universal> Acessado em 15 de maio de 2012.

<sup>147</sup> Disponível em <http://revistagalileu.globo.com/Revista/Common/0,,EMI244238-17773,00-LIBERDADE+SEM+FIO.html> Acessado em 23 de maio de 2012.

<sup>148</sup> Disponível em <http://revistagalileu.globo.com/Revista/Common/0,,EMI244238-17773,00-LIBERDADE+SEM+FIO.html> Acessado em 23 de maio de 2012.

A intenção da Fon é compartilhar a conexão com quem também compartilha, criando uma espécie de cooperativa. “É o que chamamos de *crowdsourced wi-fi*<sup>149</sup>, porque é construído por várias pessoas”, diz Jen Allerson, chefe de comunicação da empresa, que já chegou a 150 países (e planeja vir para o Brasil em breve) e tem mais de 3,5 milhões de roteadores espalhados pelo mundo. Se mais pessoas aderirem, as cidades ficarão mais conectadas, como acontece com Tóquio, um dos locais com maior adesão ao roteador, o que forma uma espécie de céu encoberto por “nuvens” de sinal, como se refere Amadeu. Assim, os indivíduos podem estar online em vários pontos.

A Wireless Toronto, uma organização que não visa lucro, vêm reivindicando wi-fi em espaços públicos e divulga mapas com os pontos da cidade que já têm cobertura livre. Além de ajudar pequenos estabelecimentos comerciais a oferecerem wi-fi livre para seus clientes. Já os voluntários do NYCWireless, que têm uma importante atuação política nessa questão da internet aberta em Nova York, instalaram os primeiros roteadores do recém-lançado plano da prefeitura de fazê-la a cidade digital número um do país.

Seguindo o exemplo de países como Israel, EUA e Austrália, o governo brasileiro vem tentando aumentar o alcance da rede. Lançou, inclusive, o Plano Nacional de Banda Larga com foco em levar sinal para as áreas menos favorecidas. A meta até 2014 é ter 100 milhões de acessos à banda larga no país. Quando esse projeto começou, no final de 2008, esse número não passava de 10 milhões. Algumas cidades brasileiras também iniciaram uma expansão da internet. Belo Horizonte tem mais de 25 locais de acesso fornecidos pela prefeitura, como praças, parques etc. Santos (SP) tem três pontos *wi-fi* na orla. O Estado do Rio de Janeiro foi além: implantou redes gratuitas não só na praia de Copacabana, mas abriu o sinal de wi-fi para cobrir comunidades carentes como Santa Marta, Cidade de Deus e Rocinha. O que viabilizou cursos profissionalizantes nessas comunidades.

## 5.2 Slacktivism e o viral “Kony 2012”

Slacktivism é um termo formado pelos vocábulos *slacker* (adjetivo que significa “mais frouxo” em tradução livre) e *activism* (ativismo). Geralmente, é considerado um neologismo

---

<sup>149</sup> *Crowdsourcing* é uma forma de se produzir conteúdo, resolver problemas, criar soluções ou desenvolver novas tecnologias, utilizando os conhecimentos coletivos e voluntários espalhados pela internet. Dois bons exemplos de produtos obtidos através do sistema são o sistema operacional Linux e o navegador Firefox, que foram criados por voluntários ao redor do mundo.

pejorativo que descreve medidas de apoio a uma questão ou causa social, que tem pequeno ou nenhum efeito prático a não ser para fazer a pessoa sentir satisfação. Entre as atividades Slacktivist está a assinatura de petições na Internet, a cópia e colagem de mensagens no próprio status em redes sociais, a alteração de dados pessoais do perfil de outrem, entre outras.<sup>150</sup> É cada vez mais comum a exploração da rede por grupos para facilitar o engajamento cívico e a ação coletiva. A Era digital mudou a indignação social e a compaixão pelos outros. A militância hoje não exige mais esforço algum, ou mesmo deslocamento.

O vídeo com mais acessos no YouTube este ano foi sobre uma denúncia e um apelo para combater as atrocidades infligidas pela guerrilha liderada por Joseph Kony contra crianças em Uganda. "Kony 2012" recebeu atenção da mídia no início de Março de 2012, quando se tornou o viral mais rápido da história.<sup>151</sup> Ele é uma denúncia contra o messiânico genocida Kony, que tenta estabelecer um governo teocrático em Uganda e está em primeiro lugar dos 10 criminosos mais procurados no mundo pela Corte Penal Internacional.

Feito por Jason Russell, cofundador da organização Invisible Children Inc., o vídeo instiga pessoas a se envolverem na campanha de uma forma eficaz, comovendo-as, para que utilizando as novas tecnologias, gerem uma publicidade em massa e também, para arrecadar doações. Após quatro dias no Youtube, o documentário infocomercial teve 52 milhões de visualizações. O número total de acessos ao vídeo ultrapassa a população de países como Inglaterra e Alemanha. Desde o seu lançamento, entretanto, Kony 2012 foi alvo de críticas por simplificar os acontecimentos da região e sugerir informações falsas.

É verdade que as ações de Kony afetaram os povos de vários países incluindo Uganda, Congo e Sudão. Ele raptou e forçou um número estimado de 66 000 crianças para lutar por ele, e forçou a deslocação interna de mais de 2 000 000 pessoas desde que a sua revolta começou em 1986. Existem, porém, centenas de pessoas por trás do tráfico de pessoas em Uganda. As imagens de Kony mostradas no vídeo foram filmadas há mais de 10 anos. Além disso, o filme é criticado também, em um comunicado assinado pela Ministra de Informação Mary Karoro Okurut, por ser "uma tentativa errônea de voltar a escrever a história de Uganda e descreve os ugandenses como um povo incapaz de resolver seus problemas", além de ser uma "grosseira má interpretação do conflito e dos esforços realizados para colocar fim a ele". Foi alvo também, de acusações de ser uma campanha oportunista.

O primeiro-ministro de Uganda, Amama Mbabazi, gravou um vídeo, divulgado na internet, para corrigir a "falsa impressão" sobre o país após a campanha online Kony 2012, ter

<sup>150</sup> Disponível em <http://en.wikipedia.org/wiki/Slacktivism> Acessado em 27 de julho de 2012.

<sup>151</sup> Disponível em [http://www.youtube.com/watch?v=LE\\_DgntYbpw](http://www.youtube.com/watch?v=LE_DgntYbpw) Acessado em 27 de julho de 2012.

se espalhado e chegou ao topo dos assuntos mais comentados no Twitter e ganhou o apoio de celebridades como Justin Bieber, George Clooney e Oprah Winfrey. Mbabazi alega que Uganda, que está liderando esforços para encontrar Kony, e afirma que o guerrilheiro não está mais no país. “Uganda não está em conflito. Uganda é moderna, um país em desenvolvimento que vive um momento de paz, estabilidade e segurança”. O primeiro-ministro também usou o Twitter por meio do hashtag #KonyisntinUganda (“Kony não está em Uganda”) para convidar celebridades que apoiaram a campanha da Invisible Children para conhecerem o país africano.

Na sexta, o Ministério da Defesa do país anunciou a criação de uma força militar de quatro países para caçar Kony. Segundo o ministro, a guerrilha foi reduzida a cerca de 200 homens, que estão espalhados em pequenos grupos entre o Congo, Sudão do Sul e a África Central. No ano passado, Obama enviou 100 militares para ajudar na captura de Kony, segundo o vídeo do ministro. Existem teorias de que a agenda militar está disfarçada como base no ativismo, já que com a descoberta recente de petróleo no país, o exército dos EUA poderia entrar em Uganda sendo recebido como uma "vitória do povo", e não como invasão, efetivamente revertendo o modelo de comunicação.

Kony 2012 foi feito sob medida para a geração Facebook, usando as técnicas de arte e marketing para torná-lo objetivo.<sup>152</sup> Exorta os participantes do movimento a ter material da ordem, a usar pulseiras que estão associadas com um perfil online para registrar suas ações na mídia social. Isso faz com que Kony 2012 seja o primeiro movimento artificialmente criado totalmente capaz de controlar, monitorar e quantificar aqueles que o geram.

Uma questão levantada pela Forbes é em relação ao “revolucionário de sofá”, como é mais conhecido o slacktivism no Brasil. A revista acusa a campanha de fazer com que as pessoas achem que estão mudando o mundo ao clicar em ‘curtir’ e ‘gostei’. Útil ou não, cada pessoa que compartilha realmente ajuda na divulgação do criminoso. Mesmo assim, o vídeo gerou controvérsia, pois segundo críticas, é muito mais fácil aderir a causas online do que lidar com problemas que estão na frente das pessoas.

Devido ao advento das mídias sociais, não há mais relatórios da CNN e do Presidente endereçados a nação, trata-se, hoje, de "curtir" páginas no Facebook e compartilhar vídeos virais do YouTube. Explorando as maneiras mais eficazes para persuadir a opinião pública, agências parecem gerir o impossível: reverter o modelo de propaganda, a fim de torná-lo o emanar do povo.

---

<sup>152</sup> Disponível em <http://verdadesementirasnessemundo.blogspot.com.br/2012/04/verdades-por-tras-das-mentiras-do-kony.html> Acessado em 27 de julho de 2012.

Kony 2012 Part II: Beyond Famous é a continuação do documentário Kony 2012. Mostra a repercussão do primeiro documentário, além de responder as críticas sobre a simplificação do conflito. Nesse vídeo, também está a opinião de várias pessoas, como o ex-candidato a presidente em Uganda Norbert Mao, a diretora da ONG em Uganda Jolly Okot, e Dominique Nzamba, da Comissão da Justiça e Paz da República Democrática do Congo, que acreditam na importância do vídeo para chamar a atenção para o fato.<sup>153</sup>

### 5.3 Anonymous: “Nós somos uma idéia”

O movimento Anonymous começou em 1999, em Copenhague, quando houve um protesto em que os manifestantes usavam máscaras de ópera (ainda não era a do Guy Fawkes, que usam hoje) e pessoas conectadas à internet faziam viralizar as imagens e transmitiam ao vivo as informações sobre o manifesto. Se consideravam *hacktivist* (combinação de *hacker* com *activist*), hackers que usam suas habilidades, para propagar ações na rede, envolvendo diversos tipos de atos eletrônicos – envio em massa de emails, criação de listas de apoio e abaixo-assinados, até desconfiguramentos (defacing) e bloqueios do tipo DoS (Denial of Service) – com a intenção de ajudar causas sociais ou políticas. Houve um anônimo que disse: “somos anônimos, não esquecemos, não perdoamos, espere por nós” o que acabou virando um viral.

Eles acreditam que cada geração encontra sua forma de lutar contra as injustiças que encontra e eles têm uma ferramenta poderosa, a internet! O Anonymous começou a crescer por volta de 2003. Grande parte do “grupo” (eles não se consideram um grupo ou organização, não tem líderes: “Não somos um grupo. Somos uma idéia de revolução.”<sup>154</sup>) se uniu através de sites como 4chan<sup>155</sup> e a ideia foi ganhando visibilidade, quando eles começaram a fazer operações. A que mais marcou esse início da história da comunidade, foi nos Estados Unidos em 2008. Chamada Projeto Chanology, a ação envolveria uma série de protestos contra a Igreja da Cientologia. Em 14 de janeiro de 2008, um vídeo com uma entrevista do Tom Cruise (adepto à religião) produzido pela Igreja vazou na Internet. A Igreja

<sup>153</sup> Disponível em [http://www.youtube.com/watch?v=c\\_Ue6REkeTA](http://www.youtube.com/watch?v=c_Ue6REkeTA) Acessado em 27 de julho de 2012.

<sup>154</sup> Disponível em <http://anonymousbrasil.com/sobre-anonymous/> Acessado em 23 de maio de 2012.

<sup>155</sup> 4chan é um *imageboard*, um espaço para postagem de imagens e discussão de tópicos. Os usuários geralmente postam anonimamente e o site já foi relacionado com subculturas da Internet e ativismo.

então, emitiu uma autuação de violação de direitos autorais contra o YouTube, pedindo a remoção do vídeo.

Em resposta o Anonymous formulou o projeto, pois além de considerarem a atitude da Igreja uma forma de censura, ainda, a acusam de perseguir opositores em um vídeo postado no YouTube, intitulado "Mensagem para a Cientologia": “[...] leia sobre o inventor deste culto. Leia sobre o desrespeito as leis e perseguições que este culto faz com as pessoas que tentam sair dele ou com quem o critica. As infrações a leis de países como Estados Unidos e porque alguns países europeus querem tornar a cientologia ilegal.”<sup>156</sup> Foi nesse período que eles passaram a se caracterizar com a máscara, que além de proteger suas identidades, simboliza a defesa pelos direitos políticos, a luta pela liberdade, já que Fawkes foi um soldado inglês católico que participou da "Conspiração da pólvora" (*Gunpowder Plot*) cujo intuito era assassinar o rei protestante Jaime I da Inglaterra e todos os membros do parlamento, explodindo o local durante uma sessão em 1605.

Figura 2: Máscara de Guy Fawkes



157

O objetivo da conspiração era provocar um levante católico, porém a conspiração foi desmascarada e Guy Fawkes foi executado na forca. Sua captura é celebrada até hoje no dia 5 de novembro, na "Noite das Fogueiras" (*Bonfire Night*). A tradição é queimar em fogueiras, bonecos que representam Fawkes, e soltar fogos de artifício. A série de quadrinhos “V de Vingança” (versão em português para “*V for Vendetta*”) publicada originalmente entre 1982 e 1983, foi inspirada na nessa conspiração. O personagem anarquista “V” esconde o rosto atrás de uma máscara de Guy Fawkes e inicia uma revolta contra o regime fascista que se instalou na Inglaterra após uma guerra biológica e consegue colocar fogo no parlamento.

<sup>156</sup> Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=h0bDX5oFUOA> Acessado em 23 de maio de 2012.

<sup>157</sup> Disponível em <http://dragoliz.deviantart.com/art/Guy-Fawkes-Mask-142897315> Acessado em 23 de maio de 2012.

Intenções e mensagens do anonymous revelam que eles “não existem” (oficialmente) e nem querem existir, não seguem partidos políticos, orientações religiosas, nem ideologias de qualquer espécie. Além do mais, não pedem contribuição financeira, pedem apenas que as pessoas se informem mais para que haja uma maior conscientização do povo, de modo a serem exigidas mudanças de paradigmas retrógrados que a sociedade ainda apresenta. Essa *network* descentralizada de pessoas voltadas principalmente, para a promoção do acesso à informação e à liberdade de expressão, já apoiou diversas causas, como o movimento anticorrupção no Zimbábue e na Índia, forneceu plataformas seguras para os cidadãos iranianos criticarem seu governo.

Além da transparência na esfera política, eles agem também, na esfera corporativa. Usam suas habilidades para expor empresas fraudulentas. Segundo informações do site *Anonymoys Analytics*<sup>158</sup>, sua equipe é composta por analistas, contadores forenses, estatísticos, especialistas em computação e advogados de diversas jurisdições. Todas as informações que apresentam são adquiridas por meios legais e são apuradas antes de serem veiculadas. Assim, eles mantêm sua credibilidade.<sup>159</sup>

No trecho de subtítulo “Internautas psicodélicos” do artigo “Nas teias da Globalização” de Antoun expõe aqueles que poderiam ser considerados os antecessores dos Anonymous:

Seus principais mentores, Stewart Brand e Larry Brilliant, estavam juntos no centro dos mais “coloridos” acontecimentos dos anos 60. Brand esteve no ônibus de Ken Kesey, que promovia experiências psicodélicas nas estradas norte-americanas. Brilliant foi afiliado da comuna de Prankster, a Hog Farm, responsável entre outras coisas, pela organização da segurança básica do festival de Woodstock, produzindo suas tortas de creme e providenciando os 400 mil almoços distribuídos diariamente no evento. Mathew Mclure, escolhido por Brand como diretor do WELL, era o veterano mago dos computadores da Hog Farm, uma das mais bem sucedidas experiências da sociedade auto-sustentada que tinha sua própria maternidade, sua própria escola e sua própria lavanderia para as centenas de participantes da comunidade. A história dos computadores pessoais segue rota parecida. Steve Jobs, cofundador da APPLE, viajou pela Índia em busca de iluminação. Mitch Kapor, designer e fundador da Lótus 1-2-3, foi professor de meditação transcendental. Embora sendo de cinco a dez anos mais jovens que os velhos hippies, esses iconoclastas cresceram assistindo à diluição da revolução do LSD e ao fracasso da revolução política, e participavam do mesmo espírito de ebulição da época anterior. Os magos da computação dos anos 80 eram programadores que adoravam ignorar a velha prudência, deliciando-se com a procura de novas soluções ou a criação de novas

<sup>158</sup> Tradução livre disponível em <http://anonanalytics.com/> Acessado em 23 de maio de 2012.

<sup>159</sup> Tradução disponível em <http://blogproject.blogspot.com.br/2012/04/blog-post.html> Acessado em 21 de maio de 2012.



tecnologias [...] que disponibilizavam para todos através das BBS. Atuavam ainda na garantia da consistência das BBS, procurando protegê-los de ataques maldosos que, segundo sua crença antisistema, viriam do Departamento de Defesa ou das agências oficiais de segurança (CIA, FBI etc). Autodenominavam-se hackers (ao mesmo tempo, quebradores de sigilos e cães de aluguel) lutando pela ampliação e liberdade da rede. Quando John Sculley, velho militante no combate pelos PC, foi contratado pela Pepsi, Steve Jobs o interpelou: “Você quer vender água açucarada para crianças ou quer mudar o mundo?” (ANTOUN, 1998:4).

Figura 3: Anonymous Manifesto



160

O site Observatório do Direito à Comunicação divulgou em 29 de fevereiro de 2012 uma entrevista intitulada “Você não é só mais um, é um a mais!”<sup>161</sup>, feita com três integrantes

<sup>160</sup> Disponível em <http://i.imgur.com/dG3Ru.jpg>



do Anonymous (que usaram pseudônimos), a partir da troca de *tweets*, *e-mails* e conversas pelo Skype. A entrevista começa com a citação de uma mensagem que o grupo tornou pública no final de 2011: “Aqui, no Brasil, ainda tem muita gente de olhos fechados para toda a realidade. Somos tratados como peões nesse imenso tabuleiro de poderosos, mas somos tantos que conseguimos ser mais fortes! Mas precisamos nos unir para isso [...]”<sup>162</sup>.

Entre as perguntas, há algumas capciosas como no caso em que são indagados sobre terem atacado contas bancárias de civis e não de grandes empresas, sendo que, a proposta deles inicialmente era não direcionar os ataques para cidadãos em geral. Por isso, foram criticados por Sérgio Amadeu, na Campus Party Brasil, (encontro anual de comunidades de Internet)<sup>163</sup>. Em resposta alegaram que a ação não foi organizada coletivamente como supostamente deveria ter sido feito, mas apenas por um grupo fechado. Um dos entrevistados fala o seguinte: “Não dá pra agir assim, porque Anonymous não é só ação, você tem que construir um conceito, um sentido, que se possa viralizar e chegar na população, para que ninguém tenha dúvidas do que você está fazendo.”

Eles, por outro lado, alegam que não há limites pra suas atitudes, restrições vão contra os princípios do Anonymous, entretanto, procuram sempre agir em sintonia com as reivindicações da população. Caso aconteça algo fora desse ideal, é importante que a população critique. O objetivo deles é conscientizar as pessoas, viralizando ideias. No Brasil, o grupo protesta contra crimes ambientais e sociais, como a Ocupação de Pinheirinho (SP), a construção da Usina de Belo Monte (PA), defende a Lei da Ficha Limpa e derrubou sites importantes como o da Secretaria de Cultura do Distrito Federal. Quando alguém tenta acessar o link de certo site e vê ele saiu do ar e lê a explicação do por que daquela operação, isso instiga aquela pessoa a ir atrás de outras fontes de informação.

Há também, outras formas de reivindicação, como no caso de um policial que batia em estudantes e os hackers conseguiram descobrir a identidade do sujeito e a divulgaram. Existem ainda, atos de invasão de contas bancárias e boicote às empresas, cujas atitudes vão contra a liberdade de expressão e o acesso à informação. Sobre a questão do direito autoral eles crêem no seguinte: “Na verdade, é uma questão de direito comercial e direito intelectual. O comercial diz que você ao produzir e tem direito sobre a venda daquilo. No intelectual,

---

<sup>161</sup> Disponível em

[http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com\\_content&task=view&id=8885](http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id=8885) Acessado em 30 de maio de 2012.

<sup>162</sup> Disponível em <http://anonbrasil.org/2012/03/voce-nao-e-so-mais-um-e-um-a-mais/> Acessado em 03 de abril de 2012.

<sup>163</sup> Entrevista com Sérgio Amadeu na Campus Party 2011 disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=PgbmG-nguJl> Acessado em 03 de abril de 2012.

você produz uma ideia e de alguma forma isso significa que você quis expor aquela ideia. É contraditório você limitar o acesso aquele produto, se era para espalhar a criação.”

São as produtoras que concentram a maior parte do dinheiro das vendas e não o autor. “Esse modelo acaba sendo um modelo de cultura elitista ultrapassado. Para isso você tem outras iniciativas como Copy Left e Creative Commons, que protegem o autor de certa forma, mas não impedem o compartilhamento pelo público interessado.” Mas essa não é uma bandeira levantada apenas pelo Anonymous, têm várias esferas sociais que estão apoiando essa questão também, porque querem baixar músicas, filmes, fazer xérox. A Mídia Independente vem trabalhando pela livre informação há um tempo.

Ainda com relação ao livre uso da internet, um dos argumentos mais utilizados para o controle da mesma é o combate à pedofilia. Mas os governos já têm a capacidade de rastrear e investigar crimes hediondos com a lei atual. “Acho falaciosas essas justificativas, da forma como são colocadas. [...] Parece mais é que tem uma elite que perdeu o poder da informação com a internet, e quer recuperá-lo.”, critica um dos entrevistados. Na internet ninguém tem prioridade, a distribuição de conteúdo está acessível a qualquer um, o problema é que o acesso à rede não é universal, mas está sendo ampliado. Ainda é difícil saber em que acreditar na internet, em que confiar, mas existe um investimento pesado em marketing na internet, o que comprova a influência que ela exerce.

Nos últimos anos houveram muitas manifestações do mundo virtual, mas nem sempre quem organiza esses movimentos pela internet é quem vai para as ruas também. A indignação virtual necessita ser transformada em atos mais concretos. O Anonymous, segundo esclareceram na entrevista, se reúne na rede, mas se integra com outros movimentos: “[...] a gente também tem pessoas atuando em movimentos pra além do Anonymous. [...] No DF mesmo, tem gente no Santuário, na Marcha das Vadias. Em São Paulo, no Pinheirinho, nas ocupações, em Wall Street.”

Alguns dos membros formam grupos de trabalho, de interesse e agem juntos, mas as formas de fazer isso é que muda muito. O objetivo é que haja um consenso, que os Anonymous compartilhem informações.

A natureza Anonymous é muito mais anárquica do que democrática. As pessoas têm uma ilusão do consenso, que tem que ser superada. É bem legal também ficar claro que não somos um grupo fechado, que temos diversos interesses. Fiquem atentos. Não achem que tudo que sai é em nome do grupo todo. Como é uma ideia, é como um livro, cada um interpreta a história de um jeito. Existe a ideia lá, as pessoas se indignam, mas cada um vai pensar de um jeito: [...] Não existe unidade em uma formação ideológica. [...] não

tem hierarquia. Não tem ninguém a quem você tenha que se dirigir para pedir permissão. (GALLO, 2012)<sup>164</sup>

Uma carta, escrita simultaneamente a pelo menos 10 mãos, que foi divulgada pelo movimento transnacional através de um vídeo no Youtube, declarava, sobretudo, quais eram as intenções, alvos potenciais e ideologia do grupo:

Olá Mundo. Nós somos “anonymous”.

O que vocês sabem ou não sobre nós é irrelevante. Nós decidimos escrever a vocês, à mídia, e a todos os cidadãos do mundo livre para informá-los da nossa mensagem, intenções, alvos em potencial, e nossa campanha, contínua e ativa para a liberdade de troca de informações, a liberdade de expressão e de utilização da internet.

Nossa mensagem é clara. Apoiamos o livre fluxo de informação. Anonymous está ativamente fazendo campanha para esse objetivo em todos os lugares de todas as formas. Isto implica em liberdade de expressão para: a internet, o jornalismo e cidadão do mundo. Embora reconheçamos que vocês podem discordar, acreditamos que o Anonymous está em campanha por vocês, para que suas vozes nunca possam ser silenciadas.

As notícias recentes de nossas campanhas têm sido, na melhor das hipóteses, mal informadas. **Nós não somos uma organização terrorista** como governos, demagogos e a mídia querem fazer vocês crerem. Pelo contrário, Anonymous é um coletivo espontâneo de pessoas que compartilham o objetivo comum de proteger o fluxo livre de informação na internet. Nossas fileiras estão cheias de pessoas que representantes de várias partes do mundo e de todas as orientações políticas. Nós podemos ser qualquer um, em qualquer lugar, a qualquer hora. Se você está em um lugar público agora, de uma olhada sobre o seu ombro: todo mundo que vocês vê têm todos os requisitos para ser um Anon. Mas não se aflija porque você também, tem todos os requisitos para estar com aqueles que lutam pela livre informação e pela prestação de contas.

Assim, Anonymous não é sempre o mesmo grupo de pessoas: Anonymous é uma idéia viva. [...] Nós pedimos ao mundo para nos apoiar, não por nossa causa, mas para sua própria. Quando governos e corporações controlam a informação, eles controlam vocês. Quando os governos têm permissão para exercer o poder da censura, eles são capazes de cometer grandes atrocidades e agir de forma corrupta – livre do escrutínio daqueles de quem seu poder deriva. Quando empresas são capazes de usar suas vastas quantidades de riquezas para manipular ou influenciar o livre fluxo de informações, eles controlam vocês. Nós estamos tomando uma posição contra isso – nós nos recusamos a ser enganados!<sup>165</sup>

Assinado,

<sup>164</sup> Disponível em [http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com\\_content&task=view&id=8885](http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id=8885) Acessado em 20 de junho de 2012.

<sup>165</sup> Tradução livre de trecho do vídeo disponível em [http://www.youtube.com/watch?feature=player\\_embedded&v=WpwVf3m32w#!](http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=WpwVf3m32w#!) Acessado em 20 de maio de 2012.

Anonymous

Um dos mais recentes atos do grupo hacktivista foi realizado no dia 9 de maio e divulgado pelo Jornal do Brasil. Foram revelados dados pessoais dos deputados estaduais da Assembléia Legislativa do Rio (Alerj) que se recusaram a assinar o pedido de abertura de CPI para investigar a relação de Sérgio Cabral com o empreiteiro Fernando Cavendish, dono da Delta. Os parlamentares que tiveram seus dados vazados alegaram que faltam provas que caracterizem irregularidades concretas. Segundo gravações da Polícia Federal reveladas na Operação Monte Carlo, a Delta era usada pelo contraventor Carlinhos Cachoeira em uma série de atividades ilícitas. Para justificar o ataque, o grupo transmite aos políticos o seguinte recado, publicado pelo JB:

Senhores deputados, entendam que foram eleitos para representar os interesses do povo e não os próprios, nem de empreiteiras, nem de banqueiros e nem de contraventores criminosos. Entendam que o povo, que se constitui de milhões de indivíduos, está cansado. Cansado e sedento por justiça.<sup>166</sup>

## 5.4 Wikileaks

O site fundado pelo australiano Julian Assange, Wikileaks.ch, divulgou o maior vazamento de arquivos confidenciais da história: 250.000 documentos diplomáticos pertencentes a embaixadas estadunidenses em todo o mundo. Entre os crimes descobertos estão crimes de guerra, experiências com crianças e um esquema de fraude com a moeda “dólar”. Logo depois, vieram os contra-ataques, feitos por políticos e instituições que, em alguns casos, chegaram a pedir a morte de seu fundador. Foi nesse contexto que o Anonymous, se tornou um dos maiores defensores de Assange e do WikiLeaks no mundo. Quando prenderam Assange nas ruas de Londres em 7 de dezembro de 2010, acusado de um falso crime de abuso sexual, as máscaras voltaram a aparecer nas ruas como uma forma de protesto.

Várias empresas como Paypal, Visa, Mastercard, Amazon e Moneybookers negaram seus serviços ao site. O que desencadeou a derrubada dos sites dessas e outras empresas pelos Anonymous, gerando grande repercussão. A partir daí ficou evidente que o grupo contava

---

<sup>166</sup>Disponível em <http://www.jb.com.br/informe-jb/noticias/2012/05/11/anonymous-vaza-dados-de-deputados-que-nao-assinaram-cpi-de-cabral/> Acessado em 01 de junho de 2012.

com muitos participantes. Surgiu a Operação Leakspin (dedicada a traduzir e divulgar documentos vazados pelo WikiLeaks) e foi feita uma convocatória para que no dia 18 de dezembro de 2011 seus membros se organizassem para ocupar as ruas de todo o mundo com panfletos pró-Wikileaks, Assange e Anonymous.

O grupo de hackers anônimos pede que as pessoas atentem para o que ouvem, lêem ou comentam, pois, como eles mesmos afirmam a liberdade de expressão está sendo atacada pelas próprias instituições que deveriam apoiá-la. Lembrem que o Anonymous do passado não igual ao do presente, já que é uma entidade dinâmica. Na carta já citada, há uma espécie de juramento:

A intenção do Anonymous é proteger o livre fluxo de todo tipo de informação do controle de qualquer indivíduo, empresa ou entidade governamental. Faremos isso até o nosso proverbial último suspiro. Fazemos isso não só por nós mesmos, mas para os cidadãos do mundo.

Qualquer pessoa, organização, empresa e/ou entidade governamental que acredita nos mesmos preceitos de lque o Anonymous, é um aliado. Seus alvos são escolhidos de acordo com alguns princípios: aqueles que corrompam o livre fluxo de conteúdo, aqueles que silenciaram o Wikileaks, por exemplo, são penalizados. “Pedimos que vocês considerem o futuro de seus próprios direitos humanos, pois aqueles que desejam tirar esses direitos de vocês agora, não vão parar com isso”.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 2012 a Internet comercial completa 18 anos e junto com ela milhares de nativos digitais atingem a maioridade. Para eles, faz parte de seus ecossistemas estarem conectado, alienado é aquele que não está. Praticamente tudo que acontece fora do computador, vai parar em sua tela, pois o mundo real e o virtual estão interligados de maneira que essa dicotomia não é mais válida. João Carlos Caribé declara: “[...] eles pensam em rede, [...] em linguagem compilada.”

“[...] não serão as máquinas que dominarão o mundo e sim os nativos digitais”, afirmou Caribé. A exclusão digital, entretanto, ainda é elevada. O letramento digital deveria fazer parte da educação, por isso, muitos países vêm investindo nesse campo. O Brasil, porém, continua atrasado devido à oferta de internet banda larga no país ser uma das mais caras do mundo e por não haver muitos locais públicos com wifi aberto e gratuito.

A Internet foi concebida para ser operada de forma descentralizada, justamente para resistir à um ataque nuclear, paranóia muito comum durante o período da guerra fria. As maiores apropriações da rede foram feitas justamente dentro desta premissa, tanto as apropriações tecnológicas como o P2P como sociais, como o crowdsourcing e o poder da auto-organização.

Ela não pertence a nenhuma pessoa ou grupo. Não são propriedade dos provedores que fornecem conexões. Nem das empresas de “hosting” que alugam servidores. Nem mesmo às associações de indústrias que acreditam que sua sobrevivência é ameaçada pelo que as pessoas fazem na Internet. Muito menos a qualquer governo, não interessa quão sinceramente este acredite que está tentando manter seus cidadãos seguros e complacentes.

Grupos lutam por ideais que precisam de apoio da opinião pública para atingirem seus objetivos. E, sim, compartilhar uma causa no Facebook ou preencher um abaixo assinado digital é de certa forma, dar suporte a uma causa, mostrar que você se importa e contribuir para que outros indivíduos tomem conhecimento da sua reivindicação, além de pressionar o poder público.

## 7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADEU, Sérgio; KUNSCH, Dimas A. **Ciberespaço: a luta pelo conhecimento**. São Paulo: Editora Salesiana, 2008.

AMADEU, Sérgio; KUNSCH, Dimas A. (Org.). **Comunicação digital e a construção dos commons: redes virais, espectroaberto e as novas formas de regulamentação**. São Paulo: Editora Fundação PerseuAbramo, 2007.

AMADEU, Sérgio; KUNSCH, Dimas A. (Org.). **O conceito de commons na cibercultura**. In: XXX CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2007. Disponível em: <http://www.adtevento.com.br/intercom/2007/resumos/R1202-1.pdf>. Acesso em: 09/05/12

AMADEU, Sérgio; KUNSCH, Dimas A. (Org.). **Diversidade digital e cultura**. Seminário Internacional sobre Diversidade Cultural: práticas e perspectivas. Junho de 2007. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/2007/06/20/diversidade-digital-e-cultura-por-sergio-amadeu-e-associados/>. Acesso em: 01/05/12.

AMADEU, Sérgio; KUNSCH, Dimas A. (Org.). **Software Livre: a luta pela liberdade do conhecimento**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004

ANTOUN, H. **Nas Teias da Globalização**. In: Veredas. Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, ano 3, n. 25, 1998.

ANTOUN, H.; MALINI, F., **Ontologia da liberdade na rede: as multi-mídias e os dilemas da narrativa coletiva dos acontecimentos**, In: XIX Encontro da Compôs, Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

CASTELLS, M. **A galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em Rede – a era da informação: economia, sociedade e cultura** – Volume 1. São Paulo: Paz & Terra, 2002.

DOWBOR, Ladislau. **Da propriedade intelectual à economia do conhecimento**. Outubro, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

HUXLEY, Aldous. **Admirável Mundo Novo**. Editora Globo. Rio de Janeiro, 1932.

HUXLEY, Aldous. **Regresso ao Admirável Mundo Novo**. 245 p. Lisboa, Oficinas Gráficas de Livros do Brasil, 1958.

LEMOS, André (ed.). **Cibercidade: as cidades na cibercultura**. Rio de Janeiro: E-papers, 2004.

LEMOS, André. **Ciber-rebeldes**. Jornal A Tarde, 08 mai. 1996.

LEMOS, André. **Olhares sobre a cibercultura**. Porto Alegre: Sulina, 2003.

LEMOS, André. **Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. Porto Alegre: Sulina, 2002.

LEMOS, André; PALÁCIOS, Marcos (eds.). **As janelas do ciberespaço**. Porto Alegre: Sulina, 2001.

LEMOS, André. Entrevista. In: SAVAZONI, Rodrigo; COHN, Sergio (Orgs). **Cultura Digital.br**. Rio de Janeiro: Beco do Azogue, 2009.

LEMOS, Ronaldo. **Direito, tecnologia e cultura**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

LEMOS, Ronaldo. **A cultura do remix**. Revista e. SESC São Paulo, 2005.

LESSIG, Lawrence. **Code and Other Laws of Cyberspace**. Basic Books. New York. 1999.



LESSIG, Lawrence. **Cultura livre: como a grande mídia usa a tecnologia e a lei para bloquear a cultura e controlar a criatividade.** São Paulo: Trama Universitário. 2004.  
<http://softwarelivre.org/samadeu/lawrence-lessig-cultura-livre.pdf>

LESSIG, Lawrence. **The future of ideas: the fate of the commons in a connected world.** Nova York: Vintage Books, 2002.

LÉVY, Pierre. **O que é o virtual?** São Paulo: 34, 1997.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática.** São Paulo: 34, 1993.

LÉVY, Pierre. **A máquina universo: criação, cognição e cultura informática.** Porto Alegre: ArtMed, 1998.

LÉVY, Pierre. **A Inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço.** Edições Loyola. 2ª edição: fevereiro de 1999.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** São Paulo: 34, 1999.

MARTINS, Camila; CASTRO e SILVA, Daniela; MOTTA, Renata (Org.). **Territórios recombinares: arte e tecnologia - debates e laboratórios.** São Paulo, Instituto Sérgio

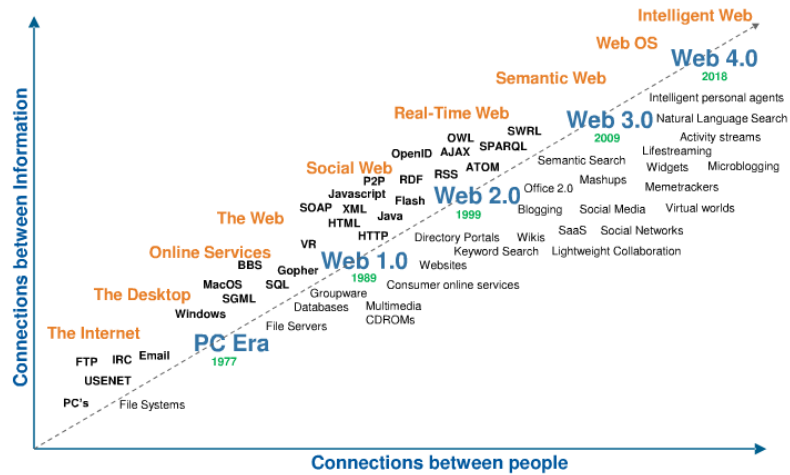
McLUHAN. **Understanding Media: The Extensions of Man.** New York: McGraw-Hill, 1964.

SANTAELLA, Lúcia. **O Homem e as Máquinas.** (in.) DOMINGUES, Diana. A arte no século XXI. São Paulo: ed. UNESP, 1997.

## 8 ANEXOS

## Anexo 8.1: WEB EVOLUTION - Nova Spivack, 2009

## The Intelligence is in the Connections

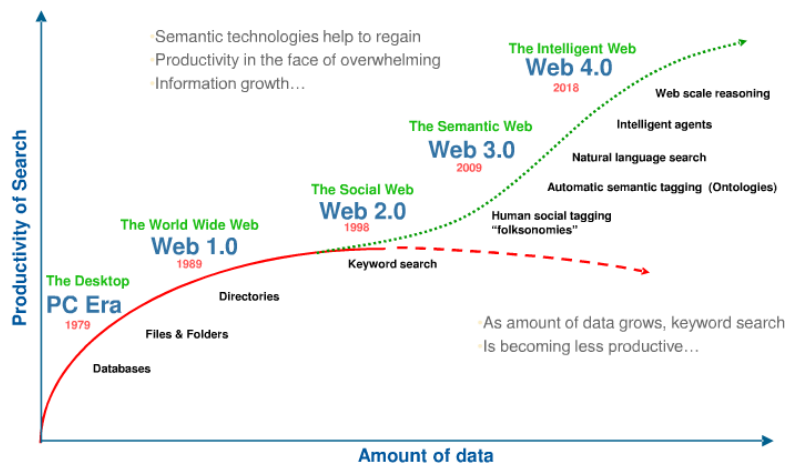


twine



2 / 23

## The Future of Search

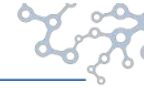


twine



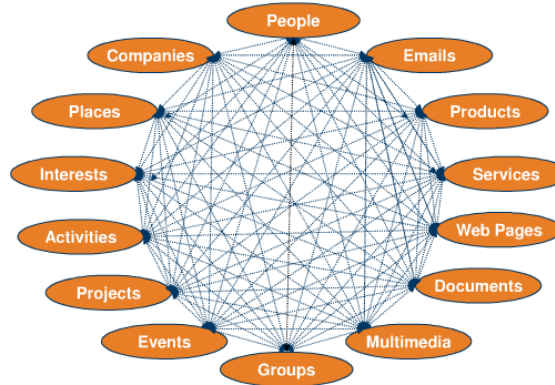
3 / 23

## The Big Opportunity...



The social graph just connects people

The semantic graph connects *everything*



And it uses richer semantics to enable:

- Better search
- More targeted ads
- Smarter collaboration
- Deeper integration
- Richer content
- Better personalization

twine



4 / 23

### Anexo 8.2: A representatividade da internet no Egito.



### Anexo 8.3: Ferramentas da Revolução.

